

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Cecília Irene Osowski

OS CHAMADOS SUPERDOTADOS:
A Produção de uma Categoria Social na Sociedade Capitalista

Porto Alegre

1989

Cecília Irene Osowski

OS CHAMADOS SUPERDOTADOS:

A Produção de uma Categoria Social na Sociedade Capitalista

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em
Ciência Humanas – Educação.

Orientadora: Dra. Margot B. Ott

Porto Alegre

1989

FICHA CATALOGRÁFICA

083c	Osowski, Cecília Irene.
	Os Chamados Superdotados: a produção de uma categoria social na sociedade capitalista/ Cecília Irene Osowski. – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1989.
	Xxxx
Sul.	Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
	CDU: 331.101.268-056.317:323.6.330.85 323.6:331.101.268-056.317:330.85 330.85:331.101.268-058.317:323.6 141.131:316.342.2(38)" – 05/– 04" 316.342.2(38)" – 05/– 04":141.131 (38)" – 05/– 04"316.342.2:141.131 301.152.3:376.545(81): 141.131 376. 545(81): 301.152.3:141.131 (81)376.545: 301.152.3:141.131 141.31:376.545(81):301.152.3

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Força de trabalho: Superdotados: Sociedade capitalista: Marxismo

331.101.268-056.317:323.6:330.85

Superdotados: Força de trabalho: Sociedade capitalista: Marxismo

331.101.268-056.317:323.6:330.85

Sociedade capitalista: Força de trabalho: Superdotados: Marxismo

323.6:331.101.268-056.317:330.85

Marxismo: Força de trabalho: Superdotados: Sociedade capitalista

330.85:331.101.268-056.317:323.6

Platão: Teoria dos dotes: Classes sociais: Grécia Clássica? Séculos V e IV aC.
141.131:316.342.2(38) – 05/– 04 “

Teoria dos dotes: Platão: Classes sociais: Grécia Clássica: Séculos V e VI aC.
141.131:316.342.2(38) – 05/– 04 “

Classes sociais: Grécia Clássica: Séculos V e VI aC: Classes sociais: Platão: Teoria dos dotes
316.342.2(38) ” – 05/– 04 “:141.131

Grécia Clássica: Séculos V e VI aC: Classes sociais: Platão: Teoria dos dotes
(38) ” – 05/– 04 “:316.342.2:141.313

Ideologia: Educação de superdotados: Brasil: Platão: Teoria dos dotes
301.152.3.376.545(81):141.31

Educação de superdotados: Brasil: Ideologia: Platão: Teoria dos dotes
376.545(81):301.152.3:141.31

Superdotados: Educação: Brasil: Ideologia: Platão: Teoria dos dotes
376.545(81):301.152.3:141.31

Brasil: Educação de superdotados: Ideologia: Platão: teoria dos dotes
(81)376.545:301.152.3:141.31

Platão: teoria dos dotes: Educação de superdotados: Brasil: Ideologia
141.31:376.545(81):301.152.3

Teoria dos dotes: Platão? Educação de superdotados: Brasil: Ideologia
141.31:376.545(81):301.152.3

Bibliotecárias responsáveis:

Jacira Gil Bernardes, CRB-10/463

Maria Hedy L. Pandolfi, CRB-10/130.

Cecília Irene Osowski

OS CHAMADOS SUPERDOTADOS:
A Produção de uma Categoria Social na Sociedade Capitalista

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em
Ciência Humanas – Educação.

Orientadora: Dra. Margot B. Ott

BANCA EXAMINADORA

Dra. Margot B. Ott

Dr. Alceu Ferrari

Dr. Gaudêncio Frigotto

Dr. Loiva Otero Félix

DEDICATÓRIA

A Margot com quem trilhei caminhos e dê-s-caminhos da teses.

A meus filhos Débora e Daniel a inesgotável alegria de aprender.

A Carlos Alberto e Flora fonte de apoio e serenidade.

A Cecília Cardoso Alves cuja vida é um depoimento de que a verdade se comprova ma práxis.

A minha mãe Tryntje e minhas irmãs Ivone e Carmem companheiras da tessitura de muitos e diferentes sentimentos

A todos os que me ajudaram a crescer meu gesto de gratidão.

AGRADECIMENTOS

MEU GESTO DE GRATIDÃO

Muitos foram aqueles que me ajudaram a crescer, construindo comigo a tessitura de muitos e diferentes sentimentos. Sendo fonte de apoio e serenidade, deixaram que eu buscasse e encontrasse a inesgotável alegria de saber. Compartilharam comigo, palmo a palmo, um caminho que foi feito de muitos dêscaminhos, mas que agora se concretiza nesta fase. Certamente incorrerei em alguns esquecimentos involuntários, perdoem-me... Comigo está a certeza de que, se não fosse compartilhar de muitos, poucos poderia ter feito.

Renovo meus agradecimentos àqueles que, em diferentes momentos, ajudaram-me a pensar e repensar este tema. Agradeço, de forma especial, aos que participaram do início desta caminhada e aqueles que estiveram junto comigo durante a defesa da proposta de tese: Maria das Graças Feldens, Tereza Pennafirme, Carlos Jamil Cury, Margot Ott, Cecília Cardoso Alves, Denise Leite, Maria Fani Scheibel, Cecília Costamilan, assim como todos aqueles que, com sua presença durante a defesa da tese, demonstraram interesse pelo tema e manifestaram seu apoio carinhoso.

De uma forma especial, muito obrigada:

- Alceu Ferrari, pelas orientações que me possibilitaram perspectivas mais críticas, pela sua participação na Banca Examinadora e pela cuidadosa leitura que me facilitou a revisão final desta tese.
- Gaudêncio Frigotto, por participar de mais um momento da caminhada que empreendi em busca de saber mais, e que se concretizou na defesa desta tese.

- Loiva Otero Félix, pelos comentários que permitiram uma visão mais clara da Grécia Clássica e pela sua participação na Banca Examinadora.
- Cecília Cardoso Alves, pela leitura dos originais e pelas discussões fecundas que me auxiliaram a sistematizar muitas idéias.
- Abílio Baeta Neves, Antonio Cattani, Balduino Andreola, Clarissa Baeta Neves, Ernesto Bernardi, Hanry Giroux, João Bernardo, Laetus Veit, pelas discussões proporcionadas que me ajudaram a repensar e aprofundar diferentes partes da teses.
- Helena Osório Lehehn, Iara de Macedo, Lucília Carvalho e demais funcionarias (os) da Biblioteca da Faculdade de Educação pela solicitude com que sempre me atenderam.
- Jacira Bernardes, pela dedicação ao realizar a revisão, orientando-me segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas e elaborando em conjunto com Maria Hedy Pandolfi a ficha catalográfica, a quem também apresento meu muito obrigada.
- Beatriz Cassel pela revisão do Português.
- José Oswaldo Rodolfi pelo esclarecimento de dúvidas em Português e pela revisão lingüística de algumas partes da tese.
- Heloísa Possamai, Idyanir Ferrantino e Selma Lima pelo apoio e incentivo oferecidos.
- Claiton Grabauska, Hamilton Braga e Maria pelo empréstimo de livros e sugestões oferecidas.
- Marilene Schmarczek pela leitura e análise crítica dos originais.

- Kundry pela realização dos cartazes que expressaram, numa outra linguagem, as idéias centrais em torno das quais estruturei esta tese.
- Ione pelo seu atendimento solícito durante a defesa.
- Marisa e Gilberto pela competente gravação do vídeo.
- Nilton Fischer pela explicitação de como esta tese insere-se no contexto do Curso de Pós-Graduação.
- Colegas de Doutorado: Eliana, Maria Emília, Maria Helena, Marilene, Marisa, Nara, Petronilha e Zeni pela oportunidade que me deram de convivermos, compartilhando alegrias e ansiedades.
- Colegas do Departamento de Ensino e Currículo que trabalhando, abriram espaço para que eu estudasse

Agradeço, mais uma vez, a Margot Ott, minha orientadora, a sensibilidade em vibrar com cada palavras, cada idéia, questionando e sugerindo, ajudando-me a buscar outras dimensões do saber.

Não se esgotam aqui os agradecimentos. Quando palavras faltam para agradecer, nós oferecemos... É por isso que dedico este trabalho a Carlos Alberto, meu marido que, lado a lado, letra a letra, idéia sobre idéia, trabalhou junto, datilografando, imprimindo, resolvendo os impasses, apoiando-me... Foi fonte, caminho e paradoro que pude desfrutar, confiantemente, durante todos os momentos.

Dedico também a meus filhos – Débora e Daniel – que souberam dar um pouco do seu tempo de criança para que meu tempo de adulto se enriquecesse e eu pudesse compartilhá-lo com muitas outras pessoas.

Dedico também a você, que mergulha nesta leitura, ou a você, que me oferecerá críticas e sugestões, permitindo que eu continue a crescer.

Porto Alegre, primeiro semestre de 1989.

RESUMO

Neste trabalho foram discutidas, criticamente, as principais idéias e as posições sobre a questão da distribuição dos dotes, em especial a nível de Brasil. Foi feita uma análise crítica da teoria dos dotes de Platão, situando as idéias desses filósofo, no contexto social da Grécia Clássica dos séculos V e IV a.C. Relacionando dotes “versus” força de trabalho, sob uma abordagem marxista, foi examinado o processo de produção dos chamados superdotados na sociedade capitalista, sendo discutidas as funções político-ideológicas que exercem nessa sociedade. Nesse enfoque, foi abordada a qualificação/desqualificação do trabalhador e sua relação com a criação dos chamados superdotados, as mediações que exercem, por exemplo, como gestores, e como o exército industrial de reserva e a categoria social dos chamados superdotados (os eleitos) podem representar as duas faces de uma mesma moeda. Desta forma, foram aprofundadas e recolocadas idéias subjacentes à defesa da necessidade de oferecer-lhes uma educação especial e foi possível questionar a afirmação de que eles seriam os líderes de uma nova civilização.

ABSTRACT

This work discusses and criticizes the main ideas and stands upon the distribution of endowments, specially in relation to Brazil. A critical analysis was made of Platós endowment theory, placing the ideas of that philosopher in the social context of ancient Greece in the 5th and 4th centuries b.C. By confronting endowments and labor force in the light of a Marxist approach, it was examined the process of production of the so-called gifted ones in the capitalistic society. It was discussed the political-ideological function they have in this type of society. Within this view, the qualification/unqualification of the worker was examined as well as its relation to the creation of the so-called gifts ones, the mediation they practice (for instance, as managers), and in what way the reserve industrial army and social category of the so-called gifted (the elected ones) can represent the two sides of one coin. Thus it was possible to carefully examine and restore ideas underlying to the advocacy it the need of offering these people a special education. And it was possible to question that says they would be the leaders of a new civilization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO	16
2 AS IDÉIAS DOMINANTES	20
2.1 DISTRIBUIÇÃO DOS DOTES: AS IDÉIAS DOMINANTES	20
3 PLATÃO E A GRÉCIA CLÁSSICA	40
3.1 PLATÃO E A GRÉCIA CLÁSSICA: DEFESA DE UM IDEAL DE HUMANIDADE OU IDEALIZAÇÃO PARA UMA ELITE NO PODER?	40
3.1.1 Clássico: apanágio de uma época?	40
3.1.2 A república de Platão: res-pública ou res-privada?	45
3.1.3 O homem guerreiro: defendendo a pátria ou a hegemonia de uma determinada classe social?	74
3.1.4 Cidadão grego: uma condição cívica a serviço da classe dominante?	79
3.2 RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE NA GRÉCIA CLÁSSICA: LETIMAÇÃO DO PODER DA ELITE?	84
3.2.1 A elite do campo: os grandes proprietários	85
3.2.2 A classe social dos pequenos proprietários	87
3.2.3 Escravos, metecos e hilotas: valores humanos ou econômico?	89
4 OS CHAMADOS SUPERDOTADOS: A ELEIÇÃO DOS ELEITOS	97
4.1 OS ELEITOS: ELEITOS PARA QUE E PARA QUEM?	97
4.1.1 Refazendo a caminhada, em busca de um novo caminhar	97
4.1.2 Platão, Marx e a busca do fundamento: o que fundamentam?	98
4.1.3 Teoria dos dotes: fundamento para fortalecer uma classe?	101
4.1.4 Capitalismo monopolista: espaço possível para uma teoria dos dotes? ..	108
4.1.5 Dote “versus” força de trabalho: uma relação possível?	115
4.1.6 OS chamados superdotados: apenas uma mercadoria?	128
4.1.7 os chamados superdotados mercantilizados: produção – consumo – distribuição – troca	132
4.1.8 Valor da força de trabalho “versus” valor atribuído aos chamados superdotados	141
4.1.9 Os chamados superdotados: produção e apropriação de mais-valia	145

4.1.10 Os chamados superdotados: capital variável produzindo capital constante?	153
4.2 FUNÇÃO POLÍTICO – IDEOLÓGICA DOS CHAMADOS SUPERDOTADOS: PODER POLÍTICO PARA QUEM?	168
4.2.1 Qualificação / desqualificação do trabalhador: uma questão à parte da produção dos chamados superdotados?	171
4.2.2 Os chamados superdotados: a mediação que o capitalismo precisa.....	183
4.2.2.1 Mediação: as várias faces de um mesmo processo	183
4.2.2.2 Exército industrial de reserva e eleitos: as duas faces de uma mesma moeda	201
5 CONCLUSÃO	214
5.1 OS CHAMADOS SUPERDOTADOS: UM FETICHE A MAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA?.....	214
ANEXO.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO

Escrever essa introdução é, acima de tudo, uma tentativa de apresentar ao leitor possíveis caminhos que ele poderá percorrer para compreender, do meu ponto de vista, como tem sido produzida e sustentada a categoria social dos chamados superdotados na nossa sociedade.

Organizei-a em torno de três eixos que considero fundamentais: as idéias vinculadas por aqueles que propõem uma educação especial para os chamados superdotados e que sustentam todo esse processo; a análise crítica da fundamentação filosófica dada por Platão e de sua teoria dos dotes e, finalmente, na última parte, retomei as duas dimensões anteriores de forma a inseri-las numa discussão maior, em torno da produção dessa categoria social na sociedade capitalista.

A seqüência em que apresento os capítulos decorre da minha própria caminhada. Inicialmente, fui simplesmente desafiada pela maneira com as pessoas expressavam sua criatividade. Será que havia alguma coisa nelas que as faziam ser diferentes? Qual a relação que havia com o fato de algumas serem chamadas de superdotadas? Participando de Seminários Nacionais sobre superdotados, examinando a produção teórica sobre o assunto, estudando e discutindo sobre o tema, realizando visitas a instituições que davam atendimento diferenciado aos chamados superdotados e questionando a prática e as idéias encontradas, fui achando respostas a muitas indagações que eu mesmo colocava. Foi assim que

pude escrever a primeira parte, onde apresento as principais idéias e as posições sobre a questão da distribuição dos dotes, principalmente a nível de Brasil.

A segunda parte surgiu com a resposta à justificativa apresentada para a educação dos chamados superdotados, com o peso da tradição e da autoridade histórica que embasava: já Platão, no século V e IV a.C. havia afirmado alguns, em número reduzido, nascem com uma “alma de ouro”. Esses seriam guardiões da cidade-estado ou República, pois só eles tinham condições para serem os filósofos. Retornar a Platão, através da sua “A República”, situando-o nos séculos V e IV a.C. foi uma tarefa apaixonante. Afinal, não é por nada que a Grécia Clássica ainda hoje faz parte do nosso dia a dia!

A terceira parte decorreu daquilo que minhas indagações e meu conhecimento, que se ia aprofundando cada vez mais, vinculado ao que se fazia para atender aos chamados superdotados e ao que se escrevia sobre e para eles, faziam brotar: Para que e a quem interessaria identificar alguns como superdotados?

Precisava compreender tal questão que, a meu ver, só poderia ser entendida dentro da sociedade concreta em que se dava, isto é, uma sociedade capitalista. Era preciso discutir para que e para quem era necessário eleger “os eleitos”. Marx foi o principal teórico que me permitiu avançar no conhecimento dessa questão.

Tendo já examinado como a teoria dos dotes apresentada por Platão e suas implicações, justificavam uma determinada concepção de homem para uma determinada sociedade, cabia-me, agora, compreender como essa concepção tinha vigência em nossos dias, numa sociedade diferente daquela. Marx ao discutir as bases econômicas da sociedade capitalistas, pondo a descoberto as relações sociais engrenadas nela, ofereceu-me as condições teóricas para questionar as

relações entre os chamados superdotados e a força de trabalho colocada à disposição do capital.

Se, por um lado, as justificativas para oferecer aos chamados superdotados uma educação especial, apoiadas no filósofo grego, eram uma manifestação continuada do ideal de sociedade e de homem que ele defendia, por outro, a vigência dessas idéias na sociedade capitalista atual seria uma das formas concretas como a classe dominante encontrou para fortalecer-se.

Portanto, a proposta de um atendimento diferenciado aos chamados superdotados subordina-se ao modo de produção capitalista que engendra determinadas relações sociais. Alguns precisam ser rotulados como superdotados para realizarem as mediações que o capitalismo precisa, isto é, manter a classe dominante no poder, manter seus privilégios e ampliá-los, mascarando as desigualdades sociais em nome das diferenças individuais. Concreta e ideologicamente essa categoria social está aí, não como obra da “Mãe Natureza”, mas simplesmente como produto histórico das relações entre capital “versus” trabalho. Essa afirmação não é proposição a partir da qual busquei dados e idéias para consubstanciá-las, mas revela a trajetória intelectual de quem questionando o que está aí, encontra o que subjaz. Para que isso acontecesse o cerne da questão não se centralizou na análise da educação especial enquanto tal, com seus currículos e programas, por exemplo, mas foi em busca daquilo que permite que ela se instale: a afirmação de que algumas pessoas devam ser consideradas, e enquanto tal, rotuladas como superdotadas. Ou seja, essa categoria social foi examinada como produto dessa sociedade, ao mesmo tempo que foi questionada em suas origens, isto é, porque e para quem é produzida.

Ofereci, até agora, uma rápida visão de como explorei os temas em cada parte e como relacionei-as entre si, mas preciso salientar ainda um outro aspecto: como estruturei a tese.

Por exemplo, o leitor perceberá que o capítulo referente às idéias dominantes não contém nenhum subtítulo, recurso esse que passei a utilizar cada vez mais amiudamente, como ocorre na terceira parte. Isso poderia levar alguém a pensar numa possível fragmentação do próprio conteúdo aqui discutido. Na verdade, esse artifício serviu-me para apresentar a forma mascarada e totalizante de encobrir os verdadeiros interesses que sustentam não só a produção e o atendimento diferenciado dessa categoria social, como a identificação e o questionamento das diferentes facetas da mesma problemática.

Alem disso, poderá causar espécie o fato de ter me detido tanto no estudo de Platão e da Grécia Clássica. Na verdade, a idéia dói de constituir cada parte com um sólido elemento de apoio para as seguintes, de tal forma que, ao retomar uma ou outra idéia, essa carregaria dentro de si a riqueza dos significados questionados e expresso anteriormente¹.

A maneira como essa tese foi construída não se esgota nem em seu conteúdo, nem em sua estrutura. Gostaria que o leitor a aprendesse como um caleidoscópio que, apesar de ter suas partes bem definidas e delimitadas, não só percebe que elas formam um todo como, de acordo com movimentos criados, vê alterar-se a figura apresentada, sempre com os mesmos elementos, mas, paradoxalmente, formando sempre novas figuras.

¹ Para facilitar o acesso às informações, coloquei em anexo as citações de Platão (1983) que utilizei ora transladadas, ora "ipsis verbis".

2 AS IDÉIAS DOMINANTES

2.1 DISTRIBUIÇÃO DOS DOTES: AS IDÉIAS DOMINANTES

Ao longo dos séculos, diferentes setores da sociedade têm-se manifestado em prol dos chamados superdotados. Qual o significado de rotular algumas pessoas como superdotados? Qual o sentido de propor-lhes uma educação especial? Quem tanto tem lutado para que eles ocupem um determinado lugar na sociedade? Que lugar? Por que esse e não outro? Essas são algumas das muitas questões que me têm ocorrido ao tratar desse tema. Pela sua abrangência e profundidade é impossível abarcar todas neste momento. Prefiro, então, delimitá-las no espaço e no tempo. Parece-me que examinar como se tem encaminhado a proposta de uma educação especial para os chamados superdotados no século atual, principalmente no Brasil, a partir da década de setenta, discutindo as idéias que sustentam esse atendimento, seja uma maneira de questionar a necessidade de rotular algumas pessoas como superdotadas.

Enquanto fenômenos sociais, a rotulação e uma educação especial ou atendimento diferenciado aos chamados superdotados expressam-se encarnados em pessoas e fatos, delimitados em espaços e em tempos determinados. Para compreender esses fenômenos, preciso questionar o processo que os concretiza, ou seja, a necessito mergulhar e trazer à tona “o processo de desenvolvimento real, perceptível empiricamente, em determinadas condições” (MARX e ENGELS, 1981a, p.30). Esse processo manifesta-se de diferentes formas, indo desde o cotidiano até a reflexão sobre esse cotidiano. Acima de tudo, preciso tornar presentes as idéias e

o fazer dos homens, no caso, daqueles que propõem um atendimento diferenciado a essa categoria social. Para que seja compreendido esse processo que é, inexoravelmente, histórico – pois o homem é histórico, faz história.

Dizer que o homem faz história, não é dizer que o homem faz uma ciência que abstraindo de sua vida real de suas atividades cotidianas, elabora princípios, leis, teorias a partir de datas, fatos, momentos grandiloquentes. O homem faz história porque vive e está vivo. Essa é a sua primeira condição para “fazer história” (MARX e ENGELS, 1981a, p. 36). Mas essa história feita pelos homens pode ter, e tem, muitas versões. Isto ocorre não só porque os homens vivem numa sociedade de classes, como também porque as idéias que se impõem numa determinada época são as idéias da classe dominante: “a classe que é o poder MATERIAL dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder ESPIRITUAL dominante” (MARX e ENGELS, 1981a, p. 59). Captar a verdade histórica significa discutir as idéias dominantes e a prática construída pelas classes, questionando as transformações concretizadas na sociedade nos diferentes momentos históricos. É nessa ótica que pretendo discutir a proposta político-pedagógica para os chamados superdotados na sociedade capitalista em que vivemos.

Começarei apresentando a posição daquele que propõem um atendimento diferenciado aos chamados superdotados. Acredito que é esse o primeiro passo para compreender a origem, os argumentos e a própria prática instaurada em favor uma educação especial para essa categoria social.

Visando facilitar a compreensão do leitor, esclareço que utilizarei a expressão “chamado (s) superdotado (s)” quando eu estiver expressando alguma idéia ou posição minha: se utilizar apenas “superdotado (s)” (ou equivalente como bem-dotado, talentoso...) é que estou expressando a posição do (s) autor (es) citado (s).

Embora não expresse “*ipsis verbis*” as idéias dos autores, tentarei ser fiel às suas posições, evitando julgamentos ou interpretações. Neste momento, portanto, não sou eu quem falo, mas através de mim, recolhida nos documentos oficiais e na literatura produzida por eles, manifesta-se a palavras daqueles que apresentam uma proposta político-pedagógica para os chamados superdotados.

Apresento os antecedentes históricos das iniciativas brasileiras de assistência aos superdotados, conforme expresse por Novaes (1979, p. 75-95). Ela destacou algumas idéias que perpassaram diferentes épocas e que tiveram o respaldo do Estado, da Igreja e de alguns educadores, estabelecendo o elo com experiências internacionais e nacionais, ofereceu um panorama da situação no Brasil, até 1978.

Para ampliar o quadro referencial que me permitirá analisar e compreender a evolução desse movimento a nível de Brasil, apresentarei o que foi desenvolvido em anos anteriores e posteriores a 1978, última data referida por Novaes (1979). Para isso, recorri aos Anais dos Seminários Nacionais sobre Superdotados, Boletins da Associação Brasileira para Superdotados (ABSD), publicações de entidades que atendem superdotados e artigos divulgados em revistas nacionais. Dessa maneira, consegui trazer para o cenário desta tese, como se dá a proposta de um atendimento diferenciado a esta categoria social, apresentando muitas das idéias disseminadas e a maneira como historicamente esse tema vem sendo imposto.

Chamo a atenção para a importância dada a Platão pelos que propõem uma educação especial para os chamados superdotados. Novaes (1979) lembra que foi esse filósofo quem se posicionou, originalmente, para oferecer-lhes uma educação especial, encontrando-se em “A República” as principais idéias filosóficas que tem servido de fundamento para essa educação.

Ao longo da história da proposta de um atendimento diferenciado aos chamados superdotados no Brasil, o que se tem verificado é a força com que as idéias desse filósofo corporificam-se, tanto na prática, quanto na literatura. Por exemplo, seus argumentos têm sido reapresentados por diferentes autores (RIO GRANDE DO SUL, 1983; ALENCAR 1985b) para justificar suas posições. Da mesma forma que Novaes (1979, p. 75) eles retomam a idéia de Platão que preconizava um atendimento especial para as crianças intelectualmente superiores, principalmente, conforme apresentado por eles, nas áreas de Ciências, Filosofia e Metafísica. A eles caberia, inclusive, o dever de liderar as diversas áreas do conhecimento em função de seus dotes e aptidões.

Destacando um argumento com peso histórico, Novaes (1979) apresentou experiências internacionais que corroborariam a necessidade de, que aqui no Brasil, realizar-se um atendimento diferenciado aos chamados superdotados e nos Estados Unidos, embora o número de projetos relacionados a eles, sob as mais diferentes formas, fosse muito grande, também se manifestaram críticas. De qualquer forma, em todos os países citados, a preocupação tem sido com a formação escolar e profissional que se fazia, conforme Novaes (1979) afirmou, por meio de serviços de orientação e encaminhamento, que existiam nas Universidades, assim como estágios em centros de pesquisa e laboratórios.

Os Estados Unidos têm sido, em realidade, o verdadeiro manancial onde os construtores de uma proposta político-pedagógica para a categoria social dos chamados superdotados têm buscado inspiração e modelos para concretizar suas idéias. Esse apoio é buscado, conforme apresentado, porque esse país possui uma experiência acumulada sobre essa problemática. Por exemplo, já em 1901 era criada a primeira escola para crianças consideradas superdotadas na cidade de

Worcester (USA). A nível de pesquisa, Terman (1965) teria lançado as bases científicas que permitiram uma compreensão melhor dessa problemática. Estudos, pesquisas, escolas, clubes, encontros e, acima de tudo, a identificação e atendimento especial pra essa categoria social ampliou-se nos Estados Unidos, de forma acelerada. Mais recentemente, instalou-se uma polemica, segundo Froés (1984, p. 168) em relação aos considerados superdotados, mas com possibilidades de baixo rendimento. A pergunta que os estudiosos desse assunto formulam é: vale a pena investir neles?

No Brasil, desde a década de 1920, é possível encontrar estudos, experiências-piloto, artigos e livros tratando desse tema. Inicialmente, eram atividades esporádicas, mas que revelavam a preocupação que perpassava alguns brasileiros. No fim da década de vinte inicio da década de trinta, pesquisas foram realizadas aqui no Brasil com o objetivo de identificar o número dos chamados superdotados. Foi feita uma estimativa que haveria, na época, em torno de 172.000 pessoas consideradas superdotadas dentre uma população de 40.000.000 de habitantes. Já naquele período evidenciava-se uma preocupação, que continua até nossos dias, conforme Guenther *et alii* (1984, p. 25-33), em identificar quais as classes sócio-econômicas a que pertenceriam essas pessoas. Os dados das pesquisas desse período revelaram que foram encontrados em maior número, segundo sua classificação, nas classes média e alta, num total de 85%, em oposição a apenas 15% oriundos da classe baixa. As relações entre as origens de classe dos considerados superdotados (ou bem-dotados, na linguagem de Guenther) já haviam sido pesquisadas por essa autora que, embora identificando-os no “nível sócio-econômico baixo” colocava a questão da seguinte forma: poderiam eles classificar-se nos 3% superiores, se fossem comparados com crianças de classe média e alta,

uma vez que 60% do grupo não chegou a alcançar a pontuação, em Q.I., acima da média, além de revelar, entre outros dados, desinteresse pelo trabalho escolar (GUENTHER, 1979, p. 59-66)? Embora apresentando tais idéias, essas questões não foram consideradas pela autora, quer nessa pesquisa, quer em outras realizadas posteriormente.

Até a década de setenta, as atividades desenvolvidas no país, isoladamente, restringiram-se a atendimentos que visavam congregar jovens para expressarem suas potencialidades em campos variados, como teatro, literatura, música e ciências. Ocorreram principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, já em 1945, com crianças da Zona Sul, sob orientação de Helena Antipoff; em São Paulo, na década de cinqüenta, com jovens em torno das “Feiras de Ciências”, mais tarde transformadas em concurso “Cientistas de Amanhã”, sob a orientação de Julieta Ormastroni.

Em 1971, realizou-se o I Seminário Nacional sobre Superdotados, em Brasília, sob os auspícios da Universidade de Brasília. A grande preocupação foi a conceituação e a caracterização do chamado superdotado.

Considerados os futuros líderes, conforme defendida por conferencistas, as conclusões do I Seminário exigiam melhores condições de ensino para eles. Foram feitas recomendações para que, tanto instituições públicas quanto privadas, realizassem projetos e destinassem verbas para a concretização de melhorias de atendimento. Recomendaram que órgãos como a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Confederação Nacional das Indústrias e o Instituto de Pesquisa Espaciais se aliassem ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), para que os chamados superdotados recebessem um tratamento especial.

Junto com essas medidas também evidenciou-se, nas conclusões apresentadas, a preocupação com a formação de pessoal técnico da mais alta qualidade;

Os demais seminários que se foram realizando de dois em dois anos, ampliaram a abrangência da problemática e tiveram sempre a preocupação básica de que houvesse uma divulgação sistemática dos resultados alcançados nessa área. Foi sentida a necessidade de um órgão com autonomia que lutasse de forma mais coesa pelos interesses dessa categoria social. Concretizando uma das conclusões do II Seminário Nacional sobre Superdotados, foi fundada em 9 de maio de 1978 a Associação Brasileira para Superdotados (ABSD) tendo como meta precípua integrar, apoiar, promover e divulgar tudo o que se refere aos chamados superdotados. Seu primeiro Presidente foi o general João Bina Machado e o Vice-Presidente, o professor Samuel Pfromm Netto. A Associação ampliou seu currículo de ação, através das Seções Regionais que se foram instituindo com o apoio recebido durante os Seminários realizados em diversos Estados do Brasil. A ABSD é membro associado de "The World Council for Gifted Talented Children", desde 1983.

Os benefícios que os chamados superdotados trarão para a nação têm sido uma idéia bastante difundida e utilizada como justificativa em diferentes momentos, sob as mais variadas formas, para envolver os diversos segmentos da sociedade na proposta de um ensino de melhor qualidade para eles. Conforme aqueles que acolhem tais idéias, é exatamente necessária a produtiva participação dos chamados superdotados no mercado de trabalho. Essa foi também uma das principais preocupações, evidenciada durante vários seminários, onde os que propõem uma proposta político-pedagógica para os chamados superdotados destacaram que aqueles que deveriam receber uma educação especial para

transformarem-se em elementos produtores, criadores, e não meramente consumidores.

O IV Seminário Nacional realizado em Porto Alegre (RS), em 1981, sistematizou idéias anteriores, pertinentes à família, à escola e à empresa. Evidenciou-se a importância dada a essas agências sociais. Nesse Seminário foi reiterada a necessidade de que a família, a escola e a empresa fossem convenientemente sensibilizadas, para que estivessem atentas e participantes na proposta de uma educação especial para os chamados superdotados.

O VI Seminário Nacional sobre Superdotados, realizado em Belo Horizonte (MG) em 1985, teve como temática “O Superdotado e o Futuro”. Nesse Seminário foram retomados temas, projetos e idéias já discutidas anteriormente para fortalecer posições já assumidas. Uma das recomendações propostas no Seminário anterior – a participação em seminários de jovens considerados superdotados – concretizou-se.

As conclusões e as recomendações apresentadas no VI Seminário ratificaram o que já fora debatido em outros Seminários, e manifestaram a necessidade de ampliar o campo de ação, incentivando, inclusive, um intercâmbio internacional, conforme apresentado na sétima recomendação:

Estimular projetos internacionais, através de convênios com Universidades, Fundações, Secretarias de Educação, de Saúde e do Bem-Estar do Menor, a fim de agilizar formas alternativas de atendimento e de inovação nessa área. (SEMINÁRIO, 1985, p. 83).

Dentre as conferencias de VI Seminário, destaco aquela apresentada por Novaes Mira (1985, p. 19-22) pelo tema que aborda: “Avaliação Histórica e Projetiva da Educação dos Superdotados” e que corrobora e enriquece o sentido deste capítulo. Novaes Mira afirmou nesse seu trabalho que, a nível de Brasil, o

atendimento diferenciado aos chamados superdotados não está ocorrendo, segundo expectativas daqueles que propõem uma educação especial para eles: apenas recebem tal educação 0,2% da população, conforme III Levantamento Estatístico de Educação Especial, realizado em 1981 (BRASIL, 1984). Essa autora lembra que tem sido reconhecida internacionalmente

A probabilidade média de 1 a 3% da população ser dotada de capacidades especiais e talentos. Levando em conta a previsão feita pelo Ministério de Educação e Cultura (...) em termos de demanda potencial da população escolarizável para 1985, de 46 milhões, incluindo o pré-escolar, I e II graus, teríamos um mínimo de 460.000 educandos superdotados e talentosos a merecer algum tipo de ensino diferenciado. (NOVAES MIRA, 1985, p. 19).

A preocupação com os chamados superdotados justificar-se-ia, conforme Novaes Mira apresentou em sua conferência, porque, sendo a educação eminentemente democrática, deveria desenvolver as potencialidades do povo brasileiro. Essa seria, segundo sua perspectiva, o compromisso presente na idéia de que o ensino é universal e deveriam participar dele todos os segmentos e indivíduos da sociedade. Também afirmou que “a baixa produtividade do ensino reflete-se, de maneira dramática, na educação de tais alunos (considerados superdotados)” (NOVAES MIRA, 1985, p. 19). Para ela os chamados superdotados merecem um ensino de melhor qualidade.

Conforme essa autora destacou, quando se pensa na criatividade, no talento, na capacidade do povo brasileiro, tão crescente e sofrido, não se poderia deixar de pensar também que ele é construído de valores humanos, que merecem receber um atendimento diferenciado, o melhor possível, em função de seus dons e dotes especiais. Tudo isso deveria ser feito em nome da construção nacional de uma sociedade mais justa, sociedade brasileira, onde a lei estivesse aí, para amparar o tratamento especial aos considerados superdotados. Tudo aquilo que fosse feito em

favor dessa categoria social beneficiária, além disso, os demais educando, conforme Novaes Mira expressou em sua conferência. Ela também disse que há:

Preceitos e estereótipos sociais, assim como o receio de discriminação de tais educandos, além da confusão entre o que é “popular” e “elite”. O fato de serem considerados como “privilegiados” e ainda precisarem de atenção e cuidados especiais, dificulta a aceitação e a implementação de serviços diferenciados de atendimento e de orientação. (NOVAES MIRA, 1985, p. 19).

Novaes Mira disse, ainda, que todos sabem que as limitações não são somente essas. Todos deveriam usufruir de uma educação como a oferecida aos chamados superdotados; entretanto, ela ponderou que, devido a obstáculos de ordem política, econômica e social, cada sociedade resolverá diferentemente como atenderá aos considerados superdotados e aos demais. Isso dependeria, conforme ela pensa, do valor que cada nação desse para talento e superdotação.

A nível internacional, uma rápida análise do que tem ocorrido nas Confederações Mundiais sobre os chamados superdotados permite que se apresente, também, a “palavra” de outros países, a respeito da mesma problemática.

A I Conferencia Mundial teve como tema central o chamado superdotado e o seu futuro. Realizou-se em Londres, em 1975. foram apresentadas conferências sobre quem seria considerado superdotado, suas potencialidades, identificação e avaliação; modelos de atendimento aos chamados superdotados e formação de professores talentosos. Houve a apresentação de discussão de tópicos referentes a áreas específicas de superdotação, como música, matemática, criatividade, assim como debate em torno da superdotação e disfunções físico-orgânicas e/ou psicológicas. Além disso, foi relatado o que tem sido feito pelo chamado superdotado em vinte e cinco países, incluindo-se o Brasil.

Concretizando uma recomendação da I Conferência Mundial sobre superdotados, foi criado em 1977 o Conselho Mundial para Crianças Superdotadas. Dentre seus objetivos destacaria o primeiro que afirma a necessidade de “concentrar a atenção mundial nas crianças superdotadas e em sua valiosa contribuição potencial em benefício da humanidade” (OBJETIVOS, s/d, p. 8). Outro objetivo incentiva a troca de informações e o intercâmbio entre os diferentes países e pessoas interessadas em desenvolver as potencialidades dos chamados superdotados, considerados, conforme expresso no terceiro objetivo: “não como uma elite privilegiada, mas como inestimável recurso mundial” (OBJETIVOS, s/d, p. 8).

As demais Conferências seguiram a mesma linha, objetivando sempre incentivar e intercambiar pesquisas, estudos, experiências, modelos de tratamento diferenciado aos chamados superdotados e modelos de formação de recursos humanos para trabalhar com ele. Verificou-se uma tendência em ampliar tanto os temas, quanto a abrangência das recomendações, de forma a envolver cada vez mais os diferentes países e os diferentes segmentos da sociedade nessa problemática, tanto no presente quanto no futuro.

Em diferentes Conferências já foram debatidos temas como: perspectivas e filosofia sobre superdotação; possibilidades dos benefícios da educação especial para superdotados ser estendido a outras crianças; cultura e perspectivas sociais das crianças, jovens e adultos considerados superdotados.

Segundo depoimento de Novaes Mira (1985, p. 21), foi recomendado na VI Conferência Mundial, da qual ela participou, que países considerados do III Mundo ou em processo de desenvolvimento partissem de suas possibilidades reais para planejar um eficaz atendimento especial aos chamados superdotados. A Alemanha

foi o país sede dessa conferência, mas mesmo lá, conforme depoimento de Novais Mira, havia muita resistência aos programas oferecidos.

Uma idéia apresentada e defendida na VI Conferência Mundial foi a de que há um interesse da indústria e das empresas em subsidiar o desenvolvimento das potencialidades dos chamados superdotados em países industrializados, sendo citados os exemplos do Canadá e da Dinamarca.

Perpassando os temas das diferentes Conferências Mundiais e recebendo um destaque especial na VII, que se realizou em agosto de 1987, a criatividade tem sido estudada e relacionada sob diferentes enfoques com a superdotação.

Através dessa retomada do que tem sido veiculado nos Seminários Nacionais e nas Conferências Mundiais espero ter conseguido delinear como uma educação especial para os chamados superdotados tem sido proposta e concretizada.

Acredito, entretanto, que é preciso ampliar a questão e examinar outras fontes, como por exemplo, a política adotada pelos Governos, que tem sido explorada como um forte ponto de apoio.

A nível de Brasil, a importância da política nacional foi muitas vezes proclamada nos Seminários Nacionais. Não tendo a intenção de analisar a legislação, neste momento, o que fiz em parte no artigo “Alguns pressupostos que sustentam o atual conceito de superdotado” (OSOWSKI, 1985, p. 7-24), apresento algumas das principais idéias veiculadas nas leis.

Foi somente na década de setenta que se concretizaram, a nível de legislação, as idéias preconizadas em 1967 por uma comissão criada no Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Portaria Ministerial, visando estabelecer critérios para identificar e atender diferenciadamente os chamados superdotados. Eis a importância do artigo IX da Lei 5692/71 (BRASIL, 1971). Nele há uma

referência explícita à educação especial que os chamados superdotados deveriam receber. Em vários Pareceres, quer a nível federal, que a nível estadual (Rio Grande do Sul/RS), os legisladores têm justificado suas recomendações para uma educação especial aos chamados superdotados lembrando que, há diferenças individuais e que deve haver igualdade de oportunidades em educação para todos.

Também o conceito de superdotado foi explicitado a nível legislativo. O Parecer 658/77 do Conselho Estadual de educação do Rio Grande do Sul apresentou as seguintes características que, isoladamente ou combinadas, deveriam ser consideradas na identificação dos superdotados:

Aprendem a falar e a andar antes do tempo; têm peso, altura, resistência física acima da média em relação à idade cronológica; aprendem mais facilmente que os outros; retêm sem muito exercício de fixação; possuem vasto vocabulário; possuem superior capacidade para raciocinar, generalizar, abstrair e estabelecer relações; revelam uma gama de interesses muito variada; demonstram originalidade e iniciativa nas tarefas; revelam uma capacidade criadora especial" (RIO GRANDE DO SUL, 1980 a).

Essa caracterização revela bem a sistematização e a legitimação impostas pela lei. Com esse espírito foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), subordinado ao MEC, em julho de 1973.

Não basta apresentar o que está na lei. É necessário, também, trazer o discurso dos documentos que concretizam tal legislação a fim de esclarecer ainda mais essa questão.

Na fundamentação teórica do "Programa de enriquecimento de currículo para alunos bem-dotados da 4ª à 8ª série do I grau" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980) encontram-se as idéias básicas oriundas do Projeto Prioritário 35 (MEC/CENESP) que apresentou os princípios doutrinários e a política de Educação Especial em relação aos chamados superdotados.

A proposta era oferecer no ensino regular tratamento especial aos chamados superdotados, a fim de que se tornassem fonte de desenvolvimento e dinamização da sociedade. Ao mesmo tempo, isso facilitaria a identificação desses indivíduos, qualquer que fosse a área de excepcionalidade, conforme o que é preconizado.

Essa proposta repousava na idéia de que a dotação humana estaria relacionada com as diferenças individuais, sendo considerada que “a criança bem-dotada ou talentosa é aquela que mostra desempenho superior em qualquer linha importante do trabalho” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p. 9). Além de apresentar uma série de traços identificadores dessas crianças, foi afirmado que a família do bem-dotado (também chamado superdotado) caracterizava-se por pais de inteligência superior, com curso superior, nível sócio-econômico elevado, que incentivavam seus filhos a estudar e realizarem-se. Após caracterizar os diversos tipos de bem-dotados alertaram para que a identificação fosse feita em função de diversas fontes de informação: teste, julgamento de professores e dados familiares.

O programa curricular apresentado era para a área I (Estudos Sociais, Comunicação e Expressão, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas), área II (Artes Plásticas, Artes Cênicas, Educação Musical) e área III (Educação Física) visando, basicamente, oferecer atividades consideradas alternativas, enriquecedoras e criativas.

Além de encontros e da política adotada pelos governantes, há ainda um outro veículo de disseminação de idéias e de manutenção de uma determinada prática: a literatura técnica, onde a palavra dos estudiosos do assunto expressa suas posições frente a essa problemática.

A nível internacional cito apenas a revista “*Gifted Child Quarterly*” divulgada e valorizada aqui, inclusive com o aval da ABSD, que recomendou em vários de seus Boletins. Os artigos apresentados nessa revista, em sua grande maioria, seguem a idéia de que os chamados superdotados estão aí, precisando ser identificados e atendidos com uma educação especial.

No contexto da produção nacional, escolhi dois periódicos. Pelo momento em que foram publicados, considereei que serviriam como parâmetro para identificar as posições assumidas pelos estudiosos do assunto, no período de uma década. Um, foi a “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” (1976) onde foram apresentados artigos de autores nacionais e estrangeiros, tendo alguns, inclusive, lutado durante longos anos, para que aqui se concretizasse oficialmente o atendimento diferenciado aos chamados superdotados. O outro foi “Educação e Realidade” (1985), que apresentou trabalhos de estudiosos desse tema, de diferentes partes do Brasil.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1976) que apresentou um número especial enfocando a problemática dos superdotados, permitiu identificar a posição de alguns dos principais autores brasileiro e norte-americanos sobre esse assunto. Expressando a posição dos autores, dizia que os chamados superdotados formariam um grupo minoritário – 1% a 3% da população, com excepcionais condições de aprendizagem e produtividade, que poderiam tornar-se, segundo eles, os futuros líderes da sociedade.

Decorrente dessa concepção, afirmaram que eles precisariam de um atendimento especial. Isso ocorreria porque seus dotes e aptidões, que se encontrariam num nível e intensidade superiores à média, exigir-lhes-iam um preparo melhor e mais profundo. Não só isso, mas também, porque em função

dessa sua afirmada superioridade deveriam corresponder às necessidades da própria sociedade.

A maioria dos autores norte-americanos que colaboraram nesse número abordaram a questão da educação em geral dos considerados superdotados, com exceção de Torrance, Bruch e Goolsby (1976) que apresentaram como os superdotados vêem o futuro. Sisk (1976) mostrou como a educação dos chamados superdotados vinculava-se à dimensão humanista. Descreveu metodologia, estratégias e atividades de ensino que demonstravam, segundo ela, como o humanismo poderia ser aplicado na educação daqueles considerados superdotados. Jackson (1976) ofereceu sugestões de uma educação diferenciada, fazendo recomendações especiais para o Brasil. Apresentou uma experiência de assistência aos chamados superdotados no Estado de Illinois (E.U.A). Martinson (1976), norte-americana, fez uma análise de problemas e prioridades no atendimento diferenciado aos considerados superdotados. A partir da pesquisa realizada com especialista na área, foram constatados problemas e sugeridas algumas alternativas de solução, quanto à identificação e seleção dos bem-dotados e talentosos, aos programas existentes e a serem instalados, visando atendê-los, à formação de recursos humanos, em especial professores, psicólogos, orientadores, assistentes sociais e tutores, e à obtenção de recursos econômicos.

Os artigos escritos por brasileiros abordaram os seguintes temas: identificação de superdotados (DIERBERGER e ROSENBERG, 1976); características psicológicas de adaptação (NOVAES, 1976) e avaliação psicológica dos superdotados (QUEIROZ e RAMOS, 1976). Outros artigos apresentaram justificativas para atender bem-dotados do meio rural (HELENA ANTIPOFF, 1976) e o trabalho desenvolvido com superdotado na Fazenda Rosário (OTTÍLIA ANTIPOFF,

1976). Fundamentalmente, os chamados superdotados foram apontados como aqueles a quem caberia prever o futuro, solucionar problemas políticos, econômicos e sociais, tanto no país de origem, quanto a nível mundial.

Da análise dos artigos publicados em Educação e Realidade (1985), no número especial intitulado “Educação do Superdotado – Tendências e Alternativas”, constatei duas grandes linhas de estudo: uma, referindo-se à educação e programas de ensino, e outra, abordando questões específicas relativas a quem pode ser ou não considerado superdotado.

Apresentei, num primeiro momento, as propostas daqueles autores que situaria no primeiro grupo, isto é, os que estão preocupados com a educação e o ensino para os chamados superdotados.

Alencar afirma que:

É sobretudo a consciência das vantagens econômicas para o país que pode educar as pessoas intelectualmente superiores, que tem levado a um investimento maior na área de educação do superdotado. (ALENCAR, 1985a, p. 25-26).

Ela destaca o conteúdo curricular e o ambiente de aprendizagem como dimensões que deveriam ser consideradas em programa para superdotados.

Novaes utiliza argumento similar. Diz essa autora:

A crescente preocupação dos países em desenvolvimento com os superdotados advém de um mais lúcido entendimento do papel das potencialidades humanas no progresso das nações, na expansão das conquistas tecnológicas e científicas, bem como na melhoria da qualidade de vida do ser humano. (NOVAES, 1985, p. 35).

Apresenta algumas alternativas de programas para superdotados afirmando a necessidade de “combinar vários modelos para alcançar os resultados desejados” (NOVAES, 1985, p. 39).

A nível de relato da prática desenvolvida estão os trabalhos que apresento a seguir.

O atendimento especial proposto em nosso país aos alunos identificados como bem-dotados (considerados superdotados) na Fazenda Rosário, dentro do Projeto Circula – Civilização Rural, Cultura e Lazer idealizado por Helena Antipoff, foi relatado e justificado por Otilia Antipoff (1985, p. 58-62).

O trabalho que foi desenvolvido em Brasília, nas Escolas-Classes e Escolas-Parques, caracterizado pela realização de atividades de aprofundamento e enriquecimento curricular, sem discriminação ostensiva, teve como justificativa a necessidade de atender esse

pequeno grupo de indivíduos dotados de inestimável capacidade intelectual-criativa, capazes de influir nos destinos da nação, através de sua valiosa contribuição potencial e de suas realizações notáveis. (MILHOMENS e MIRANDELA, 1985, p. 63).

Segundo as autoras essas crianças superdotadas “são a única fonte da qual pode extrair grandes homens no futuro” (MILHOMENS e MIRANDELA, 1985, p. 63).

Outra experiência relatada foi aquela desenvolvida pela Fundação José Carvalho, em Pojucas (BA). Guenther (1985) apresenta-nos desde os antecedentes dessa experiência e identificação, recrutamento e seleção de alunos considerados bem-dotados até a própria organização da experiência educacional, com o acompanhamento e assistência aos ex-alunos, assim como o treinamento e aperfeiçoamento proporcionado aos professores.

Devido ao grande número de candidatos que se inscreveram, desde a primeira turma da Escola Técnica Especial foi necessário estabelecer critérios de seleção:

A orientação natural dói procurar os “melhores alunos”, e à medida em que se elaborava e se aperfeiçoava o conceito de “melhores”, mais e mais se foi aproximando do conceito de “mais capazes”, “mais talentosos”, “melhor dotados”. (GUENTHER, SILVA CARVALHO apud GUENTHER, 1985, p. 75).

Outra preocupação de instituição foi atender alunos das classes menos favorecidas social, cultural e economicamente. Tudo isso feito com:

O objetivo maior de provocar mudanças significativas na sociedade” através daqueles que “terão a probabilidade maior de estar em posições de iniciar mudanças sociais mais profundas e mais duradouras. (GUENTHER, SILVA, CARVALHO apud GUENTHER, 1985, p. 75).

O artigo de Mettrau e Gomes (1985) relatou pesquisa que desenvolveram aplicando a metodologia “Ferramentas para pensar” (DE BONO, 1973 apud METTRAU e GOMES, 1985). O objetivo era proporcionar a alunos intelectualmente superdotados da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) condições de desenvolvimento intelectual e de criatividade, favorecendo a integração social através da interação verbal e levando-os a uma maior harmonia biopsicossocial (METTRAU e GOMES, 1985, p. 67).

As relações entre superdotação, hereditariedade e fatores ambientais foram apresentadas por Viñolo. Segundo a autora:

2% da população é extremamente brilhante com Q.I. superior a 130; 23% com Q.I. entre 109 e 130; 50% com Q.I. entre 90 e 109 e 25% com Q.I. inferior a 89. (...) segundo Wrigth os genes determinam os limites das capacidades ou potencialidades da conduta de uma criança (...) de acordo com Hange, a estimativa seria de que a inteligência teria: 45% como base do genótipo, 35% a influencia ambiental e 20% das associações entre genótipo e o ambiente (VIÑOLO, 1985, p. 55).

Diferente das perspectivas acima, apresentei um artigo (OSOWSKI, 1985a, p. 7-24) no qual discuti alguns pressupostos que sustentam o atual conceito de

superdotado. A pretensa superioridade dos chamados superdotados, em função dos seus dotes, talentos e aptidões, explicados “naturalmente como condições pessoais, encobre, na verdade, o oferecimento de um ensino de melhor qualidade apenas para alguns, assim como tem reputações a nível de divisão de trabalho e de aprofundamento das cisões entre a classe dominada e a dominante.

Na discussão sobre essa questão tenho sido uma voz destoante. Nos dois “Seminários Nacionais sobre Superdotados” (1983, 1985) dos quais participei (OSOWSKI, 1983, 1985 b) raros foram os que apresentaram sensibilidade a questionamentos mais contundentes.

Justificando uma educação especial para os chamados superdotados, conforme as idéias dominantes apresentadas pelos que acolhem a noção de superdotado, destaca-se, do meu ponto de vista, a força com que Platão tem sido invocado. Por isso, tentando recuperar a dimensão histórica da questão, pergunto: Para que e a quem interessaria a proposta de Platão na sua época? Como ela se configurava na sua realidade social? Essas indagações levam-me a outra: A quem interessam, hoje, proposições semelhantes?

3 PLATÃO E A GRÉCIA CLÁSSICA

3.1 PLATÃO E A GRÉCIA CLÁSSICA: DEFESA DE UM IDEAL DE HUMANIDADE OU IDEALIZAÇÃO PARA UMA ELITE NO PODER?

3.1.1 Clássico: apanágio de uma época?

As idéias dominantes sobre a rotulação de alguns como superdotados no Brasil revelaram a busca de um atendimento diferenciado para aqueles considerados os melhores. Em nome das diferenças individuais, esse atendimento, privilegiadamente, foi preconizado e, em certos casos. Concretizado;

De que forma o fato de as pessoas serem diferentes leva a instaurar privilégios para alguns? A resposta não se encontra no fato de as pessoas serem diferentes, mas sim, no fato de que algumas são consideradas “mais diferentes” do que outras. Dito de outra maneira, a questão das diferenças serve para instaurar e promover formas de viver diferenciadas e desigualitárias, mais do que isso, injustas ética e socialmente.

Essa questão tem perpassado os séculos. A história documentada do pensamento ocidental revela-nos que as diferenças entre os homens serviram para outorgar e legitimar privilégios para uma minoria.

A legitimação desses privilégios, em função das diferenças individuais, encontra-se enraizada na Grécia Clássica, nos séculos V e IV a.C., mais precisamente em Platão. O que cabe examinar, neste momento, é como se trem

dado essa legitimação. Isso significa retomar as idéias desse filósofo, a fim de analisar qual o sentido que elas impõem às relações entre os homens. É preciso fazer isso por dois motivos:

- um, para situar historicamente Platão, frente a seus contemporâneos, a fim de tentar configurar qual o significado do que ele preconizava;
- outro, para verificar quem tem interesse, no século atual, de apropriar-se de suas idéias e para que essas idéias servissem.

A Grécia Clássica, séculos V e IV a.C., caracterizou-se por um rico dinamismo, por um constante movimento. Na verdade, essa imagem contrapõe-se àquela do clássico, enquanto perene, que atravessou os séculos, permanecendo até nossos dias. É essa a imagem forte que tem sustentado uma forma de ser e de estar em sociedade. Assim, dentre as diferentes perspectivas existentes, impôs-se que se como única, através dos séculos, a imagem de que ela foi o berço da civilização e fonte de filósofos que nortearam a história do pensamento ocidental.

Essa concepção tem suas origens no período arcaico, principalmente nos séculos VII e VI a.C., quando as diferentes formas de o homem expressar e organizar o seu viver começaram a transcender a resolução imediata dos seus problemas diários. Sua vida, até então marcada por uma cosmovisão das culturas primitivas, onde o ético, o religioso e o mítico davam-se como um todo, passou a um estágio onde, gradativamente, as funções espirituais separaram-se umas das outras. Tal ocorreu à medida em que o homem deixou de ver as ações espirituais apenas pela sua utilidade para a vida, mas passou a vive-las em função de sua intrínseca perfeição. Isso permitiu que se delineassem três dimensões: ético-religiosa, científica e artística (HAUSER, 1969, p. 112-113).

Esse modo de conhecer não se deu de forma compartimentalizada, mas de uma maneira dinâmica, em que a força do cotidiano e a reflexão sobre ele, revelavam as diferentes formas de criar e de viver, que perpassaram e caracterizaram o período clássico que se desenvolveu, predominantemente, no século V a.C.

Por outro lado, os gregos desse período buscavam a forma ideal, abstrata, nas diferentes áreas do saber humano, perseguindo o ideal da Perfeição, quer para o homem, que para a humanidade, por outro lado, havia também a força do cotidiano, num tempo que, ora se fazia, ora se desfazia, mas sempre contínuo, dinâmico, transformador... Os indivíduos que viveram essas várias dimensões também foram seus porta-vozes. Alguns, com mais poderes, tornaram-se os arautos de um tempo que passou à História como Clássico, abafando ou enevoando uma outra cultura que ocorria paralelamente, feita principalmente, por todos aqueles que não eram considerados “cidadãos gregos”.

A civilização não se desenvolvia de forma harmônica e perfeita. A riqueza, o poder e a economia, devam-se as povoações, desenvolveram-se as atividades econômicas, expandiram-se a cultura e o conhecimento sistematizado. Lado a lado, conviveram o saber tido como mais avançado com o saber tido como o mais atraso. Essas desigualdades que banharam a civilização grega deixaram suas marcas nos próprios homens. Concomitantemente, havia uma grandiosa tarefa: a concretização da idéia de uma nação que mostrasse ao mundo o “EIDOS” da humanidade. Esse era o grande ideal perseguido por filósofos, artistas, escritores, poetas...

Suas obras ganharam a luminosidade do grandioso, do clássico. Foram e serão, provavelmente, as diretrizes para as sociedades que surgirem em busca de um ideal que, negando a realidade preñe de contradições, aspirem à Perfeição, ao

Bem, ao Belo e à Verdade. Acima de tudo, ofereceram a sólida base para que teorias elitistas encontrassem sua fonte permanente de realimentação e renovação.

O “clássico” grego tornou-se o grande apanágio para que o homem incessantemente buscasse a Perfeição. Seus caminhos elevaram-se às alturas, sua cabeça tocou as nuvens. Concomitantemente, mascarou o chão duro, pedregoso, tortuoso que os pés da maioria dos homens que viveram naquele período palmilharam. Desse amálgama entre a Perfeição que negava o inacabado e o concreto esmagado pela força da Perfeição (do Belo, do Justo, da Verdade, do Bem, enfim do “Finito Grego”) emergiram mediações que visavam manter a hegemonia da classe dominante. Isso se deu, por exemplo, através da estrutura político-administrativa que privilegiava alguns com o título de cidadão e outros não, ou através da participação dos cidadãos nas assembleias, nos conselhos e nas magistraturas. Essas foram algumas das formas utilizadas da classe dominante e sua consolidação, através das leis e das idéias defendidas por muitos cidadãos e que examinarei mais detidamente ao longo desta tese.

Foi assim que se impôs o “grego clássico”: representação de um mundo melhor, normativo, que devia, necessariamente, ditar uma forma de vida mais perfeita, mais bela, mais justa a ser seguida por todos. Ele foi a expressão de um idealismo que, em realidade, manifestou o modo de pensar aristocrático, característico dessa época. Foi nesse contexto que surgiu a obra de Platão com toda sua força.

Dizer “clássico”, conforme expresse aqui, era dizer redondo, acabado, limitado, fechado... O perene que se manifestava através dos tempos tinha a força de expressar e propugnar os interesses da aristocracia. Eis aí a grande força que escamoteava as desigualdades, existentes. O “clássico”, enquanto tal, parecia ser a

única expressai do que acontecia na Grécia, naquele período. Entretanto, a realidade colocava à vista oposições. A democracia de Atenas, fazendo vicejar o liberalismo e o individualismo, parecia ser inconciliável com o classicismo grego que enfatizava esquemas e severidade. Como se caracterizava a democracia da Atenas clássica? Como o classicismo da democracia ateniense?

O clássico enquanto ideal, é ahistórico, busca adequar-se a diferentes épocas, orienta diferentes homens situados em diferentes tempos. É abstrato, desencarnado, idealizado. O histórico, enquanto concreto, está sendo construído, destruído, transformado. É cheio de contradições, embebido pelo momento, pelo cotidiano e, mesmo assim, tem uma força que perpassa diferentes épocas e culturas: é universal que se expressa no singular.

A análise do contexto histórico da Grécia Clássica permite o questionamento de situações e idéias que, caracterizando-a, marcaram todos aqueles que foram tocados, sensibilizados por esse período. Isso significa que, a partir dessa análise, posso situar melhor aquelas idéias defendidas por Platão em sua obra “A República” e que, ainda hoje, sustentam a proposta de um atendimento diferenciado aos chamados superdotados. O que pretendo, portanto, é compreender como esse processo de “condição outorgada”², e suas implicações, tão utilizado atualmente, perpassou os séculos, mantendo-se até nossos dias. Mais do que isso, pretendo esclarecer para que e para quem as idéias que configuram e fundamentam essa categoria foram sustentadas.

² Na Grécia Clássica não há a rotulação de alguns como superdotados; há a “condição outorgada” de alguns como “cidadãos gregos”. Portanto, não estou identificando os “cidadãos gregos” como os “chamados superdotados”.

3.1.2 A república de Platão: res-pública ou res-privada?

Platão participou de um mundo e de um momento histórico profundamente marcados por oposições: a Grécia Clássica. Suas idéias só poderão ser compreendidas, considerando-se o momento histórico e contexto social em que estavam mergulhadas. Nessa tese isso é importante porque essas idéias nos revelam tanto uma teoria que, ainda hoje, oferece subsídios aos que acolhem a noção de superdotado.

De uma certa forma já delineei algumas dimensões do mundo grego que ofereceram condições para a elaboração de um sistema filosófico como o proposto por Platão. Mais adiante, retomarei e aprofundarei essas idéias. Agora é importante situar melhor esse filósofo e algumas das idéias expressas em “A REPÚBLICA”. Quem era Platão? O que defendia? Para quem interessava, e ainda interessa, que sejam mantidas algumas de suas idéias a respeito da natureza dos indivíduos, da estruturação da sociedade e do estado, e das relações que preconizava?

Platão nasceu em Atenas, no século IV a.C., no ano de 427 a.C. (BRÉHIER, 1965, p. 293) ou em 428 a.C. (ABBAGNANO, 1955, p. 63). Descendia de uma família de antiga nobreza que tinha entre seus ancestrais Sólon, por parte de mãe, e o rei Codro, por parte de pai. Assim, participava daquela classe de cidadãos gregos aos quais pertencia, privilegiadamente, a possibilidade de pensar, filosofar e entregar-se às “verdadeiras” indagações, isto é, aqueles que levariam à elaboração de um sistema de idéias que permitisse a realização do mais alto objetivo desses gregos: “uma comunidade perfeita, na qual o indivíduo encontra sua perfeita formação” (ABBAGNANO, 1955, p. 80).

Uma de suas mais importantes obras é “A REPPÚBLICA” (1983), escrita no século IV a.C. Que subsídios oferece para fundamentar a teoria de que algumas pessoas são superiores às outras? Para que e para quem serviriam suas idéias?

Indubitavelmente, estamos diante de uma obra grandiosa, que versa sobre uma variedade de temas, e que trata, em última instância, do Homem que, para os Gregos, era o Homem na sociedade (FERGUNSON apud PEREIRA, 1983, p. XLVII).

Nesse estudo examinarei algumas inter-relações do seu pensamento, assim como seu comprometimento com uma determinada teoria política da sociedade Estado.

Pereira (1983, p. XLII) e Jaeger (s/d), ao apresentarem as idéias e a própria posição de Platão, não configuram um compromisso desse filósofo com determinada concepção de sociedade e/ou Estado. Para eles, Platão em “A REPÚBLICA” apresentaria uma “constituição” ou “forma de governo” – POLITÉIA – geral e abstrata, isto é, sem conotação específica com uma dada realidade, e que transcenderia o específico e o concreto.

Segundo o que penso, essa é uma maneira de dizer que essa obra é a concepção idealizada de um ESTADO, uma UTOPIA. Falar da RES-PÚBLICA desencarnada é, ao mesmo tempo, querer TUDO expressar e NADA caracterizar. Dito de outra forma, qualquer REPÚBLICA é feita de pessoas e para pessoas, logo, tentar torná-la universal, enquanto ideal, serve apenas para encobrir o comprometimento não só de uma determinada FORMA DE GOVERNO, como com uma determinada maneira de concretizar a RES-PÚBLICA. Para que e para quem Platão idealizava a sua REPÚBLICA? Qual a estrutura social que permitiu a Platão emergir? Por que Platão organizava seu pensamento da forma com o faz e para quem serve o sistema de idéias que ele articula?

Buscarei respostas a essas questões examinando o MITO DA ORIGEM DOS HOMENS (PLATÃO, 1983, III, 415 a, b, c). Talvez assim seja possível compreender o que esse filósofo pretendia ao construir a sua cidade e como imaginava que ela funcionaria.

Vós sois efetivamente todos irmãos nesta cidade (...) mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós que eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo por que sai mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros. Por isso o deus recomenda aos chefes, em primeiro lugar, e acima de tudo, que aquilo em que devem ser melhores guéfes, em primeiro lugar, e acima de tudo, que aquilo em que devem ser melhores guardiões e exercer mais aturada vigilância é sobre as crianças, sobre a mistura que entra na composição das suas almas, e, se a sua própria descendência tiver qualquer porção de bronze ou de ferro, de modo algum se compadeçam, mas lhes atribuam a honra que compete à sua conformação, atirando com eles para os artífices ou os lavradores, e sem por sua vez, nascer destes alguma criança com uma parte de ouro ou de prata, que lhes dêem as devidas honras, elevando-os uns guardiões, outros auxiliares, como se houvesse um oráculo segundo o qual a cidade seria destruída quando um guardião de ferro ou de bronze e defendesse. (PLATÃO, 1983, III, 415 a, b, c).

Para analisar esse mito tentarei responder a algumas questões que se originam dele:

- De que maneira Platão explicava a diferença entre os homens?
- Quais as relações que propunha que os homens mantivessem entre si?

Apresento algumas idéias de Platão que revelam possíveis respostas a essas questões. Destaco, inicialmente, a que se refere à diferença entre os homens. Para ele a diferença entre os homens era oriunda da vontade divina, ou seja, ela decorria de algo que os transcendiam.

Os deuses eram o fundamento de tudo. Eles expressavam a idéia de imobilidade, isto é, de não-transformação, manifestando, dessa forma, sua perfeição. Diz Platão: "...cada uma das divindades, sendo a mais bela e melhor que é possível, permanece sempre e de uma só maneira com a forma que lhe é própria" (PLATÃO, 1983, II, 381 c). Eles eram autores unicamente das coisas boas, do bem (PLATÃO, 1983, II, 380 c). Portanto, se algo de mau acontecesse aos homens, isso ocorreria por motivo estranho aos deuses. Entretanto, quando aos maus ocorressem infortúnio, então poderia ser dito: "... precisavam de castigo, por serem desgraçados, e que, expiando o seu crime, estava a receber um benefício de deus" (PLATÃO, 1983, II, 380 b).

A divindade era concebida como "... um Ser simples e o menos capaz de todos de sair da sua própria forma" (PLATÃO, 1983, II, 380 c). Essa era, pois, a concepção de perfeição grega: finita e imutável.

Platão condenava os poetas quando eles apresentavam os deuses de maneira diferente daquela propugnada por ele. Fazia isso não somente porque afirmavam deuses diferentes daqueles apregoados por ele, mas acima de tudo, porque a descrição platônica dos deuses sustentava uma determinada estrutura social. Qual era essa estrutura social?

Tais idéias revestem-se de importância porque os fundadores da cidade desejavam que "...os nossos guardiões sejam tementes aos deuses e semelhantes a eles, na máxima medida em que isso for possível ao ser humano" (PLATÃO, 1983, II, 383 c).

Embora os guardiões (e por extensão, alguns homens), fossem considerados semelhantes aos deuses, estavam subordinados a eles e os temiam. Com isso ficavam limitadas as funções e as inter-relações desses homens ao que Platão (no

caso os filósofos da cidade concebida por ele) considerava o melhor. Isto significava, por exemplo, manter uma estrutura social hierárquica. Ela fundamentava-se na idéia de que os homens, embora aspirassem a ser semelhantes aos deuses, sabiam que os deuses lhes eram superiores e a eles deveriam submeter-se. Como também os homens era diferentes entre si, mantinha-se essa hierarquia, já presente na relação entre os homens e os deuses: aos homens considerados superiores cabia governar e conduzir os demais; os inferiores a eles submeter-se-iam.

Ao dizer que os homens eram compostos por diferentes metais, Platão afirmava que a diferença entre eles era uma diferença de natureza. Mesmo que os metais se misturassem, formando combinações diferentes daquelas que lhes deram origem, a forma como colocava a questão implicava na idéia de que a diferença entre os homens era hereditária, apresentando-a como vontade dos deuses.

As diferenças entre homens estabelecidas pelos deuses favoreciam a suspensão de todo e qualquer questionamento a respeito de como e para quem essas diferenças eram mantidas pela Sociedade e/ou Estado. Lógico que esta não era uma questão que preocupava Platão, mas ela refletia-se, e ainda hoje reflete-se, na apropriação e reconversão de suas idéias, seja por ele, seja por aqueles que buscam nele fundamentos para assumirem determinadas posições.

Conforme sua COMPOSIÇÃO (aptidão, dote) cada um teria uma profissão. Esta seria exercida de acordo com as condições existentes em cada um, já desde o nascimento, sem, no entanto, caracterizar-se como uma pré-determinação cega pelos deuses, nem tampouco como uma manifestação de livre arbítrio que é uma noção pós-platônica.

As profissões mantinham uma hierarquia intrínseca entre si, ou seja: como os homens formados por ouro eram mais preciosos, estariam eles aptos para governar:

seriam auxiliados por aqueles formados por prata e compostos por ferro e bronze seriam lavradores e outros artífices. Em realidade, as profissões quem implicavam maior poder ocupavam o topo da escala, enquanto as manuais e/ou braçais ocupavam níveis mais baixos.

Os homens agrupavam-se de acordo com determinadas condições que traziam entre si, conforme sua natureza: "...cada um de nós não nasceu igual ao outro, mas com naturezas diferentes, cada um para a execução de sua tarefa" (PLATÃO, 1983, II, 370 b).

Segundo esses critérios os homens faziam parte de raças ou classes sociais³.

De acordo com Platão, era necessário estar atento à "composição" de cada um, a fim de verificar e desenvolver a profissão para qual estaria hereditariamente apto. Para não haver mistura na composição de cada um, Platão afirmava a necessidade de medidas eugenésicas.

Uma das medidas eugenésicas preconizadas referia-se aos "casamentos sagrados", considerados por Platão como "úteis" (PLATÃO, 1983, V, 458 e), ou seja, aqueles que permitiam a melhor genética da raça humana. A idéia de casamento sagrado, nesse caso, significava para os gregos "... a união por excelência..." (ADAM apud PEREIRA, 1983, p. 226). Isso acontecia através do casamento realizado dos melhores com os melhores.

A idéia de Platão era bastante clara, discriminatória e fratricida: os homens superiores encontrar-se-iam o maior número de vezes com as mulheres inferiores (PLATÃO, 1983, V, 459 d). Entretanto, isso não bastava, segundo ele, para que uma classe superior surgisse. Enquanto os filhos homens superiores eram levados ao

³ Na tradução de "A REPÚBLICA" (1983) ora aparece o termo raça, ora o termo classe, aparentemente sem distinção. Utilizarei classe, para manter a unidade de acordo com a abordagem teórica marxista. Sob a qual analiso a produção da categoria social dos chamados superdotados na sociedade capitalista.

aprisco para serem alimentados, os filhos homens inferiores e as crianças disformes eram convenientemente escondidas, podendo, inclusive, nem ser criadas (PLATÃO, 1983, V, 460 b, c).

As medidas eugenésicas eram tomadas à revelia de todos, com exceção dos próprios chefes, que decidiam pelos seus governados, sem os consultar e sem informá-los das decisões tomadas. Poderiam, para isso, mentir. Platão preconizava o uso da mentira, dependendo dos fins a serem alcançados. Ela era justificada, por exemplo, em nome da pureza da raça e da paz no seio de uma classe social – a dos guardiões. Ela também era necessária para que os homens inferiores atribuíssem à sorte, e não aos chefes, as suas dificuldades (PLATÃO, 1983, V, 460 a). Para atingir seus fins era lícito que os governantes ou guardiões se utilizassem, inclusive, de mentiras: “... nobre mentira, daqueles que se forjam por necessidade...” (PLATÃO, 1983, V, 414 b). Era por essa razão que a mentira era forjada, expressa e mantida: os governantes eram educados para saber o que era melhor para seus governados (PLATÃO, 1983, III 413 c); por isso, podiam utilizar frequentemente mentiras e dolos, desde de que fossem para o benefício de seus governados (PLATÃO, 1983, V, 459 d).

Poderia parecer uma contradição sua o fato de afirmar que os deuses jamais mentiam, e que os guardiões, sendo semelhantes aos deuses, deviam mentir. Aparentemente estaria propondo uma contradição, o que não seria coerente com a sua filosofia, nem tampouco com a própria forma de os gregos pensarem. Tais reflexões não foram cogitadas por Platão. Ele justificava a mentira, sob outros argumentos, como os que a seguir apresento.

Segundo ele, havia dois tipos de mentira: uma que era a “verdadeira mentira” (PLATÃO, 1983, II, 382 a), aquela que levava ao erro, porque se instalava na alma

da pessoa, mantendo-a em ignorância; a outra era a “mentira por palavras”, apresentada como uma necessidade para os homens, que devia ser administrada semelhantemente a um remédio, por alguém que tivesse conhecimento do que o outro precisava (PLATÃO, 1983, II, 382 b, c, d).

Quando afirmava que a mentira por palavras devia ser dada sob a forma de remédio, pretendia alcançar duas coisas: por um lado, delimitar quem podia mentir e, por outro, sustentar que ela era mesmo uma coisa boa. Sendo assim, ela devia ser dada sob determinadas circunstâncias por quem tinha direito de fazer isso e para quem fosse decidido que era preciso.

Cabia aos governantes mentir quando necessário, não devido à sua natureza mais humana ou mais imperfeita, mas sim ao fato de que suas mentiras justificavam-se, porque tinham como alvo sempre o bem da comunidade e dos cidadãos (PLATÃO, 1983, III, 389 b).

Os objetivos da educação visavam, em última instância, orientar a formação de cada um, desde criança, para exercer uma determinada função social. Sua identificação e seu atendimento eram feitos o mais cedo possível. Era necessário, portanto, vigiá-las desde a infância (PLATÃO, 1983, III, 415 b).

Os melhores eram procurados para serem guardiões, fossem do sexo feminino ou masculino, embora as mulheres fossem consideradas mais débeis do que os homens (PLATÃO, 1983, V, 456 a). Então, era necessário descobrir os dotes naturais de cada um, aquilo que o fazia aprender mais facilmente do que o outro, ou que o impedia de ir adiante no seu aprendizado (PLATÃO, 1983, V, 455 b, c). Isso devia ser feito enquanto o indivíduo era novo e tenro, porque nesse período mais facilmente poderia ser moldado, imprimindo-se nele o que havia de ser (PLATÃO, 1983, II, 377 a, b). As fábulas, contadas pelas amas e pelas mães, ajudariam a

moldar suas almas, embora muitas delas tivessem de ser rejeitadas (PLATÃO, 1983, II, 377 c).

Ele também propunha a não violência no ensino: as crianças deveriam aprender brincando, pois isso facilitaria a descoberta de suas tendências naturais (PLATÃO, 1983, VII, 536 e, 537 a).

A observação e o acompanhamento constantes eram apresentados com um objetivo transcendente: ver quem era capaz de verdadeiramente preocupar-se com o bem comum (PLATÃO, 1983, III 412 e), ou seja, ser guardião!

O caráter seletivo dessa educação era extremamente forte, a ponto de Platão afirmar que, se os chefes constatassem em seus próprios filhos qualquer porção de bronze ou de ferro, deveriam tomar providências e afasta-los de si, deixando-os ser artífices ou lavradores (PLATÃO, 1983, III, 415 c).

Aos governantes era atribuído o poder para decidir sobre a formação dos guardiões ao longo de sua vida. Cabia-lhes selecionar as crianças e os jovens, a partir das tendências observadas neles para uma determinada profissão.

Ele valorizava bastante a educação e a criação dos filhos, afirmando que cidadãos bem educados e homens sensatos perceberiam muitas coisas. Tal seria alcançado, através de uma educação e instrução honestas, que tornassem melhor a natureza de cada um, influenciando inclusive, na procriação (PLATÃO, 1983, IV, 424 a, b).

Parece haver uma contradição no pensamento platônico, pois, se por um lado afirmava que os homens, de acordo com a natureza, eram diferentes – o que determinaria, inclusive, a posição de cada um na sociedade – por outro, acenava com a possibilidade de que, pela educação se formassem homens honestos, cumpridores da lei, capazes de seguir o impulso determinado pela própria educação

(PLATÃO, 1983, IV, 424 e, 425 a, b, c). Essa contradição pode ser vista como aparente, porque, na verdade, a educação que cada um recebia dependia de sua natureza, da tendência manifestada.

A educação permitia que os selecionados para receberem uma educação melhor gradativamente se aperfeiçoassem. Eram escolhidos os que demonstrassem ser os mais firmes, corajosos, nobres, másculos e que evidenciassem “características naturais condizentes com o nosso esquema de educação (...) agudeza de espírito para o estudo e não ter dificuldade em aprender” (PLATÃO, 1983, VII, 535 b). Aos eleitos per permitido ter acesso à dialética considerada como a mais alta ciência e o método que favorecia, pela destruição das hipóteses, alcançar o autêntico princípio (PLATÃO, 1983, VII, 534 b), ou seja, ela possibilitava que, só pela inteligência, fosse alcançando o Bem (PLATÃO, 1983, VII, 532 b).

A dialética significava basicamente “falar com”, “discorrer”, “raciocinar”, e caracterizava-se pelo filosofar através do diálogo, como acontecia na própria obra platônica (PEREIRA, 1953, p. XXXII); era “o processo de discussão oral por meio de pergunta e resposta” (NETTLESHIP in PEREIRA, 1983, p. XXXIII). Em Platão, esse termo teve seu sentido mudado e passou de “discorrer” para “discorrer com o fim de atingir a verdade”, o que era feito por meio de palavras entre duas pessoas, ou era o “diálogo silenciosamente conduzido pela alma consigo mesma” (PLATÃO, SOFISTA, 263 e, in PEREIRA, p. XXXIII). Da designação de um método passou a “identificar-se com o próprio objeto a alcançar por essa via que é o saber filosófico”, conforme Pereira (1983, p. XXXIII).

Somente aqueles que tinham “toda a espécie de dotes naturais” (PLATÃO, 1983, VII, 535 c) eram considerados aptos a aprenderem a dialética e, conseqüentemente, de serem governantes da cidade ou juízes.

Essas idéias revelam o caráter privilegiado que era pensado sobre e para a classe social mais poderosa. Em nome das condições superiores atribuídas à natureza de determinados indivíduos, eram-lhes outorgadas condições especiais de desenvolvimento, como, por exemplo, o acesso à dialética. Dessa forma, esse saber – considerado neste caso o mais alto – ficava à disposição de um grupo restrito.

Os mesmo indivíduos considerados com dores para governar, fazendo parte de um grupo superior e restrito, também tinham acesso ao saber que lhes era conferido privilegiadamente.

Essa distribuição do conhecimento assegurava o poder para quem a ele tinha acesso, em última instância, conferia ao governante, enquanto filósofo, a autoridade que lhe era exigida, pois esse conhecimento estava disponível apenas para ele.

Em nome do saber, Platão afirmava o privilégio de alguns terem condições para governar “... a cidade e ser senhores das altas instâncias” (PLATÃO, 1983, VII, 534 d). Os eleitos eram aqueles dotados de “qualidade e natureza apropriadas para a custódia da cidade” (PLATÃO, 1983, II, 374 e), capazes de, “durante toda a vida, executar com todo o empenho aquilo que, em seu entender, será útil à cidade” (PLATÃO, 1983, III, 412 e) e eram os filhos legítimos e não os bastardos (PLATÃO, 1983, VII, 535 c). A natureza dos eleitos mantinha-os apaixonados pelo saber, pela essência na sua totalidade, e permitia que tivessem a verdade e a sabedoria como referência para todo e qualquer momento de suas vidas. A eles, e somente a eles, cabia decidir sobre os cidadãos e guardar as leis e os costumes da cidade.

Eram os eleitos porque “ a uns compete por natureza dedicar-se à filosofia e governar a cidade, e aos outros não cabe tal estudo, mas sim obedecer a quem governa” (PLATÃO, 1983, V 474 b, c). Seu número era reduzido, porque havia

poucos dignos de conviver com a filosofia e pequeno era o número daqueles naturalmente dotados para serem filósofos (PLATÃO, 1983, V, 496 a, b).

Conforme Platão, essa seleção acontecia porque:

- a) A própria natureza determinava que, em certas classes sociais, como a dos governantes, houvesse um número reduzido de pessoas. (PLATÃO, 1983, IV, 428 e, 429 a);
- b) Competia aos governantes manter o tamanho da população e, conseqüentemente, fazer com que as cidades não se tornassem nem maiores, nem menores: deviam estar atentos ao número de matrimônios que se realizavam e ao número de homens existentes, muitos dos quais morriam nas guerras ou de doenças (PLATÃO, 1983, V, 460 a).

Segundo Platão, havia uma seleção natural, porque as qualidades exigidas para governar eram mais complexas do que outras. Em nossa cidade, dizia o filósofo, havia maior número de ferreiros que de verdadeiros guardiões. Esses eram uma classe social diminuta, extremamente reduzida por natureza, pois só eles participavam da sabedoria (PLATÃO, 1983, IV, 428 e, 429 a).

Na realidade, o proposto (embora não explicitado) era que, quanto mais próximos do poder (capazes de assumir o governo das cidades), menor deveria ser o número dos cidadãos aptos para tal.

Todas essas idéias eram defendidas em nome da cidade perfeita, que só poderia concretizar-se na e pela justiça perfeita. Seu ideal era organizar uma comunidade humana fundada na justiça. Significava que cada um deveria desempenhar uma determinada função, de acordo com sua natureza (PLATÃO, 1983, IV, 433 a) para que surgisse a cidade/Estado modelo que, mesmo não existindo (ou não vindo a existir), determinaria as normas que uma cidade perfeita teria (PLATÃO, 1983, IX, 592 b). Como a base da seleção dependia dos dotes,

aptidões (composição da alma) de cada um, estabelecia-se um círculo vicioso: alguns, considerados os melhores, eram eleitos para governar a cidade perfeita e a cidade só seria perfeita na medida em que fosse governada apenas por esse grupo restrito, formada pelos filósofos (guardiões, chefes), os únicos considerados capazes de realizar a Justiça e promover o Bem, o que significaria manter cada um no lugar que lhe competia, em função de seus dotes e/ou aptidões.

Sua idéia era de que tal cidade não seria prerrogativa de uma minoria, mas todos que dela fizessem parte, poderiam nela ser felizes (PLATÃO, 1983, IV 420 c). Seria uma cidade, onde haveria comunidade de mulheres, filhos, educação, ocupações para a guerra e para a paz. Dentre seus habitantes, dizia ele, “serão soberano aqueles que mais se distinguirem na filosofia e na guerra” (PLATÃO, 1983, VIII, 543 a).

A cidade/Estado modelo, existia, segundo Platão, à semelhança da alma do homem, à semelhança mesmo dos tipos de homens que caracterizavam – porque compunham – os tipos de Estados existentes. Como ele apresentava essa relação?

A cidade, o corpo e a alma compunham-se de partes (PLATÃO, 1983, IX, 580 d). A cidade era formada por homens, amigos do aprender e do saber – os filósofos; alguns amigos da vitória e das honrarias – os ambiciosos e outros, amigos do dinheiro e do lucro – os interesseiros (PLATÃO, 1983, IX, 581 c). A alma também estava dividida em partes, cada uma responsável por determinada espécie de prazer, desejo ou poder (PLATÃO, 1983, IX, 580 d). Uma parte da alma era responsável pelo que o homem aprendia: estava presente no filósofo, tornando-o amigo do conhecimento e da verdade. Devido à constituição de sua alma, não se importava com a riqueza ou com a fama, enfim, torná-lo amigo da vitória e das honrarias (PLATÃO, 1983, IX, 581 a, b): caracterizava o homem ambicioso ou o

guerreiro (PLATÃO, 1983, IX, 583 a). E a outra podia ser chamada concupisciência: referia-se à parte irracional, aquela pela qual o homem amava, tinha fome, sede, manifestava certas satisfações e desejos (PLATÃO, 1983, IV, 43 9d). Caracterizava o homem amigo do dinheiro e do lucro, pois ele precisava disso para satisfazer seus desejos (PLATÃO, 1983, IX, 580 e, 581 a): estava presente in interesseiro.

Platão, ao falar destes prazeres e desejos, caracterizava, ao mesmo tempo, os tipos de homens que os manifestavam, discriminando as relações entre eles. Utilizando-se dos critérios de experiência, vigilância e raciocínio, analisava a composição de cada um deles, visando demonstrar a vitória do justo sobre o injusto. De todos eles o que mais justo podia ser era o filósofo. Só ele podia saborear o prazer de contemplar o Ser, o que era vedado aos demais, além de que, só ele tinha mais experiência do que os outros. Como só nele manifestava-se a força do raciocínio, ele era o único que aliava reflexão à experiência. Com isso ficava mais apto para julgar melhor (PLATÃO, 1983, IX, 582 c, d, e).

De acordo com a análise feita por Platão, conforme apresentei acima, o sábio ou o filósofo era o homem superior aos demais, seguindo-se o guerreiro ou ambicioso e em último lugar o interesseiro. Era desta forma que, de acordo com a composição da alma de cada um, analisava-os e apresentava-os hierarquicamente. Conforme Platão, assim como existiram formas específicas de almas, haveria também constituições de governos. Dentre as formas de governo, a melhor seria aquela que tivesse como governante alguém que se distinguisse: se fosse só um a distinguir-se chamar-se-ia monarquia; se mais se distinguissem, seria aristocracia. Embora fossem designadas de dois modos, na verdade, seriam uma só forma de constituição de governo (PLATÃO, 1983, IV, 445 c, d). Segundo ele, essa seria a forma de governo boa, reta e justa, e que se colocaria acima de todas as outras

(PLATÃO, 1983, VIII, 544 e), do mesmo modo que o seriam os homens dessa qualidade. As demais cidades (ou formas de constituição de governo) seriam consideradas vícios, quer se tratasse da organização do caráter da alma individual, que se tratasse da administração das cidades (PLATÃO, 1983, V, 449 a).

A timocracia, oligarquia, democracia e tirania seriam formas de governo, conforme descritas e classificadas por Platão da menos pior para a mais pior, constituídas por vícios ou defeitos. Paralelamente a cada uma dessas constituições, corresponderia um tipo de homem (PLATÃO, 1983, VIII, 545 b, c).

A constituição dos Estados degenerava, segundo Platão, porque os homens ignoravam quais eram as melhores ou as piores épocas para os nascimentos. Ocorriam casamentos fora da ocasião própria, gerando crianças que não eram bem constituídas, nem afortunadas. Mesmo escolhendo-se as melhores para se tornarem guardiões, devido à sua composição, geravam a desigualdade e a anomalia desarmônica, que, por sua vez, produziam a guerra e o ódio. Surgia a discórdia entre as classes (PLATÃO, 1983, VIII, 546 d, e; 547 a), porque os indivíduos passavam a aspirar a determinados bens, de acordo com sua formação.

As raças formadas de ferro e a de bronze, voltavam-se para o lucro, posse de terras e casas, ouro e prata; por sua vez, as raças de ouro e a de prata, como não eram carecidas, mas dotadas por natureza da verdadeira riqueza que é a das almas, conduziam à virtude e à antiga constituição. Depois de exercerem violências e lutarem umas contra as outras, chegavam ao acordo de dividirem e se apropriarem da terra e das casas, e aqueles por quem antes velavam como pessoas livres, amigas e que os mantinham, a esses escravizavam-nos então, tornando-os periecos e servos, e cuidando eles mesmos de lutar e de nos vigiar. (PLATÃO, 1983, VIII, 547 b, c).

Da mesma forma que era pela natureza dos homens se instaurava entre eles, segundo Platão, a discórdia, também era pela sua própria composição, que alguns levavam os demais à antiga forma de governo e à virtude.

O trabalho dos homens superiores, cuja natureza era composta de ouro, era hierarquicamente superior ao dos artífices e lavradores, compostos de ferro e bronze. Era dessa forma que ele dividia e hierarquizava o trabalho. A divisão do trabalho entre os homens, em função de sua composição, isto é, de sua natureza, implicava na divisão e hierarquização do trabalho em intelectual e físico: aquele, afeito a uma classe social superior e que era minoria; este, extensivo à maioria dos homens, naturalmente dotados de condições inferiores.

A justificativa filosófica para que ele afirmasse a impossibilidade de alguém exercer mais de uma arte, ou que quer que seja, fundamentava-se na oposição entre multiplicidade e unicidade. Algo não podia ser e não ser ao mesmo tempo ou algo não podia ser e ser outro ao mesmo tempo. Essa idéia é básica dentro da metafísica clássica.

Na medida em que a natureza de cada um determinava as funções e o trabalho que desempenharia na sociedade, apresentava a perspectiva de uma sociedade funcionalista, onde cada um ocuparia um determinado lugar.

Platão preconizava uma classe de homens superiores. Mesmo quando, dentre esses homens, destacava o filósofo como aquele capaz de ser o governante, sempre generalizava essa idéia, ou seja, ele não falava na educação de UM filósofo, mas dos filósofos: não faltava na educação de UM chefe, ou de UM governante, mas dos chefes e dos governantes. Manifestava dessa forma uma das características da cultura grega: não valorização do indivíduo, mas da coletividade enquanto expressa de cidadãos.

Refletindo sobre as idéias defendidas por Platão e o momento histórico em que se originaram e fortaleceram, indagações surgiram-me. Para expressá-las, recoloço algumas das principais características da Grécia Clássica, a fim de

comparar aspectos da teoria platônica – que fundamentam as relações entre os homens na REPÚBLICA idealizada por ele – e suas conexões com as próprias relações estabelecidas pelos homens concretos do seu tempo.

Na teoria de Platão, uma cidade surgia, na medida em que cada um não era auto-suficiente, mas sim “necessitado de muita coisa” (PLATÃO, 1983, II, 369 b). Como a justiça implicava em cada um desempenhar a sua tarefa (PLATÃO, 1983, IV, 433 b), então, a cidade justa era aquela que em que os homens hierarquicamente executavam o seu trabalho.

Em nome da justiça e das qualidades da alma, a cidade constituía-se de alguns homens que exigiam, por sua natureza, serem governados, e de outros, únicos capazes de governar. Era melhor para todos ter por governante um ser sensato e divino, que tanto podia estar dentro de cada um, como no exterior. O que importava, segundo ele, era que dessa forma todos se mantinham “iguais e amigos, até onde for possível” (PLATÃO, 1983, IX, 590 c, d).

Os artífices e os trabalhadores manuais, por sua natureza, desejavam ser governados, porque eram capazes apenas de adular e acalentar os monstros que os habitavam. Sua melhor parte era débil por natureza e não tinha força de comandar (PLATÃO, 1983, IX, 590 c). Não eram capazes nem de comandar, nem de se comandar. Por isso, necessária e naturalmente, deviam ficar sob o comando de outros. Havia, portanto, uma hierarquia que estratificava os homens, as profissões, as cidades/Estados.

De acordo com Platão, a própria lei manifestava o desejo que existia no indivíduo de ser governado, o que era a expressão daquilo que cada um precisava. Para justificar tal idéia, dava como exemplo o que acontecia com a criança: ela só pode ser deixada livre depois de haver aprendido a ter sua alma organizada, como a

constituição da cidade. Só depois disso era colocado, junto às crianças, um chefe “semelhante a nós, para fazer as nossas vezes, e só então as deixamos livres” (PLATÃO, 1983, IX, 590e, 591 a).

Era essa a liberdade oferecida por Platão aos “débeis por natureza”: uma liberdade outorgada por um ser “sensato e divino” que sabia o que era melhor para seus súditos. Pensados como crianças – e crianças daquela época – era obvio que lhes era necessário um guarda e um chefe, que não fosse qualquer guarda ou chefe, mas um “semelhante a nós”, para guiar (e dominar) aqueles que deles precisassem. Além do mais, a afirmação de “semelhante a nós”, não era o mesmo que semelhante a todos. Havia, evidentemente, uma limitação nesse “nós”. Referia-se aos filósofos, amigos da sabedoria e capazes de conhecer a verdade absoluta. Ora, se era afirmado que cada um nascia com uma determinada composição de alma (PLATÃO, 1983, III, 415 a, b, c) e exercia uma determinada função na sociedade (Estado, cidade), de acordo com suas aptidões (que decorriam de sua natureza), além de receber uma educação adequada à sua própria natureza (PLATÃO, 1983, IV 432 c, d, e), como era possível acreditar que não havia uma determinação em sua teoria de Estado para que alguns dirigissem e outros fossem dirigidos, alguns dominassem e outros fossem dominados? (PLATÃO, 1983, III, 412 d, e; 413 e, 414 a; 428 e, 429 a). Não estaria a nos dizer isso, na idealização de sua cidade, embora mascarasse sua posição, afirmando que o fazia em nome da Justiça (PLATÃO, 1983, VI, 433 a, b), do Belo, do Bem e da Verdade (PLATÃO, 1983, VI, 484 c, d) ou, até mesmo, da Felicidade para todos? (PLATÃO, 1983, IV, 420 c). Sendo isto verdadeiro, qual o sentido de preconizar uma JUSTIÇA PERFEITA? Como ele pretendia que ela se concretizasse? Um aspecto a considerar refere-se à distribuição da riqueza.

Platão era muito claro e explícito, em relação ao despojamento que deveria haver por parte dos guardiões, em relação aos bens materiais. Sua idéia era de que seriam soberanos aqueles que se distinguissem “na filosofia e na guerra” (PLATÃO, 1983, VIII, 543 a). Eles nada teriam de seu. Os atletas, guerreiros e guardiões receberiam, como salário da guarda que faziam da cidade, apenas a alimentação necessária para um ano (PLATÃO, 1983, VIII, 543 b, c). Dessa forma, ele colocava aqueles a quem atribuía o poder de governar e vigiar os demais, em situação de igualdade ou, até mesmo, em situação de maior despojamento do que as demais pessoas.

Se aparentemente os guardiões não tinham nenhum poder econômico, pois não acumulavam bens nem riquezas, eles detinham um poder de decidir sobre a cidade e os cidadãos. Para mim, parece-me, Platão escamoteava as verdadeiras relações que estabelecia entre os homens, porque o que importava, no Estado que idealizava, não era ter riqueza, mas sim ter poder de governar. Ele estabelecia que aliança entre saber e poder: só detinha o poder quem detivesse o saber. E como isso se dava? Mais uma vez, verifiquei que esta era uma relação outorgada, embora fosse apresentada como natural.

Examinando a posição que Platão tinha sobre a arte, encontrei subsídios para compreender de que forma ele abordava esta questão.

Ele manifestava, paradoxalmente, uma reação contra a arte, em especial contra a literatura que dividia em verdadeira e falsa (PLATÃO, 1983, II 376 e). Era contra as fábulas contadas às crianças, porque “são mentiras, embora contenham algumas verdades” (PLATÃO, 1983, II, 377 a). Era contra a poesia de Hesíodo e Homero porque delineava de maneira errada deuses e heróis (PLATÃO, 1983, II, 377 d, e). Para ele “os poetas e pensadores proferem os maiores dislates acerca

dos homens“ (PLATÃO, 1983, III, 392 a, b). Considerava a tragédia e a comédia como pura imitação (PLATÃO, 1983, III, 394 c). E, como tais, não deveriam ser aceitas. Era assim que Platão questionava o valor da poesia. Ora, na medida em que sustentava que a poesia incitava à mentira, à imitação, a afirmar coisas contraditórias ou contrárias à Verdade, como poderia aceitá-la?

Na verdade, o que ele desejava era evitar aquelas formas de conhecimento que incitavam à imitação e que não contribuía para a boa formação dos guardiões. Para ser um homem superior, eles só podiam imitar aquilo que lhes conviesse: “coragem, sensatez, pureza, liberdade e todas as qualidades dessa espécie” (PLATÃO, 1983, III, 395 c). A tarefa dos guardiões era estar isento de qualquer ofício para serem “os artífices muito escrupulosos da liberdade do Estado” (PLATÃO, 1983, III, 395 b, c). O que Platão não dizia era que tal liberdade consistia sempre na “subordinação do inferior ao superior” (ADAM, apud PLATÃO, 1983, p. 120) para fundar a cidade perfeita.

Se, por outro lado, oferecia tais justificativas, criando uma teoria para explicar (e questionar) o conhecimento poético, por outro, evidenciava a necessidade de controlar o que as diferentes classes de sua cidade deveriam saber, ou seja, instaurou uma censura, prévia para que cada um deveria aprender.

Era preciso “vigiar os autores das fábulas, e selecionar as que (fossem) boas, e proscriver as más” (PLATÃO, 1983, III, 377 b, c). Caberia aos fundadores da cidade estabelecer os moldes que fariam os poetas comporem as fábulas adequadas (PLATÃO, 1983, III, 377 c). Tudo isso era feito, porque havia uma forma distinta de o homem de bem falar e narrar (PLATÃO, 1983, III, 396 b, c) diferentes dos demais homens.

Mais do que isso, entretanto, o que havia, segundo sua teoria, era uma discriminação de quem poderia ter acesso ou não ao conhecimento: nem todos tinham acesso ao saber, mas este era atribuído a alguns, considerados os eleitos. Era oferecido mais e melhor conhecimento para quem fosse considerado melhor e capaz de tornar-se chefe. O saber e o poder eram, pois, privilégios.

Como e por que Platão criava para os eleitos melhores condições de educação e de acesso ao saber? Por que acolhia a aristocracia? O que era preconizado mantinham esse grupo, não só como classe dominante, mas, principalmente, a sua própria hegemonia. Entretanto, essa resposta parece opor-se ao que Platão defendia: organizar um Estado – A REPÚBLICA – que pautasse todo o viver em concretizar a JUSTIÇA PERFEITA.

Segundo Jaeger (s/d, p. 549) a suprema aspiração de Platão era criar as condições para que a vida humana se estruturasse. Suas obras buscavam organizar a verdadeira comunidade, onde esperava que o Homem realizasse suas mais altas virtudes. Essa visão de Jaeger encontra fundamento na concepção aristocrática, tanto nas idéias de Platão, quanto, em grande parte, na cultura grega clássica. Perpassava em ambas a idéia de que havia algo na própria natureza dos homens que os diferenciava. A nível de realidade concreta, tal idéia manifestava-se no conceito de “ARETE”.

Essa palavra expressava algo inerente ao próprio homem, que fazia parte de sua natureza. Quanto “ARETE” referia-se ao próprio corpo, tanto podia designar uma força, uma capacidade, quanto podia significar vigor e saúde: também podia expressar uma qualidade, própria do indivíduo e que constituía sua perfeição. Além dessa força intrépida, a palavra adjetivada (JAEGER, s/d, p. 25) correspondente a

“ARETE”, embora procedente de outra raiz, mantinha uma íntima relação com nobreza e bravura militar, conjuntamente.

O superlativo de distinto e escolhido, no plural, era constantemente empregado para designar a nobreza, estabelecendo uma relação que assegurava à nobreza determinados atributos: nobre, valente, hábil, corajoso, varonil: quase nunca significava bom, nem tampouco virtude moral. Relacionada a essa última acepção poderia estar, por semelhança, a idéia de viver, tanto na vida privada quanto na guerra, de acordo com normas certas de conduta, manifestação alheia ao comum dos homens. Traduzir-se-ia pela necessidade de viver de acordo com os mais altos princípios éticos, não no sentido de uma moral imposta, mas decorrentes da própria constituição de uma pessoa, de sua natureza. A pessoa sentir-se-ia impelida a concretizar um estilo total de vida, marcado pela grandiosidade dos gestos que manifestariam, acima de tudo, o ideal do dever cumprido.

A força educadora da nobreza colocaria diante dos olhos dos indivíduos o dever de alcançar esse ideal. Ao mesmo tempo em que o homem sentisse o orgulho de ser um nobre, saberia que, acima de tudo, para manter-se assim, deveria manifestar sua “ARETE”. Isso significava não apenas a luta e a vitória, no sentido cavaleiresco, mas, acima de tudo, a conquista da virtude humana. Não era simplesmente a superação física do adversário, por exemplo, mas a rigorosa exercitação das qualidades naturais; significava coragem e retidão de caráter. Essa era a visão de Jaeger (s/d) sobre o homem grego.

Era para manifestar sua “ARETE” que o homem buscava superar-se a si próprio, em busca desse ideal de perfeição. Como era apresentado, o nome de ARISTOI – “os melhores” – era dado a um grupo numeroso; entretanto, apenas alguns conquistavam a “ARETE”, tal como se conquista um prêmio. Portanto, ela era

algo passível de ser conquistada; essa conquista implicava no exercício de algo que fazia parte da natureza intrínseca do homem.

Havia uma íntima e inseparável relação entre senhorio e “ARETE”, isto é, só quem tinha “ARETE” podia ser considerado “SENHOR”, ou seja, nobre. Essa concepção implicava, também, necessariamente, na impossibilidade ou, até mesmo na exclusão de o homem vulgar ou escravo ser ou vir-a-ser “Senhor”. Eles jamais poderiam participar da categoria dos ARISTOI, mesmo considerando-se que nem todos ARISTOI perdia metade de sua “ARET”, mesmo descendendo de uma família de alta estirpe, era quando ele se tornava escravo, o que acontecia quando prisioneiro de guerra, por exemplo. Segundo o que era expresso, isso ocorria por vontade dos deuses e, assim ele deixava de ser o que era antes.

Somente alguns homens tinham “ARETE”. Era uma qualidade invulgar, fruto de sua natureza, que os colocava acima dos demais. Essa superioridade, decorrente de sua própria natureza, era oriunda de qualidades invulgares, excelência de virtudes, dotes pessoais, mas, acima de tudo, caracterizava uma forma de ser e de estar. Fundamentalmente, visava dar e/ou confirmar “nobreza” para alguns, ou seja, poder. Mais do que isso, esse conceito permitia que apenas alguns fizessem parte de um determinado grupo: eram privilegiados, porque sai natureza havia algo que os diferenciava dos demais, colocando-os acima de todos. Em conseqüência, sua vida pautava-se por viver tudo o que era permitido aos nobre e somente a eles.

Como era o homem nobre, no cotidiano?

Se idealmente era preconizado um ponto de vista transcendental do homem grego, a aristocracia, no seu dia a dia, manifestava-se diferentemente. O nobre e o rico viviam ociosos, e não se preocupavam em aumentar sua fortuna por meio do trabalho direto e pessoal. Faziam parte da categoria de cidadãos, que já era minoria,

havia o grupo (restrito) dos nobres e ricos, que primavam pela ociosidade; os demais cidadãos trabalhavam, sem, no entanto, representar a “força de trabalho” da Grécia Clássica. Na realidade, eram os metecos (pessoas de origem estrangeira) que garantiam o desenvolvimento econômico, pelo árduo trabalho desenvolvido nos diferentes ramos de negócios e em outras atividades produtivas.

Na verdade, cada indivíduo participava diferentemente na economia da cidade, conforme a classe a que pertencesse.

Tanto a concepção grega de “ARETA”, quanto a própria vida que os aristocratas levavam na sociedade grega clássica, permite que eu indague: a quem interessava a formação e a manutenção desse elite, formada pelos aristocratas e, eventualmente, pelos senhores mais ricos?

Para Platão, a aristocracia era a forma de governo ideal, aquela que melhor expressava a constituição da cidade, e por extensão, a própria composição da alma humana. Ele estava, na verdade, expressando o seu ideal de Homem que se relacionava com o ideal de homem na Grécia Clássica.

Segundo Hauser (1969, p. 136), a forma de governo preconizada por Platão beneficiava as minorias dominantes, à medida que sua filosofia conservadora e sua teoria do Estado prenunciavam um afastamento do cotidiano e renunciavam a mudanças da realidade. As normas puras, os valores absolutos, as idéias intemporais levavam em seu bojo a necessidade da pura contemplação e foram fonte de posteriores idealismos reacionários.

Afirmar que Platão favorecia as minorias dominantes é também afirmar que havia uma maioria dominada. Haveria possibilidade dessa maioria manifestar-se? Quem seriam seus porta-vozes?

Conforme Hauser (1969, p. 118), “todos os espíritos importantes dos séculos V e IV a.C. estão (estavam), com exceção dos sofistas e de Eurípedes, ao lado da aristocracia”. Platão, também, atrelava-se a eles da mesma forma que Píndaro, Ésquilo, Heráclito, Parmênides, Empédocles, Heródoto, Tucídides... Muitos deles eram, inclusive, aristocratas. Manifestavam-se contra a democracia. Na comédia, verificava-se a defesa de idéias reacionárias, embora ela fosse um gênero essencialmente democrático. Aristófanes, ao ganhar os primeiros prêmios a ter sucesso junto ao público, mostrou como nos concursos oficiais os inimigos da democracia eram louvados.

O que aconteceu foi uma revolução intelectual e moral, através dos “sofistas” (homens de saber), na segunda metade do século V a.C. Platão hostilizou-os profundamente. As polêmicas encetadas, a partir de suas idéias e contra eles, difundiram reputação pouco lisonjeira a seu respeito (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 170). O que haveria nas idéias propugnadas pelos sofistas, que pudesse ser considerado tão perigoso ao sistema político, econômico, social e intelectual da época, e que exigisse uma tão acirrada oposição? Por que Platão endossava esse conflito?

Os sofistas desencadearam um movimento intelectual e sócio-político que se caracterizou por disseminar o conhecimento, até então privilégio de uma elite, e colocar novas questões em debate. A ciência e a filosofia passaram a ser pensadas criticamente, o que desalojou a pura abstração (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 170 – 171). A educação já não tinha como ideal a cultura do físico ou dos valores cavalheirescos da nobiliária; aspirava a formar cidadãos conscientes, judiciosos, que se destacassem pelo espírito e pela linguagem, enfim, indivíduos de inteligência. Como diz Hauser, com os sofistas

Encontramos pela primeira vez a idéia de uma classe intelectual que já não era uma casta profissional cerrada (...), senão um conjunto de homens suficientemente amplo para assegurar a formação de novas gerações chamadas à direção da política (HAUSER, 1969, p. 128).

Com isso, os sofistas levaram adiante uma proposta que, de certa forma, atrapalhava o projeto aristocrático de sociedade, cultura, enfim, de vida, que privilegiava uma minoria e era tão bem defendido por Platão.

Havia uma inquietação que perpassava diferentes instancias dessa sociedade que precisava ser transformada. A luta entre posições mais reacionárias e posições mais progressivas revelava-se na maneira como os homens de cultura manifestavam seu comprometimento com uma ou outra classe social. Essa transformação político-social só seria alcançada através de um movimento dialético que haveria de atravessar a própria história das civilizações.

Entre os sofistas, havia uma mensagem contestatória, de denúncia e de questionamento das condições desigualitárias da Grécia. Entretanto, os sofistas não conseguiram alcançar a força política conquistada pelos que estava comprometidos com a classe dominante.

A Grécia Clássica caracterizava-se, conforme Hauser (1969, p. 117 – 118, 125) por oposições que se manifestavam, fundamentalmente, nos sistemas políticos que conviviam lado a lado. A democracia da Atena do século V, na verdade, era a resposta que os homens daquela época davam ao seu próprio caminhar-encaminhamento histórico. O individualismo manifestava-se de forma contraditória: de um lado, a democracia era anti-individualista, por tentar apagar os privilégios de nascimento e a força dos déspotas e tiranos, e minimizar as diferenças oriundas das classes sociais, de outro, incentivava a livre concorrência, valorizava o esforço pessoal e esperava que cada um desse o máximo de si. Se essas oposições se

manifestavam na própria democracia, essa também tentava ocupar um espaço que era, privilegiadamente, da nobreza. Embora Atenas tentasse governar em nome dos cidadãos, eram os valores da nobreza que imprimiam a direção desse governo.

A democracia política conquistava espaços junto à aristocracia, mas eram mudanças mais de forma do que de conteúdos substanciais. É assim que, em vez da aristocracia de sangue, instalou-se a aristocracia do dinheiro. O Estado passou a depender da força das rendas, em vez da força das estirpes. Em nenhum momento houve uma democracia econômica, por exemplo. Atenas desenvolveu uma “democracia” imperialista, fundamentada basicamente numa política belicista. Essa trazia benefícios principalmente para os aristocratas, senhores das guerras, à custa dos escravos e dos pobres que iam à luta.

Conforme Hauser (1969, p. 117),

as vitórias e as conquistas políticas da democracia foram alcançadas em sua maior parte por homens de origem aristocrática: Melíades, Temístocles, Péricles, filhos de famílias de velha nobreza.

Uma das formas de manter a hegemonia da classe dominante era pela mediação, através de conceitos e práticas divulgadas e valorizadas na sociedade. As idéias eram lançadas pela aristocracia e propagavam-se. Havia a concretização dessa mediação dentro do espírito grego clássico através de diferentes práticas: afirmação de um ideal de “cidadão livre e justo”, vivendo numa cidade “livre e justa”; “participação” nos conselhos e assembléias...

O próprio ideal da cidade grega podia ser visto como uma forma de mediação para, em realidade, manter a hegemonia da classe dominante. Não era o território, mas a coletividade dos cidadãos que caracterizava a “polis grega”. A categoria de cidadãos devia estar circunscrita: contavam mais as fronteiras humanas que as

territoriais. Era necessário manter nas mãos de uma minoria o poder e as decisões sobre todos os que participavam e formavam a cidade grega.

Em nome da construção de um ideal mais alto, era mantida a hegemonia da classe dominante. Mesmo considerando-se o ideal grego da cidade e de homem, esse ideal abstraía as condições concretas, para buscar o que eles chamavam de universal (e que foi aceito como tal, expresso por um discurso aristocrático de sociedade e de Estado), alijando do processo civilizatório, toda uma parcela da população, no caso, a maioria.

O sistema platônico de idéias favorecia a discriminação e a elitização, quando: defendia a diferença entre as pessoas – através de aptidões que decorriam de sua natureza; determinava uma estrutura social hierárquica de autoridade; propunha uma educação diferenciada, de acordo com as aptidões de cada um; estabelecia a divisão do trabalho; mantinha condições desiguais de acesso aos bens (fossem sociais, espirituais ou econômicos), embora preconizasse o comunitarismo e a austeridade. Portanto, esses homens considerados superiores não eram fruto de condições naturais, como sustentava Platão, mas decorriam de um ideal de organização social, política e econômica de Estado e de sociedade.

O que havia na Grécia Clássica, era um amálgama de trabalho e ócio, suor e “ARETE”, origem estrangeira e nobres origens, enfim, o embate constante de elementos contrários. Havia, também, um ideal de civilização que tentava justificar a centralização da história de um povo nas mãos de uma minoria negando, intencionalmente, toda e qualquer participação de outros povos no crisol de seu desenvolvimento; ao mesmo tempo, buscavam formas de garantir a participação, na vida política do Estado, de todos os cidadãos gregos (que na realidade eram uma minoria).

Examinarei, proximamente, dimensões da vida grega no período clássico, a fim de verificar se não perpassava a própria concretude do cotidiano a teoria de uma classe superior de homens, mascarando desigualdades sociais peculiares àquele momento histórico. Isto justificaria a supremacia de uns governados e outros sendo governados, uns produzindo e outros consumindo, uns recebendo as lãureas das vitórias e outros guerreando na frente de batalha, uns estando em ócio e outros trabalhando, uns sendo sábios e filósofos e outros sem acesso à cultura, uns participando da vida política e outros vivendo subjugados...

A República platônica visava, acima de tudo, revigorar uma forma de governo que se encontrava em decadência, frente à democracia ateniense, mas que precisava ser incorporada a ela, ideologicamente.

O momento histórico da Grécia Clássica convivia com oligarquia espartana e com a democracia ateniense. O ideal grego que clamava mais alto era liberdade, independência, justiça, expresso nas concepções de Estado, cidade e cidadãos. Coletividade e individuo buscavam esses valores. Em troca do devotamento total à cidade, era sustentado que o estado preservaria a autonomia dos cidadãos. Quais os limites dessa autonomia? Como se caracterizava a participação do individuo nas atividades coletivas?

Como já afirmei, aparentemente o ideal de homem grego preconizado na República de Platão era o mesmo buscado na Grécia Clássica. Na verdade, quem era esse homem grego: um ideal a ser perseguido ou uma realidade a ser contestada?

Uma análise das condições históricas das relações entre os homens, nesse período, talvez ofereça alguns subsídios para essa questão.

3.1.3 O homem guerreiro: defendendo a pátria ou a hegemonia de uma determinada classe social?

A Grécia Clássica foi perpassada por guerras. Desde o início do século V até mais da metade do século IV a.C. Atenas nunca conheceu um período de paz que durasse dez anos. Ser cidadão era acima de tudo ser um guerreiro, pronto a dar a sua vida para defender os interesses de sua Pátria. Essa nem sempre exigia que o cidadão a defendesse como um todo. Muitas foram as lutas internas. A necessidade de defender a sua cidade tornou-se, também, tarefa primordial.

Em caso de guerra todo homem válido devia defender sua Pátria. O princípio do dever militar do cidadão era superior ao princípio político de exercer cidadania. Daquele dependia a própria segurança física de cada cidade, ou da própria Grécia, enquanto que desse dependia a hegemonia política e ideológica. O exercício de cidadania devia, necessariamente, ser restrito. Estendê-lo implicaria em pôr em risco o conjunto de valores, idéias, crenças, usos e costumes, enfim, a própria ideologia que sustentava a rotulação de algumas como “cidadãos gregos”, ao mesmo tempo em que significava pôr em risco a hegemonia da classe dominante. Era de interesse manter o exercício político restrito a uma minoria, que compunha, efetivamente, a classe dominante.

A questão, entretanto, não pode ser analisada dissociada do significado que os gregos davam à PÓLIS GREGA, e da maneira como a democracia, juntamente com a oligarquia, mediavam as relações dos indivíduos entre si e com o Estado.

A PÓLIS GREGA não era formada pelo território, mas pela coletividade dos cidadãos. Eis, aqui, a verdadeira importância da cidadania. Ela era critério de

referência para a delimitação urbana, não no sentido espacial, mas no sentido ideológico.

Todos eram chamados a lutar, mas apenas alguns – os considerados cidadãos – é que exerciam atividade política. Na concepção grega de cidade, era preciso que assim fosse porque sua independência estava em estreita relação com sua capacidade de domínio. Entende-se, agora, porque Aymard e Auboyer (1968) haviam afirmado que para os gregos liberdade era total independência pessoal e também a necessidade de satisfazer seu sentimento de posse de vingança e até mesmo de extermínio⁴:

Quanto mais apreciáveis as vantagens materiais e morais da cidadania, tanto mais zeloso deve ser o cuidado em relação ao direito de beneficiar-se delas. Quanto mais os estrangeiros vierem para a capital do império, para o centro comercial do Egeu, para o foco da vida intelectual e artística, tanto mais perigosa será a facilidade de sua admissão ao estatuto de cidadania, pois desta forma a cidade ficaria ameaçada de submersão, de destruição de sua originalidade, condição necessária para que a PÓLIS seja ela própria, e não outra (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 124).

Prestar serviço militar ao Estado, combatendo valentemente com o risco da própria vida, não era dever suficiente para tornar alguém cidadão. Entretanto, sendo cidadão ou não, todos eram chamados para cumprir com dever militar. Essa discriminação não se esgotava entre obrigatoriedade do serviço militar para todos e direitos de cidadania para alguns, mas perpassava a composição dos próprios exércitos, que não possuíam igualmente representantes das diferentes classes sociais. Pelo contrario, eram exatamente os menos favorecidos pela riqueza e/ou pelo poder político, que mais participavam diretamente dos combates, sob condições inadequadas. Isso acontecia, seja porque não tivessem dinheiro suficiente para

⁴ Veja-se sobre isso: “Direito de Transferência da Soberania Total “ e o “Direito da Guerra” (AYMARD e AUBOYER, 1968, p.101).

instrumentalizar-se melhor e paramentar-se adequadamente, seja porque os conhecimentos náuticos e de defesa da época não ofereciam as melhores condições bélicas. As próprias tripulações, geralmente, remadores sem equipamento, recrutados entre as classes baixas, não apresentavam bom desempenho. Consequentemente o combate naval era, nessas condições, quase que um desastre, comparado com as batalhas terrestres (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 98).

Tais condições não eram reconhecidas, nem tampouco faziam parte do discurso daqueles que enalteciam o “ideal grego de democracia”, como bem se constata na “Oração Fúnebre” de Péricles:

Nos exercícios de guerra somos muito diferentes de nossos inimigos, porque nós permitimos que nossa cidade seja comum a todas as pessoas e nações, sem vedar nem proibir à pessoa natural ou estrangeira, ver nem aprender o que bem lhes parecer, nem escondendo nossas coisas ainda que vê-las e aprendê-las possa ser aproveitado pelos inimigos (TUCÍDIDES, 1944 b, p. 181).

Embora a ciência se desenvolvesse, não o fazia com a mesma força e ímpeto que a filosofia, por exemplo. Um dos motivos era que a ciência voltava-se para o exame dos fatos sensíveis, o que só alcançou importância com Aristóteles. Além do mais, faltava interesse para as aplicações práticas. Assim, o avanço científico não se estendia ao que era prático, usual; isso acontecia, em grande parte, pelo preconceito desfavorável às atividades remuneradas. Essa era uma idéia dominante entre aqueles a quem cabia pensar a ciência. Por outro lado, a “indústria” não evidenciava “produção” adequada ao desenvolvimento científico: colocava-se uma limitação entre conhecimento científico teórico e prático, um cerceando o outro. A ciência apenas conseguia realizar abstrações ou se limitava à observação (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 175).

Além de ter de guerrear, pesava, também sobre as classes baixas a exigência de produzir alimentos para os homens guerreiros. Como a Grécia e suas cidades estavam permanentemente em guerra, alguns homens eram obrigados a defender, necessariamente, sua Pátria, e outros, no campo, a produzir alimentos. Havia, para a classe baixa rural, portanto, uma dupla exigência: guerrear e produzir alimentos. Com isso se criava um processo de exaurimento dessa classe social que levou, juntamente com outros fatores, ao final de dois séculos, à própria crise e à decadência da civilização grega clássica.

Embora, raramente, as guerras exigissem que cidade concentrassem todos os seus recursos humanos e materiais, havia sempre um grande dispêndio para armar e enviar ao mar alguns trirremes, por alguns meses, como em Atenas, por exemplo. Tal dispêndio manifestava-se na imobilização e destruição mais ou menos rápida de considerável capital. Navios precisavam ser construídos, homens precisavam ser retirado de um trabalho produtivo para lançarem-se em atividades bélicas, para as quais muitas vezes não estavam nem preparados nem equipados, e por isso mesmo, mais facilmente eram alvo de uma chacina. Se essa era a situação da maioria das cidades gregas, como Atenas, não era a situação de Esparta, famosa pelo excelente desempenho de seus homens, profissionais da arte de guerrear. Como eles podiam dedicar-se inteiramente às artes guerreiras, sem no entanto deixar de sobreviver? Quem fazia as atividades do dia a dia? Quem sustentava os cidadãos guerreiros?

Esparta caracterizava-se por sua extrema austeridade e pobreza, não correspondendo à idéia que os gregos tinham uma cidade. Seus cidadãos levavam a vida de caserna, estando aptos para serem mobilizados a qualquer momento até os 60 anos, embora após os 30 anos passassem à reserva. Comiam todas as tardes

com seus companheiros de tenda e não podiam exercer nenhuma ocupação lucrativa ou outros trabalhos, afora os exercícios físicos e militares. Não possuíam metais preciosos e as moedas eram de ferro, cunhadas pelo Estado. Como mantinham-se? Os hilotas, servos do Estado e camponeses, trabalhavam no campo para os alimentar, e isso bastava, em teoria, para satisfazer as necessidades de suas famílias e mantê-las na ociosidade (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 132 – 133).

Na realidade, a disciplina militar favorecia a manutenção da hierarquia entre os homens, o preparo para a atividade bélica, além de fortalecer a divisão entre as classes, impondo, “naturalmente”, uma estratificação social mantinha abaixo da categoria dos “iguais” isto é, dos únicos cidadãos perfeitos, as categorias inferiores: no campo, os hilotas e, além desses, os cidadãos degradados, os bastardos, os libertos e muitos outros, cujo ideal era o retorno ou o ingresso na classe dos iguais. Na periferia do território lacedemônio havia os “periecos” que, agrupados em pequenas cidades, entregavam-se à agricultura livre, ao artesanato e ao comércio. Também é necessário destacar, para compreender melhor as relações dos homens entre si, que por detrás dessa hierarquização, havia uma concepção de trabalho e de ócio.

Trabalhar significava negar condições de aristocracia e de riqueza, assim como manter-se no ócio implicava em manifestar seu poder econômico e social oriundo diretamente de sua condição de ser um nobre. Essas condições eram delimitadas de tal forma que sempre uma minoria é que usufruía dos privilégios.

O homem guerreiro não só participava do “*status quo*”, como também servia como mediador dessas idéias e dessas práticas. No entanto, havia um dinamismo, um movimento, que perpassava o processo de estruturação da sociedade, assim

como a formação dos homens e seus diferentes agrupamentos. Considerando-se essa dimensão, é importante lembrar que os homens gregos guerreiros e cidadãos gregos. Muitos homens guerreiros tinham a cidadania grega, e, nem todos eles eram, necessariamente, pobres e/ou oriundos do campo. De que forma, então, eram estabelecidas as relações entre essas duas categorias políticas?

3.1.4 Cidadão grego: uma condição cívica a serviço da classe dominante?

Havia um movimento des-igualitário entre a vida do dia a dia e os ideais que projetaram a civilização grega, através dos tempos e dos povos, como aquela capaz de estabelecer uma cooperação entre coletividade e indivíduo manifestava-se diferentemente, no cotidiano. Em muitos casos, havia uma ruptura entre a aspiração maior do helenismo clássico e a vida no seu dia a dia. Através de uma análise das relações que se estabeleciam entre os homens nas cidades sob o regime oligárquico ou democrático, é possível examinar melhor essa questão.

Enquanto as democracias buscava, cada vez mais a igualdade entre os cidadãos, tentando por todos os meios abolir as influencias resultantes do dinheiro, do sangue, da politicagem, sem falar da própria fraude, nas oligarquias os cidadãos ainda eram considerados diferentemente em função da idade, propriedade territorial, riqueza global, nascimento... As democracias poderiam ser caracterizadas por um discurso de alteridade, em relação ao outro, o não-democrático. O seu discurso era o discurso da PÓLIS CLÁSSICA, tivesse ou não o nome de seus líderes (estratégos). Eram os que sustentavam a primazia do corpo cívico sobre o indivíduo. Um exemplo deveras interessante pode ser encontrado no discurso de Eufemo,

embaixador dos atenienses, aos camerinos propondo-lhes uma aliança contra os siracusanos, na Guerra do Peloponeso:

Falando verdadeiramente, temos boa e justa causa para querer sujeitar sob nossa dominação os jônios e outros ilhotas (...) Por estas razões somos dignos e merecedores de mandar e tornar-nos senhores de outros, pois sem nenhuma vergonha demos para aquela guerra mais navios (naves) e nos mostramos com mais ânimo e coração que todas as outras cidades da Grécia, e por isso mesmo merecemos mandar (ter mando) e ser senhores dos jônios que nos fizeram todo o mal e dano que puderam quando se uniram aos medos (TUCÍDIDES, 1944 a, p. 197).

Em fins do século V a.C. e início do século IV a.C. os nobres, para não perderem seus privilégios e seu espaço político, passaram a fazer alianças com os mais ricos. Mais do que isso, os nobres e os ricos apropriavam-se e reconvertiam uma proposta democrática para manterem a hegemonia da classe dominante. Dessa forma criou-se uma equivalência entre oligarcas e ricos que mais tarde passaram a disputar o poder.

O movimento em direção à democracia contava com a resistência dos regimes arcaicos, onde os nobres, que também eram os mais ricos e considerados “melhores” tinham mais poder.

De qualquer forma, sob um outro regime, apenas um número restrito de cidadãos participava das assembleias e conselhos. O “político” é a idéia central da civilização grega, não importa quantos participem dele. Por exemplo, apenas uma “pequena parcela – talvez um décimo – da população da Ática” (MOSSÉ, 1982, p. 134) compunha-se de cidadãos, mas isso pouco importava. Era necessário que o grupo fosse restrito, pois apenas a uns poucos competia a defesa das cidades gregas, e a esses mesmo, por outro lado, era-lhes permitido partilhar dos melhores frutos oriundos da pujança dessa civilização. Essa foi uma das formas encontradas

para manter o poder nas mãos de uma minoria, pois a condição de CIDADÃO GREGO era atribuída a alguns e não a outros. De que forma isso se dava?

Analisando a divisão e a composição dos órgãos político-administrativos das cidades/Estado gregas, constata-se uma contradição. Por um lado havia tentativa de resguardar os direitos de uma minoria para manter o ideal de PÓLIS, por outro, constatavam-se discriminações entre os habitantes da Grécia de acordo com seus “preconizados” direitos civis em cidadãos e não-cidadãos, passando inclusive, pela categoria de servos e escravos. Ou seja, se por um lado havia um ideal de Homem e de Sociedade, Estado... por outro existia a concretude da discriminação civil, em função de fatores tornados primordiais pela necessidade de os homens manterem o poder e os privilégios nas mãos de uma minoria e de uma “subsumção” – submissão/assumpção – à consecução elitista de sociedade.

Havia também, uma discriminação entre cidadãos, em função do regime político e do espaço geográfico que ocupavam.

Nas cidades oligárquicas os critérios para os cidadãos participarem das assembleias eram muito variáveis: idade, profissão (muitas excluía os pequenos comerciantes e os artesãos) e número de habitantes. A submissão à força da hierarquia social fazia com que as cidades oligárquicas não respeitassem o princípio de igualdade de direito à palavra que era mantido nas democracias. Mesmo Atenas, tida como democrática, usava de alguns artifícios para reduzir o número de cidadãos que pudessem efetivamente participar da sua vida política. Como não havia o sistema de representatividade e a participação nas assembleias dava-se de forma direta e intransferível, alguns cidadãos (“clerucos”) recebiam terras afastadas, o que lhes dificultava o acesso às assembleias. Também a precariedade dos meios de transporte ou das estradas muitas vezes impediam a participação nas assembleias.

O espaço geográfico ocupado pelos cidadãos tornavam-se, assim, um fator discriminatório em sua participação política.

O conselho – órgão político que contava com a participação dos cidadãos – também sofria as influências do regime de governo. Como nas assembleias, as oligarquias tinham critérios diferentes das democracias para designar quem podia ou não participar dos conselhos. Nas oligarquias eram fatores importantes: idade, riqueza ou nascimento. Além do mais, muitos eram designados sob essa forma de governo, em caráter vitalício. “As democracias derrubam estas barreiras e se empenham, por diversos meios, em obter um conselho que seja uma imagem reduzida do conjunto dos cidadãos...” (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 117 – 118). Tais democracias eram, nada mais, nada menos, do que respostas que os homens daquela época dava a seu próprio encaminhamento histórico, fruto de todo contexto do qual recebiam apoio, desde que não houvesse o perigo de rupturas político-sociais.

A cidade grega, de forma contraditória, ao mesmo tempo queria o indivíduo superior e não o queria. Não o queria porque temia ter de pagar muito caro por seus próprios limites. Para evitar a extrapolação do poder pessoal colocava os indivíduos que ocupavam postos políticos importantes sob o controle e a dependência de órgãos coletivos (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 116). Portanto, a democracia era anti-individualista porque a pólis temia o indivíduo superior no sentido de que sua exaltação ou superioridade no grupo social ou no corpo cívico implicaria em risco de quebra da unidade e de instauração da tirania ou da oligarquia. No entanto, em contrapartida, nos níveis de ação individual, que não envolvessem risco da ruptura do sistema estabelecido, privilegiavam o estímulo ao desafio e à competição.

Por exemplo, em relação às magistraturas havia um grande cuidado, através da vigilância e do julgamento contínuo, em manter os magistrados dentro de severos limites, e com um poder de decisão bastante circunscrito, submetidos aos conselhos e assembleias.

Por outro lado, a cidade grega aspirava ao homem superior que pairasse acima de todos. Mas sua preocupação, nesse último caso, não era com o indivíduo enquanto tal, mas com o heleno ou com uma determinada classe que fortalecesse a PÓLIS. Eis porque tinha tanto cuidado em não admitir muitos no estreito círculo dos considerados “cidadãos” (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 114).

O ideal de Perfeição e de busca do melhor exigia que o cidadão grego tivesse condições superiores de etnia, cultura e, logicamente, poder político. E quando falo em “cidadão grego” refiro-me ao indivíduo que tinha direito a esse título. Conforme dito anteriormente, essa necessidade apóia-se na própria concepção de PÓLIS GREGA que não era uma delimitação territorial, mas era uma composição e circunscrição coletiva. Eram as pessoas e suas condições que formavam a cidade e não o espaço geográfico que ocupavam. A integridade de suas fronteiras territoriais. É por uma questão de “segurança política”, isto é, segurança da PÓLIS que “elite e superioridade” caminhavam lado a lado. Entretanto, nem todos participavam dessa elite. Os indivíduos agrupavam-se, constituindo classes. Como se davam as relações entre elas? De que maneira desenvolvia-se e mantinha-se a estrutura da sociedade helênica? A quem interessavam as relações estabelecidas?

3.2 RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE NA GRÉCIA CLÁSSICA: LETIMAÇÃO DO PODER DA ELITE?

As oposições que perpassavam a fase áurea da Grécia Clássica, manifestavam-se em situações de conflito entre as classe. Adquiriam contorno de guerras internas, disputas entre cidades como a rivalidade que se estabeleceu entre Atenas e Esparta, mascarando, na realidade, tensões sócio-econômicas. Como eram freqüentes, tornava-se difícil ter momentos prolongados de paz, no sentido de que todos, inclusive a população camponesa, participassem de uma autentica prosperidade (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 101).

A análise das relações entre as classes permite-me questionar as diferentes correntes atuavam no caudal humano, cultural, social e político quem influíam tanto na expansão quanto na resistência à democracia grega.

Acredito ser possível identificar, na Grécia Clássica, um movimento de apropriação pela classe dominante não só de um possível excedente de produção, mas até mesmo daquilo que era produzido para sua própria subsistência, pelas classes mais pobres, pequenos proprietários, servos e escravos. Isso ocorria tanto a nível de “produção de determinados produtos em certa escala” (sem significado de “produção industrial” adquirido pós-século XVIII d.C.), produção artesanal e produção agrícola, quanto à nível de produção de conhecimento, arte, literatura ou outras formas de expressão. Ocorria uma apropriação por e para uma minoria do que era produzido por todos aqueles que não eram considerados classe dominante. Por outro lado, não havia somente uma apropriação (o que implicava em produção excedente, que nem sempre havia); existia também uma limitação de quem podia produzir e o quê. Como a sociedade grega clássica poder ser classificada de “pré-

capitalista”, não é correto apresentar essa apropriação como “mais-valia”. Entretanto, não se pode negar que essa apropriação fortalecia aqueles que já detinham o poder constituído, ou por ele lutavam. Enfim, a produção daqueles que se encontravam numa situação de dependência social econômica e política era manipulada de acordo com os interesses da classe dominante. Examinarei a seguir, algumas formas como se davam essas relações entre as classes sociais emergentes.

3.2.1 A elite do campo: os grandes proprietários

Embora não tenha sido motivo de brilhantes reconhecimentos, nem lhe tenham outorgado um papel privilegiado no desenvolvimento da civilização grega clássica, a classe rural foi um sólido apoio para o desenvolvimento da cultura e da economia grega.

Contribuiu para o desenvolvimento cultural, à medida que forneceu os elementos cotidianos, do dia a dia, para que a elite pensante e dirigente realizasse sua obra cultural e seus avanços políticos. Junto com isso, foi sempre a “mão-de-obra” disponível para que as cidades usufríssem de defesa militar, expansão econômica e, principalmente, manutenção cotidiana. Nenhum exército sobreviveria sem o apoio do homem do campo.

Cabe-me aqui analisar o papel dos proprietários de terra e dos trabalhadores do campo, no desenvolvimento da civilização grega clássica e, posteriormente, em sua decadência. Quais as relações que mantiveram com os cidadãos da PÓLIS?

Dentro do contexto da Grécia, com peculiaridades históricas àquele momento, também no campo mantinha-se a relação escravo “versus” senhor, lado a lado com a relação senhor “versus” servo. Subjacente e sustentando essas relações estavam o capital “versus” o trabalho (sem natureza adquirida nas sociedades capitalistas) e própria divisão do trabalho em manual e não-manual. Esse, no sentido de administração e busca de melhorias agrícolas e pastoris por parte do proprietário rural.

Cabia aos grandes proprietários buscar novos métodos de cultura, tanto agrícola quanto pastoril. Eram ricos o suficiente para sustentar essa posição, assim como também dispunham de terras com solos adequados para a pesquisa e aplicação de novos métodos. Além disso, enquanto elite, mantinham as tradições aristocráticas, legadas por seus ancestrais. Eram nobres e deles receberam seus domínios, juntamente com os valores que ora cultivavam e que lhes impediam de trabalhar diretamente a terra, ou exercer atividades manuais. Exerciam influência tanto sobre os trabalhadores agrícolas que deles dependiam, quanto sobre os pequenos proprietários rurais que sofriam a sua ascendência. Particularmente, nas regiões mais atrasadas como Tassália ou Macedônia as relações eram bastante dominadoras por parte dos senhores que, inclusive, em caso de guerra civil ou estrangeira, recrutavam soldados dentre aqueles que estavam sob seus domínios (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 127).

3.2.2 A classe social dos pequenos proprietários

Essa classe social compunha-se de cidadãos que exploravam, pessoalmente, sua pequena propriedade. Representavam, idealmente, o que a grande maioria dos gregos gostaria de fazer: viver independentemente, produzindo a maior parte do que consumiam.

No dia a dia sua vida era penosa, seu trabalho contínuo era estafante e, apesar de trabalharem arduamente, não faziam fortuna. Vários fatores contribuíam para isso: o solo e as características de sua propriedade, a família, os recursos da época e o capital de que dispunham.

Eram considerados cidadãos, e como tais, exerciam o direito político: nos regimes democráticos participavam das assembléias populares, como jurados ou pequenos magistrados, gerindo os negócios comuns de sua comunidade; nos outros regimes, mesmo sendo excluídos da vida política por sua situação de plebeus, pela insuficiência de riqueza, ou pela submissão aos nobres e ricos das proximidades, continuavam a trabalhar com prazer a terra que haviam recebido de seus pais e que iriam deixar para seus filhos. Eis aqui um problema com o qual se defrontavam: os lotes geralmente eram pequenos e tendiam a ficar cada vez menores, pois eram repartidos entre os filhos. Entretanto, como os bens do Estado, da coletividade e dos templos também eram pequenos, conseguiam, facilmente, completar seu próprio lote com terras vizinhas, que se não fossem arrendadas, ficariam incultas. Nem sempre moravam junto às terras que cultivavam. Nem todos eram lavradores: alguns eram lenhadores, outros carvoeiros e outros pastores.

Não tinham como fazer fortuna porque sua produção praticamente não tinha excedente. Contrariamente aos grandes proprietários que estavam sempre em

busca de melhoria para a sua produção, eles eram submetidos a condições de trabalho extremamente desfavoráveis: solo geralmente agreste, campinas ralas, não rotação de culturas, intempéries, ferramentas rudimentares, pobreza de adubos, pois o gado era pouco... Faltava-lhes dinheiro para expandir ou reconstruir suas plantações dizimadas pelo tempo ou pelas hordas inimigas, mesmo assim continuavam a trabalhar arduamente. Em tempo de guerra nada reclamavam. Chamados a prestar o serviço militar, defendiam sua cidade ou sua Pátria com denodo, pois sabiam que estavam defendendo suas próprias coisas. Nesse caso eram chamados de HOPLITA – soldado-padrão da infantaria – o que também era legado paterno.

Esse era outro princípio ao qual todo o cidadão se submetia: o do serviço militar, mas que recaía de forma exacerbada sobre os pequenos proprietários. Dentre eles era retirados o maior número de combatentes, fosse para o exército em terra, fosse para as esquadras navais.

Acostumados às lides rudes do campo, seus músculos rijos e sua resistência à fadiga faziam-nos guerreiros ideais. Aprendiam rápida e sumariamente as artes de guerra. Nem sempre tinham dinheiro para comprar um escravo-escudeiro, para transportar suas armas e preparar-lhes as refeições, ou, mesmo, faltava-lhes dinheiro para comprar armamento adequado e sua própria alimentação. De qualquer forma, quer como soldado-padrão, participando da infantaria ou como remador dos trirremes, com armamento muitas vezes incompleto e precário, lutavam, acima de tudo, para defender sua própria terra, sua família, suas plantações e pastagens, suas árvores e suas messes, enfim, tudo aquilo que recebiam de seus pais e que tão arduamente cultivavam.

Havia outras classes sociais como: hilotas (servos do Estado), metecos (estrangeiros domiciliados e homens livres) e escravos que embora considerados “não-cidadãos” contribuíam, pelo trabalho realizado, para a manutenção, o desenvolvimento e/ou a transformação da sociedade grega clássica. De que forma isso acontecia?

3.2.3 Escravos, metecos e hilotas: valores humanos ou econômico?

Embora não se possa contrapor, do ponto de vista grego, liberdade “versus” escravidão, pois entre os gregos essa dicotomia não se dava como uma importante questão a ser refletida ou filosofada, algumas considerações precisam ser feitas a respeito dessas condições contraditórias de ser e estar no mundo. Segundo Mossé:

O falso problema com o qual se defrontaram gerações de historiadores, a saber, o do caráter escravagista da democracia ateniense, deve ser afastado de uma vez por todas. Porquanto, é bem verdade que, entre os 30.000 cidadãos, com que Atenas contava no começo do século IV a.C., era grande o número dos que trabalhavam com as mãos, nos campos e nas oficinas. Mas não é menos verdade que, no campo como nas minas e nos estaleiros do porto e da cidade, grande parte da atividade econômica da cidade repousava no trabalho de milhares de escravos, que talvez fosse ali mais bem tratados que alhures, mas, nem por isso deixavam de constituir um grupo excluído da comunidade cívica. (MOSSÉ, 1982, p. 134).

O que significava ser escravo na Grécia Clássica?

Ser escravo era uma condição que podia ser “natural” ou adquirida. Alguns homens livres transformavam-se em escravos porque haviam sido feitos prisioneiros de guerra. Para esses, a liberdade ao era alcançada pelo restabelecimento da paz.

Nesse caso os governos trocavam prisioneiros ou os parentes e amigos envidavam esforços para resgatá-los.

Dentre as diferentes atividades exercidas pelos escravos e de mineiro era a que lhes oferecia uma vida mais dura. No maciço de Laurion, ao sul da península ática, fazia-se a exploração de jazidas de chumbo argentífero. O trabalho de escavação das galerias, retirada do minério, tratamento e retirada da prata era feito por escravos. Devido à ganância pelo lucro imediato, os concessionários exigiam o máximo de escravos, e procuravam amortizar o mais rápido possível os gastos com o seu aluguel. Viviam em péssimas condições: eram alojados em sórdidos acampamentos, sem família, a sem que os gastos com alimentação fossem o mínimo possível. Também as condições de trabalho eram péssimas: manejavam ferramentas rudimentares, em galerias estreitas, iluminadas por meio de fumarentas lâmpadas a óleo. A paisagem era de desolação: o minério, ao qual se misturava o enxofre, libertava, ao ser fundido, vapores que destruíam a vegetação (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 134).

Já nas cidades a situação dos escravos era outra: desempenhavam funções domésticas e a presença da esposa restringia os abusos do dono da casa. Muitos aceitavam que houvesse uniões entre escravos, podendo a mãe, inclusive, cuidar de seus filhos, que seriam, como ela, escravos (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 135).

Havia escravos que trabalhavam em fábricas de armas em tempo de guerra e outros faziam artesanato em oficinas onde trabalhavam junto com o artesão, ferreiro ou ceramista.

Alguns escravos recebiam um tratamento melhor porque seus senhores, reconhecendo que obteriam maior produtividade deles, ofereciam-lhes condições para exercerem um pequeno ofício ou pequeno comércio, fundar uma família e até

“viver à parte” (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 135). Esses pagavam a seus senhores uma pequena parcela. Mantinham-se a si próprios e à sua família, o que significava menos gastos de manutenção para seus donos, ao mesmo tempo que continuavam sendo um pecúlio para seus proprietários, que recebiam os lucros do seu trabalho.

No meio rural os escravos desempenhavam um papel fundamental porque os grandes proprietários não trabalhavam com suas próprias mãos, necessitando, pois, desse tipo de mão-de-obra. Os pequenos, por falta de recursos que para oferecer trabalho, que para alimentá-los, não podiam ter mais do que um ou dois.

Entre os gregos havia alguns lugares, como Tesália ou Creta, em que servos pertenciam ao proprietário do solo. Era em Esparta, no entanto, que melhor se configurava essa relação: eram os hilotas espartanos, servos do Estado, que mantinham a subsistência dos guerreiros profissionais de Esparta. Se por um lado adquiriam condições de terem uma vida razoável, por outra eram vilipendiados sistematicamente: fosse porque podiam ser maltratados pelos jovens espartanos com a convivência da própria polícia.

O Estado determinava, através da própria lei, que os hilotas estivessem vinculados ao lote de terra entregues aos cidadãos que, portanto, só podiam usufruir do seu trabalho, mas não dispunham deles, como mercadoria à parte. Os hilotas podiam fundar livremente suas famílias e cultivar à vontade a parte do domínio onde estavam instalados. Conseguiram, inclusive, economizar pois podiam ficar com o excedente do que produziam. Além de cuidar da terra, eles ainda prestavam serviços domésticos e serviam na guerra, acompanhando os cidadãos nas suas campanhas, como escudeiro, ou como infante.

Eram tênues os limites entre as condições de vida dos escravos e dos hilotas podiam muitas vezes comprar sua alforria, por outro lado, os homens livres pobres tinham poucas condições de viver confortavelmente e de aspirar a uma vida melhor.

Outra classe social que merece ser examinada são os metecos. Eles não podiam comprar terras, pois o Estado não lhes permitia, e, por isso, dedicavam-se principalmente ao comércio. Tiveram um importante papel na expansão econômica da Grécia, tanto no campo, quanto na cidade. Mais do que isso, entretanto, ofereceram à classe dominante, de forma velada, um sólido apoio ou sustentação. Como isso se concretizava?

Os metecos não eram cidadãos, estando, por isso, excluídos da vida política e da possibilidade de adquirir propriedades imobiliárias. Entretanto, eram aceitos benevolmente em todos os demais setores. Bastante trabalhadores, muitos deles conseguiram destacar-se. Esse é o caso do pai do orador Lísias que era dono de uma fábrica de armas e dos 120 escravos que nela trabalhavam. Muitos foram célebres oradores do século IV a.C., outros comerciantes vajeristas, donos de empresas marítimas e industriais ou dedicavam-se a pequenos ofícios. Podiam exercer seus cultos particulares, seus bens eram protegidos pela lei e podiam participar das festas religiosas oficiais. Pagavam uma taxa módica ao Estado anualmente e estavam sujeitos, como os cidadãos, aos encargos militares e fiscais (AYMARD e AUBOYER, 1968, p. 136). A maneira como as leis e a prática social dispunham sobre a vida dos metecos, permite-me afirmar que, em realidade, sua participação naquele momento histórico se deu a nível de força de trabalho. Por um lado, como força de trabalho capaz de produzir trabalho adequado à subsistência dos cidadãos, por outro, como força de trabalho capaz de produzir tanto, trabalho

necessário para a manutenção, quanto, trabalho excedente⁵ que permitisse a expansão da economia grega.

Pesava sobre o escravo, o meteco e o hilota, mais do que o trabalho rural que eram obrigados a cumprir, ou as outras atividades que precisavam desempenhar, a consciência que começavam a tomar de sua própria dignidade e do desrespeito que havia por ela. Era o homem verificando que suas condições de vida se chocavam com as aspirações de um mundo em que o individualismo da tirania e a busca de humanismo da democracia se manifestavam.

O que se constata, de acordo com o aqui foi apresentado e discutido, é que essa realidade não era considerada por filósofos como Platão.

Por exemplo, ele opunha-se à democracia porque a considerava uma forma de governo oriunda da vitória dos pobres, que após matar uns e expulsar outros, partilhavam igualmente entre si, dentre os que restassem, do governo e das magistraturas. Esses cargos seriam sorteados (PLATÃO, 1983, VIII, 558 c). O bem supremo – a liberdade – é que levaria essa forma de governo à dissonância (PLATÃO, 1983 VIII, 562 b, c). Platão não podia aceitar a liberdade e a igualdade entre ricos e pobres. Para os gregos, defensores da aristocracia, a pobreza era considerada vergonha, porque exigia trabalho. À idéia do trabalho opunha-se a do ócio, esse sim, adequado aos verdadeiros homens de bem⁶.

Embora essas idéias se concretizassem no cotidiano, não eram referenciadas no discurso, como por exemplo se constata na “Oração Fúnebre” de Péricles:

⁵ Esse “trabalho excedente” não pode ser confundido com “mais-valia”, no sentido dado por Marx, pois: “a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho” (MARX, 1983, p. 62). Lembro ainda, que embora os metecos não fossem escravos, também não eram considerados “cidadãos gregos”, mantendo-se, dessa forma, as relações sociais desiguais,

⁶ Leia-se, nobres.

... podemos ter em grande estima e admiração esta nossa cidade, onde vivemos em meio da riqueza e suntuosidade, usamos de temperança e fazemos uma vida morigerada e filosófica, isto é, sofremos e toleramos a pobreza sem mostrar-nos tristes nem abatidos, e usamos das riquezas, mais para a necessidade e oportunidade que se podem oferecer do que para a pompa, ostentação e vanglória. Ninguém tem vergonha de confessar sua pobreza, tendo muito cuidado em evitá-la com más obras. (TUCÍDIDES, 1944 b, p. 1982).

A liberdade proposta numa democracia ofereceria condições para que todos participassem da vida política, econômica e social da cidade, indistintamente, o que derrubaria o conceito de Estado autoritário e hierárquico proposto por Platão. É verdade que Platão opunha-se à democracia em nome dos “mais altos valores da aristocracia” que, para ele, eram os únicos capazes de levar à Justiça (para a classe que detivesse o poder).

Ao mesmo tempo que Platão lutava por uma forma de governo conservadora, enquanto aristocrática, os sofistas denunciavam as desigualdades sociais, propunham uma transformação político-social e tentavam anunciar uma sociedade democrática.

É expresso que as posições contra a democracia grega eram, na verdade posições contra o individualismo. Haveria um medo muito grande de que voltasse o período das tiranias, onde a vontade de um era suficiente para esmagar todo o povo. Na verdade, o individualismo da tirania não pode ser comparado com o humanismo da democracia.

A necessidade de manter os privilégios nas mãos dos cidadãos, a nível de sociedade concreta, ou a utopia de uma república ideal, governada pelos considerados melhores, escondia, na realidade, o desejo de manter o poder nas mãos de uma minoria. Se por um lado rebelavam-se contra os tiranos, que despoticamente cristalizavam todo o autoritarismo na figura de um indivíduo, por

outro lado, cristalizavam (ao mesmo tempo que tentavam mascarar) num grupo considerado como o melhor, os privilégios conquistados. Talvez, por isso, a democracia fosse considerada tão perigosa por Platão, ou fosse escamoteada pelos seus falsos defensores. Ela preconizava um humanismo que contrariava os princípios porque na verdade já não haveria mais lugar, se acatadas fossem suas idéias, para os privilégios, para a defesa fossem suas idéias, para os privilégios, para a defesa de uma elite, para o poder nas mãos de uma minoria.

Essa passagem da superioridade de um indivíduo para a superioridade da raça, categoria social ou classe é uma passagem política. Ao mesmo tempo que tem seu fundamento na própria forma de governo existente, ela também fundamenta essa forma de governo. Torna-se uma mediação que visa, em última instância, servir a uma determinada sociedade, sociedade essa calcada nos princípios aristocráticos, no caso da Grécia Clássica.

Se, por um lado, os gregos não estão preocupados com o indivíduo superior, estão na realidade preconizando, através de Platão, um governo superior e, mais do que isso, preconizando um Estado superior aos demais. Se, por outro lado, os homens do século XX buscam identificar superdotados, fazendo-o em nome de um ideal grego, que se fundamenta, segundo eles, no sistema filosófico platônico, escamoteiam as verdadeiras intenções e prospecções de Platão. Na verdade, o que Platão propunha era a instituição de um governo formado pela categoria dos “aristói”, isto é, daqueles considerados os melhores.

Da junção dessas idéias ressalta a busca incessante para produzir os considerados melhores homens para o considerado melhor Estado e que tenham as melhores condições de manter privilégios para a considerada melhor classe: aquela que detém o poder.

A maneira como grupos interessados, atualmente, apropriam-se e reconvertem as idéias de Platão para manter e aprofundar as desigualdades entre os indivíduos a partir da concepção de aptidões ganha forma e conteúdo, no século XX, por exemplo, com o processo de rotular alguns – uma minoria – como superdotados. Utilizo expressão rotular no sentido de algo que é sobreposto à própria condição de SER HUMANO, algo que, num primeiro momento, adere, e depois impregna-se e molda-se à própria pessoa de tal forma que alguns são considerados como sendo “naturalmente” superdotados. Esses formam uma categoria social à qual são atribuídos privilégios.

Tanto na Grécia Clássica, quanto no século XX, a rotulação de alguns como superdotados acontece através de um processo que se concretiza desde a identificação, a partir da meninice, de quem pode ser ou não chamado a funções e posições que ocuparão na sociedade. Tudo isso é feito visando à produção de uma categoria social para manter a hegemonia da classe dominante, na segunda parte dessa tese pretendo aprofundar esse tema questionando como se dão as mediações para que isso aconteça.

A concretização desse processo em Platão culmina com a formação de governantes, na pessoa de filósofos, selecionados de acordo com suas aptidões ou dotes, para receberem uma educação especial. A pergunta que faço agora é: Como esse processo tem se concretizado e a quem é atribuída essa função, em pleno século XX (d.C.!)?

4 OS CHAMADOS SUPERDOTADOS: A ELEIÇÃO DOS ELEITOS

4.1 OS ELEITOS: ELEITOS PARA QUE E PARA QUEM?

4.1.1 Refazendo a caminhada, em busca de um novo caminhar

Neste momento, faço uma pausa. Busco resposta à questão básica desta tese: Para que e a quem interessa rotular algumas pessoas como superdotados, produzindo uma determinada categoria social?

Para isso é preciso voltar e olhar o caminho percorrido, com os olhos de quem busca o novo no velho, ou melhor dito, com o olhar e o sentir de quem já tendo muito aprendido, e sabendo alguma coisa, ainda é capaz de encontrar o não-dito, o não-percebido, enfim, ainda “sabe que nada sabe”, como dizia Sócrates, (PLATÃO, 1963) e por isso mesmo, tem muito a aprender.

Para avançar na compreensão do problema, anda melhor do que retomar idéias que se delinearam até o presente momento, buscando discuti-las no contexto da sociedade concreta atual.

A questão que aqui examino se dá no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecida pelos homens entre si, nessa sociedade capitalista, na qual vivemos tendo a sustentá-la uma determinada concepção de homem e de sociedade. Pretendo discuti-la não como decorrência de “verdades eternas”, mas oriunda da própria forma como o ser humano se faz ser humano, exige, pelo menos, que se identifique concepções filosóficas que a

embasam tal como Platão e quais as que colocam as bases teóricas para que se enseje uma crítica mais contundente, como a de Marx.

Além disso, e predominantemente, a tarefa maior é questionar para que e para quem é produzida a categoria social dos chamados superdotados – os eleitos – numa sociedade como a nossa. É o que pretendo fazer, nessa parte do trabalho.

4.1.2 Platão, Marx e a busca do fundamento: o que fundamentam?

Quando iniciei este trabalho tinha apenas uma referência teórica como fundamento: Platão, pois os que propunham um atendimento diferenciado aos chamados superdotados sustentam que já desde Platão havia uma preocupação em oferecer àqueles dotados de aptidões especiais, “de ouro”, uma educação especial. Ao mesmo tempo, as situações concretas do meu cotidiano – ao longo de minha vida, e aquelas oriundas da realidade sócio-econômico-política na qual estava mergulhada – levavam-me a questionar profundamente o que apregoavam as pesquisas, a literatura técnica, Platão, os Seminários Nacionais sobre Superdotados dos quais participava e os programas de educação especial para essa categoria social.

Pude avançar no meu conhecimento a partir de uma discussão com o Professor Alceu Ferrari, em 1986. Naquela ocasião pude contrapor as idéias oriundas da análise das fontes acima, com outras que se delineavam de leituras e da reflexão sobre a realidade, algumas das quais já explicitadas num artigo (OSOWSKI, 1985 a), situando-as concretamente dentro da sociedade capitalista. A questão formulada na ocasião foi: Qual a relação que há entre “dote” e “força de

trabalho”? Qual essa que será respondida, embora sem esgotá-la, ao longo desta tese?

Escolhi Marx como o teórico que me poderia oferecer subsídios para encontrar resposta a essa questão, pois ele, pela visão econômica que tem da sociedade, discute, na realidade, as bases concretas de como se dão as relações sociais entre as classes. Da mesma forma, pressupunha que questionar uma educação especial para os chamados superdotados implicaria na análise da produção dessa categoria social e das relações sociais desenvolvidas entre e nas classes capitalistas e trabalhadoras.

Estudar esse autor tornou-se tarefa imperiosa, difícil e árdua, mas que, do meu ponto de vista, recompensou-me. Abriam-se as perspectivas para captar e compreender uma outra visão de mundo que não aquela proposta e defendida pelos que lutam em oferecer uma educação especial aos chamados superdotados.

Uma questão inquietava-me: eu precisava descobrir um sentido, um significado para um processo que tinham suas origens na Grécia Clássica, nos séculos V e IV a.C., mas que eu o encontrava, palpitante e viúvo em nossos dias, numa sociedade diferente daquela. Recorrendo a Platão, defensor de uma sociedade estratificada socialmente e a Marx que desvendou a estrutura da sociedade capitalista sabia que poderia encontrar algumas respostas. Em última instância, teria de saltar do mundo da metafísica platônico para o da filosofia da práxis; enquanto o primeiro justifica o esforço para a imutabilidade, o segundo fundamenta uma nova ordem nesse campo. Segundo Borheim (1983, p. 73), “o marxismo é a primeira filosofia que se fez mundo, que conseguiu realmente dizer uma palavra decisiva no processo de transformação da realidade”.

Platão e Marx, embora não sejam os únicos teóricos em que apoiei para elaborar essa tese, são, na verdade, a fonte de onde amaram as principais idéias que me permitiram configurar e questionar a produção da categoria social dos chamados superdotados. A força da oposição que representam, neste trabalho, provém de uma questão mais ampla enquanto expressão de uma, ou de outra forma filosófica de pensar o mundo, o homem e as relações entre eles.

Recoloco a questão numa tentativa de delinear onde as posições de Platão e Marx situam-se, filosoficamente.

Em grandes linhas e de forma simplificada, poderia dizer que a concepção metafísica do ser floresceu em duas grandes vertentes. A metafísica tradicional postula que o Ser é o Absoluto e é a Identidade. Embora sob diferentes abordagens, a questão do ser, mesmo quando examinada sob a perspectiva de resolver o problema do Uno e do Múltiplo, mantém-se dentro dessa visão de que o Ser é o Absoluto e é a Identidade. Desde os pré-socráticos, passando por Platão e Aristóteles até Hegel, é essa a concepção metafísica que orienta as reflexões dos filósofos, embora esse último tenha tentado resolver o problema da contradição na identidade. E talvez, por isso mesmo, seja afirmado que com Hegel a metafísica entrou em crise. Entretanto, a crise da metafísica tradicional permitiu que se desenvolvesse a antimetafísica ou, de forma mais apropriada, uma filosofia da “práxis”.

Coube a Marx a grande tarefa de desencadear tal reflexão: ao filósofo já não competia apenas interpretar o mundo, era preciso transformá-lo. A práxis era onde o homem tinha de “comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento (...)” (MARX e ENGELS, 1981 a, p. 103 – 106).

Suas idéias indicaram-me o caminho a seguir, se eu quisesse compreender e, mais do que isso, questionar a produção dessa categoria social: examiná-la criticamente desvendando, ao mesmo tempo, o corpo teórico e a prática que a sustentariam.

Essa é a proposta que faço para construir um conhecimento que me permita compreender os motivos de apregoar-se uma educação especial para os chamados superdotados inseridos que estão, de maneira muito especial, na sociedade capitalista.

4.1.3 Teoria dos dotes: fundamento para fortalecer uma classe?

A teoria dos dotes encontra seu fundamento nas idéias apresentadas por Platão, na República no MITO DA ORIGEM DOS HOMENS (PLATÃO, 1983, III, 415 a, b, c). Segundo ele, de acordo com a composição da alma, isto é, conforme as aptidões naturais, cada um ocupará uma determinada função na sociedade.

A teoria dos dotes de Platão não se dá gratuitamente, ou seja, não foi elaborada dissociada de uma determinada época histórica. Ela insere-se, na verdade, dentro de uma realidade concreta, perpassada pelo embate entre visões de mundo diferentes, como aquela preconizada pelos sofistas e pelo próprio Platão, por exemplo. Também as diferentes classes sociais da Grécia Clássica dos séculos V e IV a.C. estruturavam-se de maneira a assegurar determinado espaço econômico-sócio-político-cultural àqueles que delas participavam. Portanto, defender a teoria dos dotes preconizada por Platão implica, ainda que subjacentemente, aceitar os

fundamentos de seu sistema filosófico e de sua proposta de sociedade, juntamente com as relações que os indivíduos deveriam estabelecer nela, entre si.

Não é por acaso, portanto, que em Platão se encontre a fundamentação da teoria do dotes, assim como não é por acaso que ainda suas idéias permaneçam vivas e palpitantes entre os que propõem uma educação especial para os chamados superdotados. Se por um lado é evidente que elas servem aos interesses de determinada classe, por outro elas são mantidas por uma estrutura econômica, social e política que possibilita sua manutenção, realizando as transformações adequadas aos tempos atuais.

Embora existam diferenças, também há semelhanças entre esses dois mundos históricos que produzem e acolhem a teoria dos dotes assim como especificidades que a transfiguram, num ou noutro momento, com vestes próprias a cada época. Isso não significa, no entanto, reduzir tais períodos históricos a uma mesma concepção de sociedade. Cada um deles é o resultado de determinadas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que as pessoas constroem dentro de determinados modos de produção. É obvio que a estrutura da sociedade grega clássica apóia-se em classes ou formações sociais pré-capitalistas, e as relações sociais estabelecidas têm a ver com essa situação. Nada impede, no entanto, que essas mesmas relações sociais pautem-se pela disputa acirrada que a classe detentora do poder, ou seja, a classe dominante, desencadeia e alimenta.

Verifica-se que em ambos os momentos históricos concretiza-se o embate entre classes sociais, gerando a necessidade da formação e/ou produção de determinadas categorias sociais para manutenção do poder. Tanto lá, quanto cá, há seres humanos vilipendiados, dia após dia, nas condições intrínsecas à sua própria existência, quando lhes são surrupiadas as condições materiais que lhes

possibilitariam sua essencialidade, não aquela essência abstrata e eterna, que paira entre o céu e a terra, e que tu abrange, mas nada explica, quando se trata de explicar a perda da própria dignidade humana. Pois sabe-se que, para muitos deles o que existirá, predominantemente, durante toda sua penosa existência será dor, sofrimento, opressão, enfim, um contínuo viver des-humanizante. E tal viver não decorre de uma considerada falta de talentos, dons, aptidões, como muitos querem nos fazer crer.

Sociedade capitalista e Grécia Clássica são, inegavelmente, dois momentos históricos diferentes, que se concretizam em duas realidades históricas distintas, quer no tempo, quer no espaço, mas possuem algumas dimensões em que se tocam.

Ambas, escolhidas para essa análise, são marcadas por profundas contradições sociais, econômicas e políticas; em ambas há o antagonismo, ora latente, ora manifesto, entre classes sociais; em ambas há idéias dominantes que se impõem, como verdades eternas e naturais, mas que podem ser desmascaradas por aqueles que questionando o sistema de dominação vigente, posicionando-se ao lado do que se sentem pisoteados, oprimidos, explorados.

É um viver e conviver caleidoscópico, que se concretiza, contraditoriamente, pelos próprios indivíduos e grupos, mas não pelos mesmos indivíduos.

Não se pode ignorar o “jogo” de dominação e poder existente por detrás das relações estabelecidas pelos grupos dominantes, quer no mesmo período de tempo, quer em tempos diferentes; ou seja, não há um só tempo, nem um só lugar, para esses grupos dominantes, manifestarem sua sede de poder e sua necessidade de domínio. Tal relacionamento decorre do debate entre os interesses particulares e os

interesses de grupo, com vistas à manutenção de um tipo de sistema social. Além disso,

assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico e terá que continuar a sê-lo senão quiser perder os meios de subsistência (...) (MARX e ENGELS, 1981 a, p. 43).

Há como um poder, considerado natural, porque alheio a ele, que o domina, que o subjuga... Concretiza-se em poder social, por exemplo, mediante “a cooperação dos diferentes indivíduos condicionada na divisão do trabalho” (MARX & ENGELS, 1981 a, p. 44) que os aniquila e impede que experimentem essa cooperação como o seu próprio poder unido.

A incansável “sede de poder” origina enfrentamento entre facções, grupos, classes sociais, políticas, econômicas; implica também em cooptação e mediação... Faz parte desse processo produzir determinadas categorias sociais, elegendo alguns para manter a hegemonia da classe social dominante. A produção dos filósofos na sociedade aristocrática, chamada de República por Platão, ou a produção dos chamados superdotados na sociedade capitalista dos nossos dias insere-se nessa dinâmica.

A inovação do mito da origem dos homens (PLATÃO, 1983, III, 415 a, b, c), para justificar um atendimento especial aos chamados superdotados revela sua exata conotação quando, por exemplo, se pensa que, conforme dados do início da década de 80 (e que tenderam a consolidar-se), apenas 8% da população brasileira (aqueles que tinham maior poder aquisitivo) consumia mais em alimentos, cuidados com a saúde, educação, cultura e lazer do que os 92% restantes da população (OS NÚMEROS SOMBRIOS, 1984). Esses dados revelam, portanto, que uma minoria usufruía do que havia de melhor. É obvio que o conteúdo do que significava melhor

para os gregos difere do significado de melhor dentro da sociedade capitalista, da mesma forma, que o conteúdo concreto de poder difere entre um e outro momento histórico. O que interessa, no entanto, é verificar, que a proposta de Platão, ainda, hoje, encontra adeptos: apenas as consideradas melhores serão eleitos para receberem o melhor.

Se alguém contestar, sustentando que não se poder comparar a situação do filósofo grego, conforme Platão preconizava, com os governantes atuais, diria que, de fato, pertencem a dois mundos diferentes, mas o princípio, tanto lá quanto cá, é o mesmo: a uns poucos, o poder, e à maioria a submissão, a dominação, enfim, a exploração. Da mesma forma, se alguém quiser contestar afirmando que a minoria da população brasileira tem uma vida qualitativamente diferente da minoria pensada por Platão, também pensa corretamente, embora ambas sejam perpassadas pelo mesmo princípio: aos eleitos tudo, e aos demais, muito pouco.

Por que as idéias de Platão são reconvertidas para a sociedade capitalista a qual vivemos e alcançam ressonância em nossos dias?

É obvio que a teoria dos dotes não nos chega naturalmente. Se hoje ela ainda encontra espaço de afirmação, se serve para fundamentar posições teóricas e atividades práticas, é porque muitos dos homens e das mulheres de hoje constroem seu conhecimento e sua prática, calcados em idéias ideais semelhantes àqueles preconizados por Platão. Manter o poder nas mãos de uma minoria é a grande meta que tem atravessado os séculos. Para confirmar, basta trilhar os caminhos da história. A questão que nos interessa, agora, é examinar como isso se dá.

Se examinarmos as relações sociais, políticas, econômicas, culturais engendradas pelo capitalismo, verificaremos que na verdade há uma incessante busca de poder pela classe dominante.

Desde suas origens a teoria dos dotes fundamenta o poder para uma minoria. Portanto, ela tem servido para que grupos minoritários, detentores do poder, promovam e fortaleçam as condições para cada vez mais manterem-se no poder.

No Brasil, especificamente, com o I Seminário Nacional Sobre Superdotados, realizado em 1971, em Brasília, desencadeou-se um processo que visava, acima de tudo, buscar apoio para a aceitação (com suas conseqüentes implicações) dá idéia que aos considerados melhores deve ser dado o melhor, traduzindo-se na assertiva da melhor educação para os chamados superdotados.

É interessante notar que sempre houve preocupação em transformar cada Seminário em pólos de irradiação e/ou fortalecimento dos programas de atendimento diferenciado aos chamados superdotados. Concretamente, não se evidenciou que seminário após seminário houvesse um aumento significativo das propostas pedagógicas especiais para os chamados superdotados.

Não se pode esquecer que o Brasil, ao iniciar a década de 70, vivia um processo de enraizamento das idéias preconizadas pela Ditadura Militar, a partir da Revolução de 1964. Essa situação decorria de uma política que visava o crescente fortalecimento da hegemonia norte-americana na América Latina, recebendo forte apoio de governantes e da burguesia nacional que se associava à burguesia internacional pra preservar interesses da classe dominante. Dentre as varias proposições da “política Reagan para a América Latina” (DOCUMENTO, 1981) destaco duas idéias que me parecem caracterizar bem as condições para as propostas de uma educação especial para os chamados superdotados:

Em relação à Educação é afirmado que

Quem controlar a educação define seu passado e – como já se viu – também seu futuro. O amanhã está nas mãos e no cérebro dos que estão sendo educados hoje. (...) Devemos, sem restrições, exportar idéias e imagens que fomentem a liberdade individual, a

responsabilidade política e o respeito à propriedade privada. Deve ser iniciada uma campanha para capturar a elite intelectual ibero-americana... (DOCUMENTO, 1981, p. 74 – 75).

Os Estados Unidos devem promover uma política orientada para o capitalismo privado, o livre comércio e o investimento direto local e estrangeiro em empresas produtivas na América Latina (DOCUMENTO, 1981, p. 75).

Ora, quando lembramos que os Estados Unidos são uma das grandes potências mundiais, decorrente do desenvolvimento de sua economia capitalista, entende-se perfeitamente sua preocupação em desenvolver uma política educacional que, em última instância visa fortalecer o capital.

Não é possível ignorar que o capitalismo transformou a força de trabalho numa mercadoria, colocada à venda como qualquer outra mercadoria (MARX, 1983, 9. 187 s). Mais do que isso, ela é, também, capital variável e como tal, os recursos humanos podem vir a ser INVESTIMENTO do bom e do melhor, “lucro na certa”, como disse Andrade (1984, p. 113), desde que administrado adequadamente⁷. Em relação aos chamados superdotados, essa idéia está muito claramente apresentada em documentos do Ministério de Educação e Cultura (MEC), através do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) (BRASIL, 1981, p. 2); no Seminários Nacionais sobre Superdotados (NOVAES MIRA 1985, p. 19); na literatura técnica (ALENCAR, 1985 b, p. 23; CAMPINO, 1988, p. 43 – 47) e nas propostas político-pedagógicas para essa categoria social (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985).

Embora is que acolham essa categoria social sustentem que eles precisam receber uma educação especial para atender as necessidades do mercado, contraditoriamente também sustentam que, por serem superdotados, serão absorvidos por esse mercado, como se esse processo independesse das determinações do capital. Essa inversão também se manifesta, a nível de

⁷ Leia-se, de acordo com os interesses do capital monopolista.

explicações, sobre os rumos da política, cultura, economia, enfim, da sociedade futura, de uma nova civilização que emergirá no século XXI, quando na verdade, o que constata é que detém o poder, ocupando todos os espaços de comando existentes, seja em que nível e situação for.

Aparentemente há um discurso “neutro” por parte dos que propõem uma educação especial para os chamados superdotados. Será isso verdadeiro? E se não o é, então qual é o seu conteúdo político? Tais questões merecem respostas que serão explicitadas no decorrer desse trabalho. Estão banhadas por uma determinada realidade concreta, que precisa não só ser posta a nu, como, acima de tudo, ser profundamente questionada. Para compreender melhor essa realidade, algumas condições precisam ser explicitadas permitindo, dessa forma, aprofundar a crítica.

4.1.4 Capitalismo monopolista: espaço possível para uma teoria dos dotes?

Que realidade é essa que favorece a uma fração da sociedade – a minoria – usufruir de determinadas condições de vida, negada aos demais? Em busca de respostas fui avançando no meu conhecimento que ainda hoje e agora considero inacabado, incompleto. Diferentes questões surgiam-me em decorrência de meus estudos, do confronto entre a teoria e o discurso daqueles que apresentavam os programas de atendimento diferenciado aos chamados superdotados, das reflexões elaboradas a partir dos contatos com minha orientadora ou com especialistas naquelas áreas de saber abrangidas por essa tese.

Apoiada nas idéias de diferentes teóricos tentarei configurar a sociedade capitalista, buscando elementos que me permitam compreender como se sustenta a produção e manutenção da categoria social dos chamados superdotados, em nossos dias. Essa sociedade possui algumas características que apresentarei a seguir:

- Relação capital “versus” trabalho que impõem uma estrutura à sociedade de maneira que haja sempre, e inexoravelmente, o fortalecimento do capital, concentrado na classe dominante, pela apropriação da mais-valia produzida pela classe dominada, também chamada de classe trabalhadora, e pela produção de processos de cooptação e mediação, concretizados, por exemplo, na produção da categoria dos chamados superdotados;
- Expansão e fortalecimento do capital num contexto mundial, não só com a decorrente internacionalização das relações de produção, distribuição, consumo e troca de mercadorias, mas também, e concomitantemente, com a formação dos monopólios, onde “o capital financeiro é resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas como o capital de grupos monopolistas industriais...” (LENIN, 1987, p. 88). Ocorre uma dominação que se concretiza a nível de monopólios de capital financeiro transnacional, mediados por bancos e empresas transnacionais. Concomitantemente, são produzidas relações sociais, a nível internacional, que vão além da exploração econômica de um país sobre outro, chegando a tal nível de dominação que muitos países perdem sua soberania;

- Transformação do valor ético do trabalho em valor econômico, através da apropriação da força do trabalhador pela sua conseqüente venda no mercado (de trabalho), segundo os interesses dos capitalistas. Concomitantemente, há a produção de determinados tipos de força de trabalho, que se concretizam em diferentes categorias sócio-profissionais, conforme penso? Uma ativa de trabalhadores, um excedente de mão-de-obra, também chamado de “exército industrial de reserva” (MARX, 1984 c, p. 198 – 212), moderadamente chamado apenas de “exército reserva”, pois encontra-se nos diferentes ramos de trabalho e a produção de um grupo reduzido de trabalhadores considerados especiais, que chamo de força especial de trabalho;
- Permanente busca de espaço e de poder político, visando a hegemonia da classe dominante e o fortalecimento do capital, o que leva a ampliar as contradições entre as classe. Se por um lado há uma constante necessidade de criar, inovar, revolucionar, isso é feito de maneira a manter alguns, a grande maioria, na condição de dominados, ou seja, na condição de explorados.

A expansão do capital exige a implementação de novas estratégias para envolver mais e mais indivíduos, categorias sociais, profissionais e nações nos princípios da sociedade capitalista. Sendo a compra da força de trabalho, sua exploração e apropriação do valor excedente do trabalho a fonte principal da existência e solidificação do capitalismo, é compreensível que a classe dominante – os capitalistas – criem determinadas categorias sociais, que atuarão não só no nível econômico, mas também no social e no político. O modo de produção capitalista

exige determinadas categorias de trabalhadores, assim como a produção, reprodução e divulgação de um determinado saber, uma determinada cultura, ocorrendo, também, a preparação de intelectuais em diferentes instâncias da sociedade. A produção dos chamados superdotados subordina-se a essas necessidades e, servindo aos interesses da classe dominante, passam a ser ideologicamente manipulados.

- Disseminação de conhecimentos que perpassam diferentes níveis da sociedade, e que são apresentados como verdades naturais e eternas, como uma das formas de a burguesia (classe capitalista ou dominante) manter-se no poder. “As idéias da classe dominante são em todas as épocas as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder MATERIAL dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder ESPIRITUAL dominante” (MARX e ENGELS, 1981 a, p. 59). Sob as mais diferentes formas e expressando os mais diferentes conteúdos, “verdades” são impostas. A teoria dos dotes e a afirmação de que algumas pessoas possuem superdotes, aptidões e talentos, cabendo à sociedade desenvolvê-los, mediante uma educação especial, exemplificam como pode se dar essa dominação;
- Formação de proletariado e crescente conscientização de suas condições de vida e possibilidades de poder político. Isso dá contraditoriamente, porque:

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, isto é, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que não vivem, senão com a condição de encontrar trabalho, e o encontram unicamente enquanto seu trabalho aumenta o capital (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 37).

Os trabalhadores, ao mesmo tempo que são tratados como mercadoria, encontram formas de, coletivamente, resistirem à perda total de sua dignidade humana. Isso implica, necessariamente, no confronto entre as classes e na luta, desencadeada pelo proletariado, para colocar as bases de uma sociedade sem classes. Essa luta defronta-se com a posição, da própria burguesia, de provocar mudanças e transformações numa outra dimensão: a da inovação tecnológica, por exemplo. Ela não visa mudanças da ordem social vigente (hegemonia e poder político da burguesia), mas das condições de produção: condições gerais de trabalho, forças produtivas e relações sociais estabelecidas a partir dessas condições.

- Exploração da pessoa pelo capital, concretizada na exploração da pessoa pela pessoa, promovendo relações sociais e econômicas competitivas, destrutivas e aviltantes da dignidade humana, estendendo-se, inclusive, à família

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais, idílicas. (...) Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca. Substituiu as numerosas liberdades escrituradas e adquiridas pela ÚNICA e desalmada liberdade de comércio. Numa palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, estabeleceu uma exploração aberta, descarada, direta e brutal (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 33).

“A burguesia rasgou o véu de emocionante sentimentalismo que encobria as relações familiares, e as reduziu a simples relações de dinheiro” (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 33), de tal sorte que as relações comerciais e jurídicas, e os membros das famílias nada mais fazem do que produzir força de trabalho, incessantemente, para ser consumido no mercado de trabalho.

- Hegemonia do poder político do Estado pela e para a ampliação do poder político da burguesia. A expansão da força do capital ameaça a

soberania do Estado, em vários países (IANNI, 1988). Além disso, verifica-se que o Estado restrito, (legislativo, executivo e judiciário) tende a ser cooptado, submetendo-se ao Estado Amplo (“quadro poder”) que é “constituído (...) pelos mecanismos que asseguram às classes dominantes, no interior das unidades econômicas, a extorsão de mais-valia” (BERNARDO, 1985, p. 92 – 93). Isso se passa tanto a nível de países desenvolvidos, como é o caso daqueles que participaram da Comunidade Européia, quanto a nível de países de Terceiro Mundo. Muitos países da América Latina têm sua soberania posta em risco pela política financeira do Fundo Monetário Internacional “FMI”, por exemplo. Esse processo foi destacado por Marx e Engels, ainda que referindo-se a outra época do capitalismo:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada do correspondente progresso político (...) a burguesia, depois do estabelecimento da grande indústria e do mercado universal, conquistou finalmente a hegemonia exclusiva do poder político no Estado representativo moderno. O governo do Estado moderno não é mais do que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 32).

Ocorre, então

a centralização dos meios de produção e concentração da propriedade na mão de uns poucos. A consequência obrigatória disso foi a centralização política. (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 35).

- A educação é um processo e um ato político gerada no seio das contradições engendradas no embate entre trabalho e capital.

A burguesia vive em luta permanente (...). Em todas essas lutas vê-se forçada a apelar ao proletariado, a reclamar sua ajuda e a arrastá-lo assim ao movimento político. Dessa maneira, a burguesia proporciona aos proletários os elementos de sua própria educação política e geral, isso é, armas contra ela mesma.

Além disso, como acabamos de ver, o progresso da indústria precipita nas filas do proletariado camadas inteiras da classe dominante, ou, ao menos, as ameaça em suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado numerosos elementos de educação. (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 40).

Entretanto, a realidade tem nos mostrado, com o desenvolvimento do capitalismo, que também o proletariado oferece elementos para a educação da burguesia, ou seja, ela apropria-se das reivindicações dos trabalhadores e dos avanços conquistados por eles, para ampliar e solidificar o capital (BERNARDO, 1985). Insere-se dentro dessa contradição, do meu ponto vista, a produção e a formação de uma categoria social como a dos chamados superdotados, pois eles, embora possam ser assalariados e como tais, considerados trabalhadores, são trabalhadores diretamente a serviço do capital, ou, de forma mais clara, são os mediadores que o capitalismo precisa.

Portanto, há também uma educação da e para a classe capitalista. Ela ocorre, por exemplo, quando a burguesia aproveita-se das reivindicações dos trabalhadores para, na própria resposta dada a eles, avançar no fortalecimento do capital. Isso só é possível mediante o avanço da mais-valia relativa que, exigindo novos meios de produção, exige novos tipos de trabalhadores. Ao mesmo tempo, e da mesma forma, a mais-valia relativa decorre da existência de determinadas capacidades dos indivíduos que são desenvolvidas pelas condições gerais de produção (BERNARDO, 1985) gerando novos tipos de trabalhadores, o que implica em novos meios de produção. Esse ciclo não acontece apenas a nível da esfera da produtividade, mas também se dá, paralelamente, nas esferas do conhecimento, da cultura, ou seja, na esfera da educação (formal ou não, direta ou indireta).

Cabe-me a tarefa de examinar criticamente como se dá a produção dos chamados superdotados dentro de uma sociedade como a nossa que apesar de

desenvolver um capitalismo monopolista também se defronta, na sua própria interioridade, com outros níveis menos avançados de capitalismo. Isso exige evidências os desdobramentos, manifestados em movimentos de mostrar-esconder, revelar-mascarar, que constituem o processo de produção – consumo – distribuição – troca dessa mercadoria – força de trabalho – rotulada como “superdotado”.

4.1.5 Dote “versus” força de trabalho: uma relação possível?

Não se pode negar que há por parte de alguns setores da sociedade, uma prática que se tem concretizado na busca daqueles considerados superdotados e na forma como tem sido apregoada a importância de uma educação especial para eles.

Como já apresentei anteriormente, a necessidade de dar atendimento diferenciado para essa categoria social, no Brasil, tem sido legitimada em nome do artigo IX da lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) e encontrou substancial apoio no I Seminário Nacional sobre Superdotados, promovido em 1971, pelo Departamento de Educação Complementar do Ministério de Educação e Cultura, em Brasília, e nos demais que se seguiram.

Helena Antipoff (1976, p. 417), em 1971 também participante desse Seminário foi quem introduziu correntemente o termo superdotado, conforme lembrado por Guenther et al. (1984, p. 12), mais tarde oficializado pela legislação do ensino especial. Entretanto, ela própria substituiu-o por bem-dotado, por julgar que aquele oferecia uma conotação “raro” e “incomum”. Outra justificativa que apresentou refere-se à quantidade: aqueles que, realmente, podem ser considerados superdotados, são em número bastante reduzido. Eles formariam um

grupo à parte, e seus participantes situar-se-iam, muitas vezes, no limiar da genialidade. Seu número, extremamente pequeno, dificultaria o objetivo de dar a melhor educação aos considerados mais capazes.

Ainda Helena Antipoff, em artigo escrito em 1971, publicado em 1976 e republicado em 1984, caracterizou os bem-dotados apoiando-se em pesquisa realizada por Catherine Cox Milles, em 1964, com 100 indivíduos. Segundo o que afirmou, os bem-dotados seriam indivíduos intelectualmente voltados para o estudo demonstrando capacidades para determinadas áreas ou habilidades. Seriam originais, criativos, compreenderiam rapidamente, memorizariam com facilidade, apresentando pensamentos dependentes da razão. Seriam observados atentos a detalhes e demonstrariam independência de pensamento. Do ponto de vista social inspirariam confiança, revelando grande influência pessoal sobre amigos e familiares, além de outras pessoas que deles se aproximassem. Procurariam sua vontade dirigindo, muitas vezes, os demais, manifestando responsabilidade no grupo. Acreditariam em si, seriam perseverantes, dotados de muita energia e vontade de sobressair, não se abatendo mesmo diante do obstáculo. Seriam justos, bondosos, de uma “bondade espontânea e consciente”, revelando “desejo de ser amado, pureza moral, interesse pela religião e ausência de sugestibilidade” (ANTIPOFF, 1984, p. 89 – 90).

O sistema oficial de Ensino do Distrito Federal adotou o conceito proposto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Centro Nacional de Atendimento ao Excepcional (CNESE) (Projeto Prioritário N 35, do Plano Setorial de Educação 1972/1974) conforme segue:

Serão consideradas crianças superdotadas e talentosas as que apresentarem notável desempenho e/ou apresentarem elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados:

- - Capacidade intelectual geral;
- - Aptidão acadêmica específica;
- - Pensamento criador ou produtivo;
- - Capacidade de liderança;
- - Talento especial para artes visuais, dramáticas e musicais;
- - Capacidade psicomotora. (FUNDAÇÃO, 1981, v. 2, p. 9 – 10).

As caracterizações apresentadas envolvem diferentes dimensões da pessoa, mas basicamente a mais importante refere-se àquela que situa a identificação da superdotação em função de uma discrepância a mais, que alguns teriam e que fariam certos indivíduos sobressair em qualquer uma das características identificadas.

Segundo aqueles que propõem um atendimento especial aos chamados superdotados, há algo, em alguns indivíduos, chamados de dotes, dom, aptidão, talento, enfim, uma capacidade superior, que lhes permitiria ter um desempenho acima dos demais. Numa sociedade que se caracteriza pela relação capital “versus” trabalho, essa capacidade superior nada mais é do que FORÇA DE TRABALHO que, sob determinadas condições permite que o capitalista possa apropriar-se de uma parcela maior de trabalho, ou seja, de mais MAIS-VALIA, mascaradamente chamada de desempenho superior. Tais idéias explicitam-se quando retomo o conceito de força de trabalho de Marx:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põem em movimento toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1983, p. 139).

Ora, numa sociedade capitalista, esse indivíduo rotulado como superdotado, na verdade um eleito é, nada mais, nada menos, do que força de trabalho. Isso ocorre porque o indivíduo, ao situar-se numa sociedade capitalista, é jogado e

insere-se, querendo ou não, na relação trabalho “versus” capital, participando, necessariamente, num e noutro pólo dessa relação. Não posso pensar num sem pensar no outro, um depende necessária e historicamente do outro. Como afirma Marx e Engels (1981 b, p. 37), a classe dos operários modernos, dos trabalhadores, não se desenvolve a não ser que encontre um trabalho, e só o encontrarão enquanto o seu próprio trabalho aumentar o capital. São lançados no mercado de trabalho, sujeito as leis de mercado impostas pela classe dominante, como mercadoria qualquer, pois vendem o que mais interessa ao capitalista: sua força de trabalho.

Configura-se, dessa forma, o homem mercantilizado. Mas esse homem-mercadoria é uma mercadoria muito especial. Apresenta-se como “mercadoria”, mas ele também é “proprietário” de algo. O que vende? Sua força de trabalho, expressa, por alguns, como DOTE, ou aptidão. Dito desta forma, sugere como uma afirmação gratuita, desprovida de sentido. Cabe-se, então, questionar como se dá a passagem da força de trabalho para dote e vice-versa, num movimento de ida e vinda.

Corroborando a idéia de que os dotes, aptidões, dons e talentos nada mais são do que um eufemismo para falar sobre a força de trabalho colocada à disposição do capital, é proclamada a necessidade de não apenas identificar superdotados, mas de torna-los competentes. Isso significa, na verdade, colocar à disposição dos capitalistas mão-de-obra adequada às necessidades dos diferentes mercados, pois como é afirmado:

Diferentes culturas caracterizam-se por diferentes aptidões, habilidades e traços de personalidade inerentes às condições de etnia, de localização geográfica, condições climáticas, valores e tradições (...). Tais expectativas gerarão papéis sociais a desempenhar, com critérios de valorização externos para avaliar suas performances. (BRASIL, 1983, p. 12).

Encontramos esta preocupação com a força de trabalho também, quando é proposto o “sucesso profissional” (ANTIPOFF, 1976, p. 383) como um dos critérios para identificar os chamados superdotados. Quando os que acolhe a rotulação de alguns como superdotados sustentam que eles devem ser atendidos diferenciadamente porque tem dotes e/ou aptidões superiores à média (superdotes), intensiva ou extensivamente, dizem, também, (embora não apresentem explicitamente), que alguns tem uma super-força de trabalho. Para os que escolhem a categoria social dos chamados superdotados há algumas pessoas que apresentam faculdades físicas e espirituais num nível tal de superioridades que somente os considerados superdotados produzirão valores de uso especiais, de qualquer natureza. Não é dito, no entanto, como essa considerada “super-força” é produzida, aliás, isso nem é cogitado pelos que acolhem a noção de superdotado.

Para trazer à tona idéias que perpassam e sustentam esta ideologização aprofundarei o exame das relações entre os homens impostas pelo capital, ou dito de modo mais específico, pelo modo de produção capitalista.

Inicialmente, é preciso retomar a idéia de que o homem não se constrói isoladamente, abstratamente (MARX, 1982 a, p. 3). Natureza e sociedade estão aí, não como dois pólos opostos ou complementares, nem tampouco como duas entidades perfeitamente delimitadas, mas natureza e sociedade estão imbricadas dialeticamente.

O indivíduo, ao entrar em contato com a natureza, o faz buscando algo para si e para os demais indivíduos que com ele vivem: produz. Primeiramente, produz para satisfazer necessidades básicas, depois passa a produzir para satisfazer outras necessidades. Para viver, produz, para produzir, trabalho, ou seja, a vida é produzida pelo trabalho. Dito de outra forma, determinados modos de produção

estão ligados a determinados modos de cooperação, que, por sua vez, constituem-se como forças produtivas (MARX e ENGELS, 1981 a, p.37-39). Por isso, para se compreender um fenômeno histórico, um fenômeno social, é preciso examiná-lo inserido nos modos de produção de uma dada sociedade. Como dizem Marx e Engels (1981 a, p. 28) “determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entram em determinadas relações sociais e políticas”. Uma das dimensões dessas relações refere-se àquela que se estabelece entre os que vendem sua força de trabalho e aqueles que a compram.

Não é a Natureza que determina que uns sejam vendedores de sua força de trabalho, e outros seus compradores. Esta é uma relação historicizada, construída pelos homens, produto do seu próprio viver, isto é, dos modos de produção que se foram fazendo ao longo do seu desenvolvimento histórico e de muitas revoluções econômicas e sociais (MARX, 1983, p.140).

Na sociedade capitalista, ainda que não rigidamente, os homens estão divididos em vendedores de sua força de trabalho e capitalista ou compradores da força de trabalho de outros. Esta divisão caracteriza, sempre, uma relação de dominação de uma determinada classe sobre outro, denominação essa considerada, nessa sociedade, como natural. Contraditoriamente, nessa mesma sociedade, as classe são dadas como naturais, enquanto a posição do homem concreto, em qualquer uma delas, não é tida como natural, sustentando-se, ideologicamente, sua possibilidade de transitar de uma para outra.

É preciso, segundo Marx, para que se efetive a transação entre o dono do dinheiro que compra a força de trabalho como uma mercadoria qualquer e o trabalhador que a vende, que algumas condições sejam preenchidas, o que, aparentemente, acontece. Assim é o próprio trabalhador quem vende sua força de

trabalho, manifestando, enganadoramente, seu direito de propriedade de algo que, pertencendo-lhe, deixa de ser seu muito antes de estar plenamente em funcionamento e, mais do que isto, ao vender sua força de trabalho, vende, ao mesmo tempo e mascaradamente, o possível controle que poderia ter sobre sua força de trabalho, sobre si próprio e tudo que lhe pertence (MARX, 1983, p. 139).

Outra condição que também se dá ideologicamente refere-se ao exercício de liberdade que se deve manifestar numa transação comercial, para que seja possível afirmar que o acordo estabelecido entre as partes é a manifestação justa do livre querer entre comprador e vendedor. Ao vender sua força de trabalho ao capitalista tudo se passa como se trabalhador se dispusesse dela como “livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa” (MARX, 1983, p. 139) quando, na verdade, ele sempre está sob o domínio das condições impostas pelo capitalista, quer no ato da venda, quer na utilização que o capitalista faz daquilo que comprou. Ao comprar a força de trabalho o capitalista apropria-se, imediatamente de tudo aquilo que ela pode oferecer-lhe, de tal sorte que tem, necessariamente, o retorno, adiantadamente, não só do valor investido nela, mas de excedente que lhe permite expandir e fortalecer não só seu capital, como o próprio capital em si.

Além disso, outra condição falsamente cumprida é aquela que se refere o que chamarei de principio da temporalidade, pelo qual a força de trabalho só pode ser vendida por determinado tempo, e apenas em parte, jamais em bloco, pois se isso acontece, o vendedor de sua força de trabalho transformar-se-ia de “homem livre de um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria” (MARX, 1983, p. 139). Entre tanto o fato de o trabalhador vender sua força de trabalho, em parte, não implica que, gananciosamente, o capitalista dela não se aproprie dela de tal forma, que o trabalhador vê suas forças serem exauridas, sempre ininterruptamente, até a

morte. Mesmo que um “trabalhador assalariado” não preencha as condições que caracterizariam um “escravo”, muitos desses trabalhadores estão submetidos a condições tais, que os colocam numa forma de viver inferior àquelas peculiares aos próprios escravos da Grécia Clássica, por exemplo.

Finalmente, outra condição é apontada por Marx para que se efetive a transação comercial entre trabalhador e capitalista é a que chamarei de principio de extensão, pelo qual, o trabalhador só pode vender sua força de trabalho enquanto ela faz parte, necessária e intrinsecamente, de sua própria corporalidade viva (MARX, 1983, p. 140), isto é, ela é a extensão de seu corpo e vendê-la implica em vender juntamente seu corpo naquilo que corresponde às características peculiares à sua força de trabalho.

De forma vigorosa e dramática, Marx, usando a palavra como pinceladas, expõe a relação que se estabelece entre aquele que vende sua força de trabalho e quem a compra. Se parecem estar em igualdades de relações, um vendendo algo que lhe pertence, sua propriedade, livremente, e outro estabelecendo um contrato de compra entre pessoas livres, em que as partes se dão numa relação jurídica de igualdade, essa situação logo se transfigura quando se efetiva esta transação. Já não há mais aquela percepção de que cada um estaria cuidando exclusivamente de algo seu, buscando seu proveito próprio, vantagens particulares, interesses privados e tudo se realizaria em decorrência de uma harmonia pré- estabelecida ou sob auspícios de uma providência toda esperta que visava, a cima de tudo, a vantagem mútua, o bem comum, o interesse geral. Eis o que acontece, agora:

o antigo possuidor de dinheiro marcha a diante como capitalista, segue-o o possuídos da força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele par ao mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume (MARX, 1983, p.145).

Torna-se evidente, portanto, que o trabalhador, não dispõe de sua força de trabalho, livremente, pois não pertence á classe dominante. Logo, a transação estabelecida não é um acerto justo, livremente firmado, de comum acordo entre as duas partes.

Na verdade, a relação que se estabelece entre trabalhador e capitalista, escamoteia as condições reais de compra e venda da força de trabalho, instalando-se sob condições apresentadas como reais. Dito de outra forma, há uma transação ideológica no intercâmbio que se estabelece entre trabalhador e capitalista. De que forma se ideologiza essa transação?

Dentre as várias maneiras existentes, destaco algumas que se dão em função de:

- Salário aviltantes decorrentes de economias espoliadoras do proletariado levam ao exaurimento da própria força de trabalho do trabalhador, revelando que ela está vendendo sua força de trabalho por um valor baixo do que ela vale, sem controle maior sobre seu corpo, praticamente colocado à disposição do capitalista. Tais salários são apresentados como decorrentes, por exemplo, da divisão entre trabalho manual e intelectual, ou decorrentes das capacidades, habilidades de cada um, ou mesmo decorrente da não escolarização e/ou fracasso escolar do trabalhador. Juntamente com isso, ganham corpo e força idéias como: “dinheiro não traz felicidade para ninguém”; “mesmo que o trabalhador ganhe mais não adianta, pois põe tudo fora”; “é preciso oferecer salários mais baixos para que todos possam ter trabalho”.

- Políticas trabalhistas comprometidas com a classe dominante concretizam normas e leis feitas e mantidas sob o controle do capitalista, em seu benefício próprio, sem que os direitos do trabalhador sejam explicitados e respeitados. Além disso, as leis trabalhistas que parecem assumir a defesa do trabalhador dentro do sistema serve para alimentar a acomodação das classes, não deixando emergir a problemática da classe, porque é vista ideologicamente como problemática individual.

Outra forma de a transação entre trabalhador que vende sua força de trabalho e capitalista que a compra, dar-se ideologicamente, é a através da aceitação de que alguns tem uma força de trabalho que vale mais porque são considerados superdotados ou seja, tem, pretensamente, mais e melhores dotes e/ou aptidões que outros.

A força de trabalho para ser mantida e produzida, precisa ser alimentada, desenvolvida, enfim, cuidada. Isso exige, de acordo com Marx (1983, p. 141), certa soma de meios de subsistência, ou seja, há necessidade de que certo tempo de trabalho reverta, no mínimo, em sua conservação. O tempo de trabalho necessário para tal, é aquele que permite a produção desses meios de subsistências, ou, como diz Marx (1983, p. 141), “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistências necessários à manutenção de seu possuidor”.

Manutenção não tem só um sentido apenas físico nem se refere ao mínimo estabelecido que agrilhoasse o indivíduo a condições tais que ele não pudesse passar de um pobre párea dentro da sociedade. Manutenção da força de trabalho significa que o trabalhador disporá das condições que lhe permitirão não só manter sua individualidade viva, como, também, desenvolver-se, aprimorando sua própria

força de trabalho, adquirindo habilidades e outras condições que reverterão diretamente na qualidade e quantidade de trabalho produzido. Além disso, ele precisa criar sua família, sua esposa e filhos, que estarão juntos com ele e/ou o substituirão no mercado de trabalho, perpetuando a descendência dos trabalhadores (MARX, 1982 b, p. 160).

Considerando que são os modos de produção que determinam toda a organização social da atividade econômica, então, na medida em que estiver mais desenvolvida uma determinada sociedade, tanto maiores serão as exigências que serão de cada indivíduo ou de grupo deles. Isso já se nota, quando comparamos as formas de viver das diferentes classes sociais. O que é restrito e privilégio da classe dominante, não o é por ela ter “naturalmente” mais necessidades do que a classe dominada, mas porque ela apoderou-se das condições que lhe outorgam tal viver. Outra forma refere-se às necessidades dos chamados superdotados. Segundo os que propõem um atendimento diferenciado a essa categoria social, eles precisam de uma educação especial por exigência da estabelecida condição de superioridade de seus dotes.

Se por um lado há necessidades oriundas da classe sócio-econômica a qual o trabalhador pertence, país e/ou região de origem, estado civil, etc. por outro lado, seu próprio trabalho tem uma especificidade e, conseqüentemente, determina certo tipo de necessidade. A força de trabalho só realizar-se-á no e pelo trabalho (MARX, 1983, p. 141). De acordo com o trabalho desenvolvido, o trabalhador gastará aquilo que impulsiona e faz parte da sua força de trabalho, diferentemente. Há o que Marx chama de “gasto acrescido”, isto é, aquilo que o trabalhador precisa repor para manter sua força de trabalho em condições de produzir o mesmo trabalho, regular e continuamente, dia após dia. Inclui-se, nessa reposição necessária, não só aquilo

que diretamente atuará sobre o organismo global do indivíduo, mas também aquilo que faz parte direta das condições básicas para mantê-lo com saúde: alimentação, roupa, aquecimento, moradia, etc. Essas serão diferentes, dependendo do lugar de onde a pessoa mora e trabalha.

Tais necessidades, no entanto, não são só fruto de condições geográficas, mas também históricas (culturais e morais), ou seja, dependendo das condições de desenvolvimento de uma dada sociedade, isto é, do estágio dos modos de produção de determinarão um certo nível de vida, também as necessidades básicas serão diferentes para cada trabalhador, dentro de uma mesma profissão. Conjuntamente, também, o “padrão de vida tradicional de cada país” exige a “satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (MARX, 1982 b, p. 182).

Além disso, repor as forças de trabalho significa repor as próprias forças, ou seja, a própria capacidade que permite que tal ou qual trabalho seja feito. Dependendo do trabalho a ser executado, muitas forças de trabalho exigem não só uma manutenção e produção a nível de corporeidade, de organismo físico e mental, mas exigem também a manutenção e reprodução de componentes que chamarei culturais, isto é, conhecimentos que são exigidos pelo próprio produto ao ser alcançado com determinado trabalho.

No momento em que é determinado que alguns – os chamados superdotados – tem uma força de trabalho que exige mais e melhores meios de subsistência então é outorgado-lhes um valor maior, mais alto do que aos demais. Cria-se-lhes um espaço “aureolado”, isto é, oferecem-lhes condições superiores aos demais em nome de dotes e/ou aptidões. A questão é como se os chamados superdotados possuíssem pela sua própria natureza, necessidades especiais. Entretanto, Marx

afirma que um carregador difere menos de um filósofo do que um mastim de um galgo; é sobretudo esta diferença não é inata, dada, não constitui tanto “a causa como o efeito da divisão do trabalho” (MARX, 1985 a, p. 105).

Se é aceito que alguns homens tem uma força de trabalho superior que exigiria mais e melhores meios de subsistência, então, também seria aceito que eles precisariam ganhar o equivalente a um tempo maior de trabalho para fazer essa força de trabalho funcionar plenamente. Dito de outra forma, aqueles que comprassem essa forma de trabalho deveriam pagar mais por ela (ou os vendedores dessa força de trabalho deveriam aumentar seu preço, comparativamente a outras forças de trabalho não consideradas superiores). Embora, na realidade concreta, nem sempre o preço da força de trabalho coloque-se sob esse ângulo, é possível, no entanto, que tal ocorra. Ora, o que faria o dono do capital gastar mais com um determinado indivíduo, ou grupo deles? Segundo Marx o capitalista é aquele que busca incessante inexoravelmente aumentar o seu capital. E ele consegue isso explorando, o mais possível, a força de trabalho comprada por ele (MARX, 1983, p. 263). O cerne da questão não se encontraria exatamente aí, isto é, nas possibilidades (ou até certeza mesmo) de o capitalista aumentar seu capital, comprando determinado tipo de força de trabalho que, de antemão, ele saberia que certas pessoas desenvolveriam porque lhes foram outorgados condições especiais?

4.1.6 OS chamados superdotados: apenas uma mercadoria?

Em 1971, Helena Antipoff afirmava que o bem-dotado destaca-se pela inteligência, pelas aptidões especiais manifestadas por suas realizações e suas obras, idéias essas reapresentadas na revista de estudo pedagógicos (1986, p. 419) e republicada em “Dez anos em Prol do Bem-Dotado” (GUENTHER, et al. 1984, p. 88). Essa mesma idéia é apresentada por OTILIA ANTIPOFF (1976, p. 386): “ênfatizando o sucesso profissional, considera-se bem-dotado o indivíduo que alcançou posição de destaque nas ciências, nas artes, na política e nos demais ramos da atividade humana”. Para GUENTHER et al. (1984, p. 12) serão aquelas “crianças, jovens e adultos dotados de capacidade e potencial superior, em relação a medida população, nas diversas áreas de características humanas”.

As idéias apresentadas por essas autoras caracterizam o chamado superdotado como alguém que se “destaca” pelas suas “capacidades” e pelo seu “desempenho” obtendo, assim, “sucesso profissional”, o que significa, inegavelmente, “participar produtivamente do mercado de trabalho”. Para obter esse sucesso não são feitas apenas elucubrações teóricas, mas são criadas escolas profissionalizantes para dar-lhes suporte.

Poderia citar, como exemplo, o caso da Fundação José Carvalho (Pojuças, Bahia). Ela surgiu com a preocupação básica de oferecer ao mercado de trabalho, a nível nacional, inclusive, profissionais do mais alto gabarito, na área de mineração. Sua importância pode bem ser aquilatada pela preocupação que houve, desde o início da organização da Escola Técnica, em selecionar jovens que demonstrassem “aptidões para a mineração” (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985, p. 45) e

quando não as revelaram, foram desligados (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985, p. 44-45).

As próprias condições da escola revelavam quão importante era selecionar jovens bem-dotados, os chamados superdotados, que pudessem ter progresso – produtividade e tecnologia – á área de mineração: a escola foi localizada junto á indústria, instituição mantenedora da escola; faziam parte dos recursos de aprendizagem “ as salas de Topografia e a Usina de Beneficiamento de Minério – única no gênero em todo o país – laboratório onde os alunos se familiarizavam com funcionamento de jiges e peneiras” (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985, p. 41) . Um elo muito forte estabeleceu-se entre ambas: indústria “ versus” escola (leia-se: formação de determinada categoria profissional). Mas, não se pode afirmar que a preocupação profissionalizante nessa escola, esgotou-se com essa área. Aproveitando o espírito da lei 5692/91 (BRASIL 1971), outras terminalidades têm sido oferecidas como computação, tradutor e interprete, além da riqueza curricular permitir o surgimento de violinista, pianista, poeta, compositor, entusiasta dos discursos (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985, p. 42), somando-se àqueles que caracterizavam o futuro técnico em mineração. Pela diversidade de opções oferecidas, os alunos têm criado “jornaizinhos” ou colaborado na própria Revista da Fundação “Belamira”, participando, também, nas artes e esporte.

Concretiza-se, por tanto, um determinado tipo de ensino, para um determinado grupo de jovens, aqueles identificados como superdotados (ou bem-dotados, na terminologia alternativa utilizada pela própria equipe da Fundação José Carvalho (FJC)), embora seja afirmado que é “ uma iniciativa particular isolada, destinada a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro” (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985, p. 53).

Ainda elucidando a questão dos chamados superdotados, enquanto necessários ao mercado de trabalho, destacaria a afirmação de Machado (1986, p.3 – 4), que enfatiza a necessidade de uma “campanha de conscientização da sociedade em prol de tão elevados recursos humanos”. Com essa afirmação, Machado explicita qual o verdadeiro sentido do atendimento diferenciado dos chamados superdotados numa sociedade capitalista. Eles são os RECURSOS HUMANOS tão apregoados pela teoria do capital humano. Ao lado dos recursos materiais estão os recursos humanos, todos, obviamente, para servir e para fortalecer o capital. Só enquanto a força de trabalho (mercadoria) é que esses “recursos humanos” podem participar da composição do capital, resultado que é da estreita interpretação entre capital variável e capital constante, e que examinarei oportunamente.

Outra abordagem que evidencia a concepção e a orientação dada ao atendimento aos chamados superdotados revela-se no trabalho de Novaes Mira (BRASIL, 1983, p.3), que ao apresentar as tendências evidenciadas na V Conferência Mundial sobre Crianças Superdotadas e Talentosas, afirma: “a criatividade de um povo é, sem dúvida, a grande mercadoria do mundo atual, pois dela dependerá o futuro do homem do Século XXI “. Sendo a criatividade uma das características indicadas pelo MEC/CENESP (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p.10), como componente dos considerados superdotados, então, apresentá-la como mercadoria nada mais é do que sustentar que aqueles que a possuem também o são.

Essa idéia, entretanto não é compartilhada do que acolhem a noção de superdotado, que preferem dizer:

Torna-se, portanto, necessário que o desejo da sociedade se manifeste em relação a eles, a fim de que os programas possam ser legitimados dentro de uma política conjunta e coerente, compatível com os interesses sociais, políticas, além dos econômicos (BRASIL, 1983, p. 12).

Dito dessa forma, parece que os interesses sociais, políticos e econômicos são, desde si próprios, bons para todos os que participam da sociedade. Sendo assim, legitimar o atendimento diferenciado aos chamados superdotados beneficiaria a todos. Na verdade, o que é dito mascara a realidade do aviltamento do homem, como se esse só se construísse nas teias das relações sociais, econômicas e políticas, vendendo sua força de trabalho, materializada num produto obtido pelo seu trabalho.

De acordo com Marx (1982 a, p. 3) “a produção dos indivíduos é determinada socialmente”. Marx refere-se à produção de mercadorias, mas eu proponho analisar a própria produção de trabalhadores como se esses trabalhadores fossem mercadorias. Chamo a atenção para a expressão empregada “como se fossem mercadorias”, porque, na verdade, a instauração do trabalho assalariado pressupõe a idéia de que algo é comprado – a força de trabalho – por um tempo determinado, conforme estabelecido num contrato de trabalho. Ao vender a sua força de trabalho a pessoa não pode vendê-la separada de sua própria corporalidade, que implica em manter seu próprio corpo como um bem alienado a seu comprador, o capitalista.

o próprio homem, considerado como mera existência de força e de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, consciente, e o próprio trabalho é manifestação desta matéria (MARX 1983, p. 167).

Na prática, há muitas formas de mercantilizar o próprio homem. Do meu ponto de vista, essa mercantilização se dá à medida em que o ser humano é coisificado, reificado, ou seja, perde suas características: sua liberdade, sua capacidade criativa

de trabalhar, pensar e comunicar-se. Ele transforma-se em coisa, passível de ser apropriado integralmente por outro, comprado e vendido sob as condições mais escusas, sem possibilidades de interferir nessa compra e nessa venda. Isso não se dá “à luz do dia”, mas sim, de forma mascarada, escondida, escamoteada. Gostaria de examinar mais de perto esse processo de mercantilização da pessoa. Para isso, retomo as idéias de Marx sobre as relações entre: produção, consumo, distribuição e troca (MARX, 1982 a, p. 3 – 14).

4.1.7 os chamados superdotados mercantilizados: produção – consumo – distribuição – troca.

A produção de bens humanos significa que a própria sociedade produz determinados indivíduos, de acordo com suas necessidades. Quais seriam as necessidades de uma sociedade capitalista, em relação a bens humanos? Sua força de trabalho, fundamentalmente.

Marx (1982 a, p. 7 – 8) diz: “A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, objetivo é objetivo”. Entendo, dentro de uma determinada perspectiva, que o ser humano não só consome o que produz, mas se consome produzindo, ou seja, conforme Marx (1982 a, p. 8):

O indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais.

Concomitantemente, quando o homem produz algo, não só consome-se a si próprio, como consome os próprios meios de produção, além de consumir a matéria-prima. Para produzir farinha, por exemplo, o homem consome sua energia vital, a

matéria-prima – trigo – e, além disso, combustível e outros produtos que participam dessa transformação do trigo em farinha. Outros produtos exigirão não o consumo de uma matéria-prima existente na natureza, mas substâncias produzidas pelo próprio ser humano. De qualquer forma, o produto é algo material, e o processo se mantém similar ao que foi descrito por Marx.

Ainda que de natureza diferente, outros bens como valores, imagens, idéias, etc. também são produzidos, de acordo com os interesses da sociedade capitalista. Essas imagens, valores, formas de viver e conviver, tipos de indivíduos, etc. são produzidos para serem consumidos ao mesmo tempo que são consumidos, destroem ou pelo menos modificam profunda e/ou radicalmente, quem os consome (e que muitas vezes são os próprios sujeitos que os produziram). Há, junto com a produção, uma intencionalidade que concretiza no consumo, visando modificar o produtor – consumidor.

Diz Marx:

...o próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo. Mas isso os economistas reconhecem. (...) é o que chamam de consumo produtivo. (...) No entanto, essa determinação do consumo produtivo só estabelecida para separar o consumo, idêntico à produção do consumo propriamente dito, concebido, ao contrário, como antítese destrutora da produção. (MARX, 1982 a, p. 8).

O consumo-produtivo é aquele em que, para que haja produção algo deve ser consumido, mas o que é consumido são os meios de produção que permitem a transformação de uma matéria prima num produto distinto dessa matéria prima, incluindo nessa transformação o próprio processo de combustão (ou transformação). Concomitantemente, há a produção – consumista mediante a qual algo é produzido para ser consumido. Portanto, há o consumo para produzir e a produção para consumir.

Ao produzir eu consumo algo. Para produzir um produto que será consumido é necessário consumir meios de produção e matéria-prima. Nesse caso, o produto consumido é o resultado de um processo consumista no qual durante a produção há consumo de algo. Produção e consumo coincidem, embora os produtos consumidos durante os processos de produção, sejam diferentes do produto que poderá ser consumido, ao final do processo de produção.

Vejamos de que forma acontece esse consumo – produtivo e essa produção – consumista, em relação aos chamados superdotados. Do meu ponto de vista, a matéria-prima – ser humano – é consumida no sentido de ser modificada, visando um determinado produto – o chamado superdotado. Juntamente com a pessoa, indivíduo enquanto tal, também são consumidos todo um conjunto de recursos humanos, materiais, políticos e econômicos com a finalidade de oferecer à sociedade capitalista, em função de seus interesses, pessoas consideradas com dotes e/ou aptidões acima da média. Ao mesmo tempo que acontece o consumo do ser humano real e concreto, em função de um protótipo, há a produção de uma determinada imagem de pessoa que precisa ser consumida por essa mesma sociedade que a criou.

No consumo propriamente dito, o que foi produzido consome o que lhe deu origem, por exemplo, há o aniquilamento do homem concreto pela produção ideologizada de um homem considerado superdotado. Mas, nesse momento em que o consumo transforma sua matéria prima – o homem – em alguém considerado superdotado temos o consumo – produtivo. Concomitantemente, a coisa criada pelo produtor – o chamado superdotado – se personifica, como realidade concreta e passa a ser consumida: o que era produto passa a ser consumido; a produção é imediatamente consumo. Como ela é consumida?

Há um movimento mediador entre a produção que é consumo e o consumo que é a produção.

A produção é a mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. O produto recebe o seu acabamento final no consumo. (...) Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. (MARX, 1982 a, p. 8).

De que forma o consumo produz a produção? Segundo Marx (1982 a, p.8) de uma forma dupla:

1. Consumindo e dando um toque final ao produto “pois o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas [também] enquanto objeto para o sujeito em atividade.”.
2. Criando a “necessidade de uma nova produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é sua pressuposição.”.

Na sociedade capitalista há o consumo da imagem do homem de sucesso, profissional competente, naquele que sabe o que quer, enfim, a imagem do ganhador, do bem sucedido em todos os setores, principalmente na profissão, imagens essas adequadas à uma sociedade que tem na competição um de seus valores mais altos, pois implica em busca contínua de expansão de capital (apropriação de mais valia). Para que essas imagens sejam mantidas, reproduzidas, produzidas e consumidas é preciso estar sempre criando novas produções dessas imagens, ou seja, a sociedade cria a necessidade, principalmente através da propaganda e dos meios de comunicação de pessoas de êxito, sucesso, brilho, enfim pessoas com a auréola de “o ganhador”, ou com a marca “daquele que lucra”.

Esse é um possível caminho para explicar, entre tantas outras necessidades criadas, a de que algumas pessoas sejam rotulada como superdotadas. Mas há uma outra dimensão que devem ser considerada: os chamados superdotados são os eleitos produzidos pelo próprio modo de produção capitalista para realizar as mediações necessárias para fortalecer o capital e que precisam ser consumidas. Afinal, a sociedade capitalista precisa consumir tanto o homem que faz as mediações que fortalecem o capital, quanto as próprias mediações produzidas por ele.

Por exemplo, há idéia de que se é possível que os chamados superdotados alcancem determinados resultados, então é possível que outras pessoas também alcancem resultados semelhantes. Com isso é estabelecido um parâmetro de sucesso, realização, ideal a ser atingido, mas que na realizada jamais o será pela maioria dos indivíduos, em geral, ou entre os trabalhadores, em especial. De qualquer forma, parece que qualquer um alcançará o sucesso por mérito individual. Não seria essa uma das tantas mediações vinculadas por aqueles que acolhem a noção de que alguns são superdotados?

A produção também produz o consumo. Como o faz? Conforme Marx (1982 a, p.9):

1. Fornecendo os materiais para o consumo, isto é, o próprio objeto para consumo, no caso examinado aqui, produzindo a categoria social dos chamados superdotados;
2. Dando acabamento ao objeto do consumo, isto é criando as condições e/ou necessidades, para que o objeto seja consumido de uma determinada maneira, e por um consumidor, ou seja, há um modo específico de consumir o objeto em si, assim como ele é produzido para ser consumido por uma

determinada pessoa (em geral pelas pessoas que compõem uma determinada classe social). É aceito por aqueles que propõem um atendimento diferenciado para essa categoria social, que “naturalmente” em função de seus superdotes e/ou aptidões os considerados melhores, alcançam as melhores profissões e os melhores salários. Eles são escolhidos, conforme sustentado, pelas suas condições pessoais, sem, no entanto, questionarem como as desenvolveram ou em condições de trabalho e de modo de viver lhes são oferecidas. Existem consumidores interessados neles: todos aqueles que, participando da classe dominante, desejam aumentar suas condições de dominação político-econômica. A produção produz não só o chamado superdotado, mas também a forma como esse será consumido: cursos especiais, profissões privilegiadas, altos salários, funções especiais, gratificações, enfim, o melhor para os considerados melhores. Além disso, tanto a classe dominante, quanto a dominada, “absorvem” o que é proposto em torno da rotulação de alguns como superdotados. Esse consumo acontece na classe dominante pelo trabalho que obtém essa força de trabalho, considerada especial, produzida para fortalecer o capital e o próprio sistema capitalista. Na classe dominada, o consumo da noção de que alguns são superdotados, ocorre na medida em que eles são tidos como um ideal a ser alcançado. Dentro dessa concepção, aqueles que participam da classe dominada buscam viver ou ser como um daqueles considerados superdotados. Essa aspiração pode desencadear um processo consumista baseado em determinados padrões de vida e imagens idealizadas que, embora inatingíveis, são molas propulsoras de consumo incessante.

3. O processo produção – consumo – produção não se esgota, no entanto, na produção dessa categoria social, na produção de seus consumidores e na produção dos modos de consumir essa categoria social. Suas próprias necessidades também são produzidas. Como afirma Marx (1982 a, p. 9): “a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material.” Os chamados superdotados são considerados pessoas com necessidades especiais: precisam, conforme proposto para alguns, de uma educação especial, condições de vida especiais, profissionais, culturais, econômicas, etc. acima da média. Enfim, eles próprios passam a gerar necessidades peculiares à sua própria categoria social. Isso acontece, por exemplo, quando muitos deles exercem funções como a dos altos executivos, dos gerentes ou dos técnicos altamente qualificados que, para manterem-se como tais têm necessidades diferentes (superiores, segundo o sustentado) da maioria das pessoas.

Toda essa questão relaciona-se, também, com a produção – distribuição.

Conforme Marx:

...antes de ser distribuição de produtos, ela [a distribuição] é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.). A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado o resultado dessa distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. (MARX, 1982 a, p. 11 - 12).

Na medida em que os indivíduos estão subordinados à determinadas relações de produção, o que se verifica é que a distribuição da força de trabalho dar-se-á, na sociedade, em função do modo de produção. Haverá, portanto, uma

organização social da atividade econômica. Isso significa que os indivíduos são distribuídos na sociedade, segundo o modo de produção estabelecido. Tratando-se da questão que estou analisando mais detidamente – a categoria social dos chamados superdotados – gostaria de destacar não surgem do nada e que tampouco são colocados aleatoriamente aqui ou ali. Na verdade, antes de ser distribuídos em função das necessidades da sociedade capitalista, eles são produzidos. Considerados um grupo muito especial, muitos deles são privilegiados por cuidadosas condições genéticas, nutricionais, ambientais e culturais. Entretanto, aqueles que acolhem a noção de superdotado justificam que eles merecem receber uma educação especial porque “naturalmente” têm condições superiores as demais pessoas, e por isso mesmo, futuramente, terão modos de viver especiais.

Eles produzidos em função das necessidades de trabalho e/ou de poder da classe dominante. Trabalharão em determinadas profissões, ou seja, naquelas aonde demonstrarem dotes e/ou aptidões conforme o que é sustentado. Entretanto, não é dito que sua produção é feita conforme as necessidades do mercado de trabalho, em certas áreas e não em outras, onde, “naturalmente”, demonstrarão mais dotes e/ou habilidades. Há, pois, uma distribuição dos chamados superdotados no mercado de trabalho em função dos tipos de produção, mas, acima de tudo, eles são distribuídos, em função das necessidades ideológicas de fortalecimento do capital.

Se há produção, distribuição e consumo, haverá, também, troca ou circulação dessa mercadoria, chamada “superdotados” e/ou de sua força de trabalho.

No que consistiria essa “troca”? Enquanto “mercadoria”, ela será trocada por outra coisa. Conforme Marx (1982 a, p. 13) a troca é um momento de produção. Isto pode ser identificado quando, na produção, há:

1. Uma troca de atividades e capacidades para que algo seja produzido. Essa idéia pode ser identificada quando examinei de que forma essa categoria social é produzida através de uma série de atividades intencionalmente criadas para desenvolvê-la;
2. Uma troca de produtos, pois “o meio serve para criar o produto acabado, destinado ao consumo imediato”. Essa idéia também já foi examinada quando se analisou como os chamados superdotados são consumidos para manter a própria sociedade capitalista, ou seja, o consumo dos chamados superdotados visa satisfazer as necessidades dessa mesma sociedade que produziu essa categoria social;
3. A atividade produtiva caracterizada como uma troca entre os negociantes, enquanto parte do mercado de trabalho, podendo ser submetido às leis do mercado e em última instância, a oferta e procura de qualquer capitalista. Isso significa que é atribuído um determinado valor a essa força de trabalho.

O valor da força de trabalho é medido pelo tempo gasto para sua produção e reprodução. Se em vez de investir em muitos donos de força de trabalho – trabalhadores – o dono do capital investir num número menor, mas que oferece produtos iguais ou melhores que aqueles, então seus gastos diminuirão e aumentará seu capital. O objetivo do dono do capital é aumentá-lo da forma mais rápida e segura que puder. Busca concentrar seu capital em um número menor de trabalhadores, que produzam igual ou mais do que um número maior, tentando diminuir os gastos e aumentar os lucros. Se ele aliar a isso alguém que consiga também fortalecer, ideologicamente, o sistema capitalista, melhor!

A força de trabalho está à disposição do capitalista, no mercado de trabalho, como mercadoria a ser vendida pelo seu proprietário, que precisa subsistir por um determinado valor. Em função das regras de mercado, impostas pelo capitalista, esse poderá comprá-la de acordo com as melhores condições para ele, independente de ser ou não, vantajoso para o vendedor. Como acontece esse processo da valorização?

4.1.8 Valor da força de trabalho “versus” valor atribuído aos chamados superdotados

Qual é o valor da força de trabalho, enquanto mercadoria?

Segundo Marx (1983, p.45) uma “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. Para algo ser considerado mercadoria é preciso que seja obtido mediante troca, para satisfazer determinadas necessidades. Toda a mercadoria tem valor de uso e valor de troca.

O valor de uso é a utilidade que algo tem para outros (valor de uso social), e não apenas para aquele que a produz, utilidade essa determinada pelas propriedades do próprio corpo da mercadoria. É um bem, que pode ser determinado quantitativamente e constitui o “conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Em nossa sociedade, os valores de uso são, também, os portadores materiais do valor de troca (MARX, 1983, p.45 – 46).

O valor de troca é uma relação quantitativa que expressa uma mesma proporção entre valores de uso diferentes, relação essa que pode mudar no tempo no espaço (MARX, 1983, p. 46).

Conforme Marx (1983, p.47), “com valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem de quantidade diferente...”.

Como se dá a relação entre o valor de uso e o valor de troca?

Para uma mercadoria ser produzida precisa consumir uma força de trabalho, em qualquer momento de sua produção. Isso significa, também, que o próprio valor de uso dessa mercadoria é produto de trabalho. Mas quando afirmo que é produto de trabalho faço uma abstração sobre “os componentes e formas corpóreas” (MARX, 1983, p.47) que fazem que essa mercadoria tenha um determinado valor de uso e, conseqüentemente, também abstrai desse valor de uso sua concretude.

Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado (MARX, 1983, p.47).

Já não tenho mais o valor de uso: desapareceu “o caráter útil dos produtos do trabalho”, desapareceu o “caráter útil dos trabalhos neles representados”, desapareceram “ as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p.47).

Fica esquecida, embotado, enfim, mascarado quem trabalhou, como e onde realizou seu trabalho. Resta apenas algo que parece não ter mais valor de uso, mas apenas valor de troca. As mercadorias surgem, tão somente, com valores mercantis.

Como é determinada essa grandeza de valor para que a troca possa efetivar-se? Diz

Marx:

...um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do “quantum” nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia, etc. (MARX, 1983, p.47).

A quantidade e/ou o tempo de trabalho humano socialmente necessário para produzir uma mercadoria determinaria o seu valor de troca, em outras palavras, sua grandeza de valor.

O tempo de trabalho humano socialmente necessário é o tempo necessário para que as pessoas obtenham o mínimo necessário para a recomposição (produção ou transformação) de suas necessidades básicas. Esse tempo de trabalho humano socialmente necessário produz uma mercadoria contendo, de forma concomitante e diferenciada, um valor de uso e um valor de troca.

Gostaria de analisar essas idéias, relacionadas á questão que as originou, ou seja, de que forma posso entender a força de trabalho com mercadoria e suas implicações em relação aos chamados superdotados.

Em primeiro lugar ela é uma mercadoria “*sui generis*”, pois ao mesmo tempo que é originária da natureza, também é um produto histórico, cultural. O homem é eminentemente, um ser histórico, e enquanto tal, não é possível pensa-lo dissociado dos outros homens: é produto de um passado, interage com outros indivíduos do presente e, até mesmo direciona um determinado futuro. Isso é verdadeiro não só para si, como indivíduo, mas principalmente como integrante de uma determinada classe. Portanto, a força de trabalho é um produto natural e histórico: como tal é que

afirmo a originalidade dessa mercadoria. Seu valor de uso, presente á própria corporalidade de quem é o proprietário dessa força, já revela ser uma extensão de outros corpos (pai e mãe). Os genitores, com sua constituição genética, condições orgânicas e psíquicas, de uma determinada forma, já desde antes da concepção, interferem na própria formação dessa força de trabalho. Entretanto, embora a natureza não possa ser negada, ela também deve ser entendida como fruto das condições materiais.

Como já apresentei e analisei, Platão (1983, III, 415 a, b, c) defendia a força de hereditariedade, afirmando que as aptidões eram inatas, determinando, inclusive, as funções sociais que cada um exerceria. Ainda hoje há quem utilize argumento semelhante para justificar um atendimento especial aos chamados superdotados. Por exemplo, afirma-se que é preciso amparar os jovens talentosos, “principalmente do meio rural e das classes menos favorecidas, permitindo-lhes que desenvolvam aptidões inatas e encontre suas naturais vocações” (ALKMIN, 1984, p.17).

Entretanto, sabemos, através de Marx e Engels (1981 a , p.105) que “a essência humana não e uma abstração inerente de cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais “, conforme a Sexta Tese sobre Feuerbach.

Pareceria, por exemplo, no caso dos eleitos, que os investimentos feitos na genética, em busca na produção de “superbebês” com condições de aprendizagem consideradas superiores á maioria, ou investimentos nas condições ambientais, culturais e sócio-políticas que lhes conferem condições privilegiadas de desempenho interfeririam no seu valor de uso, determinando um nível alto em seu valor de troca.

Em relação os chamados superdotados aqui estão coloca-se diferentemente. Mesmo sabendo que eles são uma categoria social produzida pela classe dominante, que tem interesse em sua força de trabalho, não posso dizer que a

diferença no valor que têm, no mercado de trabalho, decorra, de forma determinante, do tempo e/ou quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-los. É certo que os programas de educação para essa categoria social exigem altos investimentos. A diferença está, segundo penso, na intencionalidade com que são criados para produzir determinada quantidade e qualidade de trabalho e de mercadorias, assim como para pensar e criar novas formas de produção e novas tecnologias. Mas, além disso, seu alto valor de troca decorre da ideologia que os chamados superdotados fortalecem, tanto pela própria mediação que representam, quanto pelas mediações que produzem e concretizam.

A seguir, discutirei e aprofundarei essas idéias que configuram os chamados superdotados não só como produto do modo de produção capitalista mas também como seus gestores e, mais do que isso, como mediadores do próprio processo capitalista de sociedade no qual vivemos.

4.1.9 Os chamados superdotados: produção e apropriação de mais-valia

Os investimentos que o sistema capitalista faz nos chamados superdotados, em suas condições de trabalho e no desenvolvimento de processos de cooptação, são feitos às custas da mais-valia “roubada” dos demais trabalhadores.

Os eleitos são capazes de produzir mais em menos tempo, ou produzir diferentemente da média por “n” razões, como por exemplo: otimizam as condições de trabalho e o próprio trabalho, inovam o próprio produto e os meios de produção, fazendo isso cooptadamente, à medida em que lhes são oferecidas condições especiais de desenvolvimento ou de aperfeiçoamento, privilégios variados, ou outras

formas de incentivo e/ou produção. Dessa forma aumentam o capital. Esse seu fazer, no entanto, não esgota nesses produtos. Ao trabalhar para o capitalista os chamados superdotados estão inserido no processo de produção capitalista e, mais do que isso, no próprio sistema capitalista de sociedade, com tudo o que precisa ser mantido, reproduzido, produzido ou transformado. Eles são parte intrínseca desse processo e desse sistema, produzidos à sua imagem e semelhança pelo modo de produção capitalista, para fortalecê-lo. Para isso não só contribuem com o produto do seu trabalho material, como também são os mediadores e fazem as mediações que o capitalismo precisa. Acima de tudo, oferecem fidelidade à causa do capitalismo. Por toda essa sua subsumção ao capitalismo poderão receber privilégios, desde de honrarias e prêmios em concursos que buscam invenções para melhorar o modo e os meios de produção capitalista até o exercício privilegiado de determinadas funções (chefia, diretorias, presidências, assessorias, consultorias, etc.) além de participação nos “Lucros” da empresa, ordenados “n” vezes superior aos demais trabalhadores e assim por diante...

Sua tarefa de fortalecimento do capital não se esgota nisso, entretanto. Eles também fortalecem o capital, paralelamente, sendo mediadores do capitalismo dentro da própria classe trabalhadora. Como isso se dá? Por exemplo, muitos dos trabalhadores intelectuais, dentro os quais destacaria aqueles que labutam na educação, têm seu valor determinado, predominantemente, pelos processos de mediação que realizam pelos processos de cooptação que promovem no seio da própria classe trabalhadora através da educação e do ensino defendido e proposto. Também aqueles trabalhadores que ocupam postos de chefia, técnicos-administrativos fortalecem o capital fazendo com que seus subordinados, trabalhadores iguais a eles, percebam o patrão como um “mal necessário”, e a

apropriação da mais-valia, produzida por eles próprios para benefício dos capitalistas como formas de demonstrarem seu “valor pessoal”, sua “capacidade de alto desempenho”, sua possibilidade de seres “trabalhadores de alto índice de produtividade”.

Essa condição de produção que lhes é outorgada aparece, entre os que apóiam essa categoria social, como decorrente de suas condições pessoais, ou seja, de seus dotes superiores, seus talentos e assim por diante. Na verdade, o que acontece é um processo de mercantilização do homem, que o transforma em produto consumido e consumo produzido.

Portanto, como qualquer mercadoria, os chamados superdotados têm um valor de uso e um valor de troca, ao mesmo tempo que, com força de trabalho, participam do processo de trabalho produzindo mercadorias e gerando mais-valia. Participam do processo de produção como mercadoria vendendo sua força de trabalho e como força de trabalho desenvolvendo esse processo de produção; participam do processo de formação de valor com o força de trabalho da qual o capitalista apropria-se da mais-valia e como mediadores do próprio processo de fortalecimento do sistema capitalista.

Nenhum capitalista está interessado em produzir apenas para satisfazer as necessidades de outrem, gratuitamente, mas o que quer, fundamentalmente, é aumentar o seu capital. Diz Marx:

Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para o nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele, quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, um artigo destinado á venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma

mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (MARX, 1983, p. 155).

O que se verifica é que o processo de trabalho, que é um processo de produção, é, também, processo de formação de valor.

Os chamados superdotados são, também, mercadoria, e não apenas proprietários de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo que dispõem de algo para vender ao capitalista, estão subordinados ao capital, e, enquanto tal, mercantilizam-se. Mas eles não se vendem a si próprios, como já vimos, pois, senão, escravizar-se-iam. Vendem sua força de trabalho que, como um bem, é alienada para um comprador, necessariamente, capitalista. Então, como se tornam mercadoria?

Quando o capitalista compra a força de trabalho, compra-a potencialmente, isto é, compra algo passível de concretizar-se; para isso ela precisa ser consumida. O capitalista consome-a fazendo o trabalhador (vendedor da força de trabalho) trabalhar para ele, ou seja, produzir algo do qual ele se apropria, mesmo antes dessa mercadoria tornar-se capital. Da mesma forma que cuidava da matéria prima, dos instrumentos de trabalho, enfim, das diferentes condições que permitiam o máximo de produtividade, com o mínimo de gastos, também estava atento, e talvez até com redobrados cuidados, para a força de trabalho. Ao mesmo tempo que a consome e dela extrai mais-valia, cuida muito bem de manter essa força de trabalho funcionando sob condições normais de trabalho, ao mesmo tempo que ela própria manifesta-se sob um caráter de normalidade, ou seja:

No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual (MARX, 1983, p. 161).

O mesmo processo acontece quando essa “mercadoria” é alguém rotulado com superdotado. Da mesma forma como o capitalista compra a maioria da força de trabalho normal, para pô-la a trabalhar sob condições normais, embora seu intento seja obter “o grau médio de habilidade, destreza e rapidez”. Para isso o capitalismo tanto poderá oferecer-lhes excepcionais condições e meios de trabalho, quanto poderá oferecer-lhes condições privilegiadas de formação e posterior desempenho.

O que interessa ao capitalista é que ele sabe que está comprando uma força de trabalho com a qual tem possibilidade de obter determinado processo de valorização, isto é, ele sabe que os chamados superdotados são produzidos para agilizar aquele ponto que faz com que o processo de formação de valor que ocorre dentro do processo de trabalho, passe mais rapidamente e de forma mais eficiente e eficaz para processo de valorização. Dito de outra forma, o que interessa ao capitalista é que essa força de trabalho chamada superdotada não só seja capaz de produzir mais-valia como qualquer outro trabalhador, mas também seja capaz de atuar diretamente para que mais mais-valia seja produzida.

Enquanto pessoa, ao mesmo tempo que essa “mercadoria” tem um determinado valor de uso – o trabalho que pode realizar – ela também tem um determinado valor de troca, pois, na verdade, quando o capitalista comprou sua força de trabalho, comprou também o produto que será obtido, mediante o trabalho, com sua força de trabalho. Embora esse processo aconteça com todos os trabalhadores, o que aqui examinarei é a relação dessa “mercadoria” rotulada como superdotado com os demais trabalhadores.

Se o capitalista deseja produzir valor de uso, valor e, acima de tudo, mais-valia, com qualquer mercadoria que obtiver (pois essa é a forma de aumentar seu

capital), então também com essa mercadoria chamada superdotado acontecerá o mesmo. Como?

Do meu ponto de vista, o ingrediente que determinaria a formação da mais-valia decorrente dos chamados superdotados seria a pressuposição de que eles têm dotes especiais, acima da média, isto é, uma super-força de trabalho, e que, nesse caso, podem produzir acima da média, também. Para produzir uma mercadoria é preciso um determinado “quantum” de trabalho, ou seja, há um tempo de trabalho socialmente necessário para produzir algo. Logo, ao valor de uso de todo o produto é incorporado esse valor, não como algo separado do valor de uso, do próprio produto, mas como sua parte intrínseca. Em relação aos chamados superdotados, insere-se, também, no seu valor a participação que têm no processo de mediação para fortalecer o sistema capitalista.

No caso dos chamados superdotados, sua formação é importante: trabalho investido neles para aprimoramento e aumento da produtividade (sua e dos demais trabalhadores), desenvolvimento de habilidade necessárias ao fortalecimento do sistema capitalista e criação de fidelidade à causa do capitalismo. Eles são produzidos para realizarem um trabalho considerado como possível de gerar uma “super-mais-valia” e, acima de tudo, para serem os mediadores que o sistema precisa. Por isso são eleitos e cooptados.

Eles devem produzir mercadorias, isto é, valores de uso que terão determinado valor de troca, mas isso todos os trabalhadores fazem. Qual seria, então, o interesse do capitalista em tê-los como trabalhadores?

Marx afirma que para saber o valor de troca de uma mercadoria é preciso calcular o trabalho materializado no produto. E o trabalho considerado é aquele “quantum” de trabalho socialmente necessário para produzir determinado valor de

uso para determinada mercadoria ou produto (MARX, 1983, p. 48). Esse tempo é que interessa, e caso o capitalista resolvesse despende um tempo maior, ou utilizar instrumentos feitos de materiais mais valiosos, nada disso contaria, mas somente aquele “quantum” de trabalho socialmente necessário. No entanto, o capitalista coloca como trabalhador alguém cuja força de trabalho é pensada como capaz de alterar, segundo os interesses do capitalista, esse “quantum” de trabalho (seja em relação ao tempo despendido, seja em relação aos meios de produção, ou mesmo em relação à própria matéria empregada para alcançar determinado produto). Considerado frente aos produtos dos demais trabalhadores, esse produto teria um “quantum” menor (o capitalista despenderia menos para obtê-lo) de trabalho despendido para sua obtenção. Qualquer que fosse o cálculo feito pelo capitalista, para estabelecer o seu valor de troca, sempre haveria mais-valia, pois o “quantum” de trabalho diminuiu e a produtividade aumentou. Cada uma dessas duas perspectivas, na verdade, oferece, isolada ou interrelacionadamente, mais-valia. E, diga-se de passagem, a própria mais-valia, em muitos casos, aumentará, se for comparada com aquela produzida pelos demais trabalhadores.

O capitalista transforma seu capital em mais capital tanto na esfera da circulação, quanto na esfera da produção. Isso ocorre tanto a nível de mercadorias comuns, digamos, quanto em relação aos chamados superdotados. Transforma-os em mercadorias “*sui generis*” e deles obtém mais-valia da seguinte forma: na esfera circulação. Pela compra se sua força de trabalho, considerada, no mercado de trabalho, superior às demais, já contendo, por isso mesmo, mais mais-valia em potencial, (mas com a qual o capitalista conta com certeza); no próprio processo de produção, do qual o chamado superdotado participa, diretamente, no processo da

valorização, ao oferecer um trabalho e um produto que visam, necessariamente, expandir o capital.

Eis como Marx descreve como ocorre o processo de expansão do capital:

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar porção de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo (MARX, 1983, p. 160 – 161).

Os chamados superdotados, considerados mercadorias, participam desse processo duplamente:

Pela sua força viva, sua força de trabalho, são capazes de produzir novos produtos ou alterações substanciais nas condições gerais de trabalho fazendo com que o capital ganhe vida e trabalhe “como se tivesse amor no corpo” (MARX, 1983, p. 161); são capazes de fazer portanto, o próprio capital auto-valorizar-se, incessantemente;

Embora alie seu corpo ao capitalista, pois é impossível vender sua força de trabalho sem que isso ocorra, recebem, em contrapartida, privilégios tais que os habilitam a não só participar do processo de trabalho determinado pelo capitalista, mas participar, também, de parte do modo de viver do capitalista, isto é, sua incessante necessidade de expandir seu capital.

Os chamados superdotados assumem, dessa forma, muitas das idéias, valores, sentimentos, imagens, enfim, toda uma visão de mundo da classe dominante que também faz parte do processo de valorização, sem, no entanto, tornar-se classe dominante.

Esse ir além da mera produção de determinadas mercadorias, dando vida ao próprio capital que “parece” expandir-se sozinho é, na verdade, característica do processo de valorização. Como Marx afirma:

o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de transformação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização (MARX, 1983, p. 161).

A forma que o capitalista encontrou para realizar o processo de valorização foi através da mais-valia. Não importa de quem ele obtenha essa mais-valia, de um fiandeiro ou de um joalheiro, como diz Marx (1983, p. 192), de alguém considerado superdotado ou não, como examino aqui; o que importa, na realidade, é que é pela mais-valia que seu capital é uma forma viva, que se autoexpande, inexoravelmente. Como isso acontece?

4.1.10 Os chamados superdotados: capital variável produzindo capital constante?

Cabe analisar, com mais cuidado, o significado de mais-valia e a forma como se produz a mais-valia e suas específicas relações com os chamados superdotados.

Para isso iniciarei discutindo a relação entre capital constante e capital variável que mostrará os componentes do processo de valorização e como são produzidos.

Conforme Marx (1983,p.171) o capital compõe-se de uma parte constante, aquela investida nos meios de produção (matéria-prima, matérias auxiliares e meios

de trabalho) e que não tem alterada sua grandeza de valor, chamada capital constante, e de outra parte variável, convertida em força de trabalho que muda seu valor no processo de produção, chamada capital variável.

Marx afirma:

O trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado “quantum” de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho. (...) O valor dos meios de produção conserva-se, portanto, pela transferência ao produto. Essa transferência ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É feita pelo trabalho. (MARX 1983, p.165)

O trabalhador acrescenta valor ao objeto de seu trabalho, realizando sua atividade produtiva peculiar. O que interessa, no entanto, não é o que lê produz, como produz, para que ou quem produz, mas o que importa é que está despendendo um “quantum” de trabalho, abstrato geral e social, que dura um determinado tempo. Agrega novo valor ao que produz porque consome sua força de trabalho nessa atividade produtiva; além disso, ao mesmo tempo, consome determinados meios de produção que têm um valor e ao fazer isso transfere esse valor ao produto. Ele realiza esse processo de valorização não em duas etapas, mas numa só, ou seja, há uma dualidade que se manifesta numa unidade: seja num determinado produto, seja num determinado processo. A dualidade está, pois, no seu trabalho, no próprio processo de consumir sua força de trabalho e consumir os meios de produção visando produzir algo.

Somente o capital variável é capaz de produzir mais-valia. Por quê? Porque somente pela força de trabalho é possível criar valor adicional, novo valor. O processo de trabalho sempre perdura além da simples reprodução do valor necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho, ocorrendo dessa forma, a produção de mais-valia que se manifesta agregada no próprio produto.

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção de da força de trabalho (MARX 1983, p.171)

Como se processa a produção desse excedente de capital, que nada mais é do que a própria valorização do capital e quais suas relações com os eleitos? Apoiado em Marx, buscarei resposta a esta questão.

Todo o produto tem um valor, que é igual á soma do capital constante mais o capital variável. Antes de a mercadoria ser produzida é necessário que seja adiantado um capital (meios de produção mais força de trabalho) que será valorizado durante o processo de produção. Ao final do processo, surge o capital original valorizado pela mais-valia obtida. Num primeiro momento, como afirma Marx (1983, p.173), parece que esse aumento decorre de um “excedente do valor do produto sobre a soma do valor de seus elementos de produção”. Será isso verdadeiro?

Para que se compreenda como ocorre a valorização do capital é preciso valorizar que:

- O capital constante apenas reaparece no produto, ou seja, o que é consumido pelos meios de produção, e somente o que é consumido, reaparecerá no produto, e a parte não utilizada dos meios de produção manter-se-á pronta para produzir – consumindo – se em outros produtos;
- O capital variável – força de trabalho – é o que cria valor, logo, é da apropriação de uma parte dela (pelo trabalho excedente que o trabalhador é obrigado a fazer para o capitalista) que decorre a mais-valia obtida; além disso, o capitalista sempre recebe adiantado esse

capital, porque bem antes dele receber pela venda das mercadorias produzidas, já o trabalhador está lá trabalhando adiantando sua força de trabalho ao dono do capital;

- O capital constante também é adiantado, para que a força de trabalho, capital variável, funcione. Conforme Marx (1983, p. 175) “os meios de produção, essas formas materiais do capital constante, só fornecem a matéria em que a força em fluxo, formadora do valor, se deve fixar”. Não criam valores, apenas transferem para o produto o valor consumido durante sua produção;
- Para comprar determinada força de trabalho é adiantada uma parte do capital que equivale a um certo “quantum” de trabalho objetivado. Parece ser esse capital (grandeza fixa, estática) que se movimenta de forma autônoma e não só desencadeia um processo de produção como também realiza um certo produto. No entanto, no próprio processo de produção ocorre uma transformação originada pela força de trabalho em ação que faz com que o trabalho morto ganhe vida, e surja “em lugar de uma grandeza estática, uma em fluxo, em lugar de uma constante, uma variável” (MARX, 1983, p. 175).
- Sendo “a mais-valia mera consequência da mudança de valor que ocorre com [...] a parte de capital convertida em força de trabalho” (MARX, 1983, p. 174), então, crescendo o capital variável, crescerá o capital total, mas o mesmo não ocorrerá com qualquer mudança no capital constante, pois esse, aumentando ou diminuindo, fará reaparecer no produto os mesmos valores dos meios de produção

consumidos na sua produção (aumentados ou diminuídos, proporcionalmente).

A valorização do capital passível de ser medida pela taxa de mais-valia (MARX, 1983, p. 173 – 185), não é, na verdade, um “excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção” (MARX, 1983, p.173), mas decorre de momento da exploração do capital variável. Por isso, “a exploração, no modelo da mais-valia, não é “um roubo” suscetível de correção, mas um defasamento que pode apenas ser superado mediante o derrube de todo o sistema” (BERNARDO, 1985, p. 86).

Como se forma essa mais-valia conforme Marx?

O trabalhador numa sociedade baseada na divisão do trabalho, não produz diretamente aquilo que necessita para repor suas necessidades básicas. Deveria receber um equivalente, para vender de sua força de trabalho, que lhe permitisse repor seus meios de subsistência. Obteria isso recebendo, por sua jornada de trabalho, o equivalente ao tempo de trabalho diário médio para a produção do valor dos seus meios de subsistência diário médio. Entretanto, se fosse mantida essa exata proporção, como haveria a valorização do capital? Acontece que não há uma separação exata entre valorização do capital e processo de trabalho desenvolvido para obtenção dos meios de subsistência, no modo capitalista de produção, o que é diferente, por exemplo, na forma de corvéia (MARX, 1983, p. 190 – 196).

O trabalhador recebe uma parte do trabalho adiantado ao capitalista, quando este comprou sua força de trabalho, outra parte do trabalho é considerada pelo capitalista como excedente e ele, novo proprietário da força de trabalho e se considera com o direito de apropriar-se dela. Essa parte do trabalho considerada

excedente, é chamada de mais-valia. O tempo despendido durante a jornada de trabalho Marx chama de trabalho necessário (MARX, 1983, p.176). Esse trabalho necessário não é aquele que se confere a reposição da força de trabalho do trabalhador, mas é aquele trabalho que é necessário ao trabalhador “por ser independente da forma social de seu trabalho” [e] “necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador e sua base” (MARX, 1983, p.176). Essa é uma questão fundamental que permeia qualquer análise, e não posso deixar de destacar. O “tempo de trabalho necessário” para o trabalhador repor suas forças (físicas, sociais e morais) diferirá em muito dependendo de quem o estabelece: se o capitalista ou se o trabalhador.

O (...) período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. (...) gera mais-valia (...) Essa parte da jornada de trabalho chamo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*) (MARX, 1983, p. 176)

Portanto, a jornada de trabalho é composta por um período de trabalho socialmente necessário (tanto para o trabalhador que por sua força de trabalho, quanto para produzir algo) e por um período correspondente ao um mais-trabalho, que nada mais é do que o tempo de trabalho despendido para o capitalista. Esse período de mais-trabalho pode ser obtido mediante o prolongamento da jornada de trabalho ou mediando a redução do tempo de trabalho necessário (socialmente necessário) para o trabalhador continuar produzindo sua força de trabalho⁸. De qualquer forma, é necessário período de mais-trabalho que se produz a mais-valia.

⁸ Diz Marx (1983, p. 176): “Empregamos até agora nesta obra de expressão “tempo de trabalho necessário” para designar o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria, em geral. Daqui por diante empregá-la-emos também para indicar o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria específica força de trabalho.”

Essas duas partes não se dão perfeitamente delimitadas, mas se dão em bloco, de forma tal e totalizante em relação ao trabalho despendido pelo trabalho durante sua jornada de trabalho.

Marx diz:

a mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, 1983, p. 251).

Os chamados superdotados não têm, naturalmente, uma superforça de trabalho, conforme sustentado, nem tampouco geram, pelas suas consideradas qualidades de superdotes, uma mais-valia superior àquela produzida por toda a classe trabalhadora. O que efetivamente acontece é que eles foram criados para interferir na produção de mais-valia, seja ela absoluta ou relativa.

Pessoalmente eles desfrutam de condições materiais especiais ao longo de sua vida, assim como ocupam funções e recebem incentivos tais que os tornam, comparativamente, mais produtivos do que os demais trabalhadores. Mas não é exatamente aí que se encontra o nó górdio da questão. Sua interferência na produção de mais-valia se dá, fundamentalmente, pela alteração das condições gerais de trabalho, quer racionalizando-as, quer introduzindo inovações e tecnologias. De qualquer forma, tudo isso afetará tanto a produção de mais-valia absoluta quanto a relativa. Ou seja, mais-valia pode ser reproduzida tanto alterando-se a jornada de trabalho, quanto alterando-se a relação entre capital variável e capital constante, o que implica em alteração das relações sociais quer entre os trabalhadores entre si, quer entre trabalhadores e capitalistas. Examinarei aqui mais detidamente essa questão, especialmente em que se relaciona com os chamados superdotados.

Para Marx (1983, p.185), a jornada de trabalho é o tempo de trabalho despendido pelo trabalhador para obter um valor equivalente à reposição de sua força de trabalho e produzir, também, e ao mesmo tempo, a mais-valia.

Segundo Marx (1983, p.187 – 188), a grandeza da jornada de trabalho não é dada nem pela taxa de mais-valia, isoladamente, nem tampouco pelo tempo socialmente necessário para o trabalhador manter (repondo, reproduzindo) sua força de trabalho despendida no processo de trabalho. Embora ambas as partes combinadas, juntadas e/ou sobrepostas, formem a jornada de trabalho, na verdade, não se pode dizer que haja uma constância na sua grandeza. Logo, ela é uma grandeza variável, mudando seu tamanho em função do mais-trabalho realizado pelo trabalhador. Mesmo que ele recebesse sempre, com justiça, o valor equivalente ao tempo socialmente necessário para repor e/ou reproduzir sua força de trabalho gasta no processo de trabalho, a jornada de trabalho poderia variar em função do mais-trabalho produzido pelo trabalhador. Marx diz: “a jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, indeterminada” (MARX, 1983, p. 188).

Entretanto, Marx também afirma ser possível estabelecer alguns parâmetros, como por exemplo: a jornada de trabalho possui um limite máximo, embora seu limite mínimo possa ser considerado indeterminável. Aquele, é determinado pela própria limitação física do trabalhador e por limites morais, esse, é estabelecido em tese, pelo valor necessário para a reposição de sua força de trabalho (embora o trabalhador jamais possa limitar-se a simplesmente repor sua força de trabalho). Entretanto, como bem nota Marx “ambas as barreiras [físicas e sociais] são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações” (MARX, 1983, p.188).

O que interessa ao capitalista é valorizar seu capital. A única forma de conseguir isso é criando mais-valia. Não é ele, diretamente, quem tem este poder,

mas sim, o próprio trabalhador. Esse, no entanto, não sabe que tem o poder de gerar mais-valia, ou, se o sabe, está tão premido na luta por manter um reconhecimento de seu próprio valor, de fazer respeitar seu direito a uma vida digna, pela correspondente, valorização de sua força de trabalho, que perde de vista esse seu “pequeno” poder de barganha. Ao disputar com o capitalista um espaço para discutir a grandeza que deveria ter a jornada de trabalho, coloca-se não como legítimo proprietário de algo que possui – sua força de trabalho – mas como vendedor premido por necessidades básicas, sempre e cada vez mais, insatisfeitas. Defronta-se com alguém que, legitimamente, comprou esta força de trabalho e quer usar o máximo possível, esgotando todo o valor de uso de sua mercadoria. Aparentemente, ambos, conforme Marx diz, têm direitos iguais e

entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (MARX, 1983, p.190).

Os tempos mudaram, as conquistas dos trabalhadores estão, ainda, sendo feitas, mas sempre, sob a supervisão gananciosa e ávida da classe capitalista. Novas formas de aumentar a produtividade e a mais-valia foram incorporadas á jornada de trabalho. Elegeram um determinado grupo social, como os chamados superdotados, e considera-lo capaz de oferecer mais e melhor trabalho é uma dessas tantas formas. Inserir-los no processo, por movimentos tais que por eles próprios sintam-se participantes e, mais do que isto, comandantes do processo são, ainda, outras formas. Os chamados superdotados enquanto gestores, por exemplo, são os escolhidos para participarem desse processo. E o que fazem, nada mais é do que aquilo que Marx (1982, p. 263) já previra: dirigir, superintender e mediar como funções do capital. Retomarei tais idéias mais adiante.

Já examinei como a mais-valia decorre, necessariamente, de um mais-trabalho produzido pelo trabalhador do qual o capitalista apropria-se. Dentro da jornada de trabalho esse mais-trabalho é uma grandeza variável, mas não infinita e/ou ilimitada, e a parte da jornada de trabalho que é utilizada pelo trabalhador para repor sua força de trabalho é uma grandeza constante, dada, determinada e exatamente pelas necessidades básicas do trabalhador, quais quer que sejam, sendo ou não respeitadas pelo capitalista.

O trabalhador frente aos meios de produção, utiliza-os e mantém uma relação com eles “ como simples meio e material para sua atividade produtiva racional” (MARX, 1983, p.244). Entretanto, esses meios de produção, ao serem condições necessárias para a valorização do capital, ganham vida, conforme destacou Marx, e passam a sugar do trabalhador mais e mais desempenho, trabalho, realizando a espoliação da força de trabalho. Há uma inversão tão grande que o capitalista, em nome dos meios de produção (que sem a força de trabalho estariam mortos), clama para que o trabalhador aumente sua jornada de trabalho, não perca tempo, enfim,

não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos matérias de sua atividade produtiva, são ele que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. (MARX 1983, p. 244).

De acordo com Marx a jornada de trabalho pode manter-se constante, enquanto tempo global e somatório de uma parte de trabalho socialmente necessário e outra parte de mais-trabalho, e as relações entre essas duas formas de trabalho pode variar. Assim, a grandeza do mais-trabalho pode estender-se sobre a grandeza do trabalho socialmente necessário, de tal forma que o trabalhador passa

a ter condições inferiores às aquelas efetivamente necessitadas por ele para repor e/ou reproduzir sua força de trabalho.

O capitalista não está disposto a perder absolutamente nada, nas modificações que faz na jornada de trabalho. Antes, seu objetivo é introduzir alterações que permitam, sempre, uma constante valorização (e/ou auto-valorização) do capital. Se ele diminuir o período de trabalho socialmente necessário não estaria diminuindo a força de trabalho? Ora, isso não implicaria numa perda de mais-valia? Para que tal não aconteça, é preciso que haja maior produtividade exatamente naqueles ramos industriais que estejam vinculados aos meios de subsistência do trabalhador. Seu objetivo é gastar cada vez menos com a força de trabalho. Ou seja, as mercadorias que são necessárias para repor e/ou reproduzir a força de trabalho devem ter um custo menor, para que baixe sua manutenção. Mas não basta aumentar a quantidade de mercadorias (necessárias à subsistência do trabalhador) em circulação, é preciso fazer com que também os meios de produção, o material de trabalho, o próprio “quantum” de trabalho envolvido diretamente na sua produção tenham um custo menor, reduzindo o valor da força de trabalho. Em tudo isto seu objetivo é um só: “elevar a taxa geral de mais-valia”.

Uma forma de conseguir elevar a taxa geral de mais-valia é aperfeiçoando os meios e o modo de produção de tal sorte que o trabalhador produza mais em menos tempo e um retorno salarial cada vez menor, proporcionalmente ao que produz. Como a jornada de trabalho permanece constante, o tempo de trabalho necessário considerado pelo capitalista para pagar a força de trabalho vendida diminui. Entretanto, como a jornada de trabalho permanece constante, o trabalhador continuará trabalhando, ou seja, produzindo mais-valia.

Os avanços alcançados que permitiram esses resultados tendem a disseminar-se, pois a lei da competição tem um caráter coercitivo, fazendo que todos os capitalistas procurem produzir a maior quantidade possível pelo melhor preço, visando o maior lucro. Sendo assim, num primeiro momento, não haveria nenhuma vantagem, porque todos os capitalistas estaria neutralizando, mutuamente, suas conquistas de maior mais-valia. Entretanto, na medida em que o aperfeiçoamento do modo de produção afetar diretamente o valor da força de trabalho, produzindo seu barateamento, então isto terá repercussões positivas sobre a taxa geral de mais-valia (MARX 1983, p. 253).

O capitalismo quer (e precisa de) economia do trabalho. Como diz Marx:

Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado “quantum” de mercadorias. (MARX 1983, p. 254).

Os chamados superdotados são produzidos não só para criar condições gerais de trabalho que visem economia, mas também acima de tudo, para pensar e produzir formas de fortalecer o capital e a classe capitalista. Destacaria duas formas: uma que se refere às alterações introduzidas nas condições gerais de trabalho e outra na forma ideológica que os sustenta e é sustentada por eles.

A primeira dessas formas diz respeito, por exemplo, às relações existentes entre os chamados superdotados, capital variável e capital constante e a segunda, por exemplo, refere-se às mediações que são capazes de realizar.

Enquanto trabalhadores eles são capital variável, mas um capital variável sustentado como muito especial. Isso porque eles teriam como algumas de suas funções a produção de inovações, invenções e alterações fundamentais nas condições gerais de trabalho de tal forma que, por exemplo, a jornada de trabalho

até poderia reduzir-se sem que a mais-valia diminuísse. Antes, os chamados superdotados seriam aqueles eleitos para pensar modos e meios de a mais-valia aumentar cada vez mais, não só a mais-valia absoluta, mas também a relativa.

Por exemplo, quando os que acolhem essa categoria social sustentam serem eles autodidatas, capazes de, utilizando os recursos disponíveis em cada momento onde atuam, estudar sempre, demonstrando dinamismo, compreensão, enfim serem “homens integrais, críticos, criativos e dispostos a enfrentar desafios!” (GUENTHER, CARVALHO E SILVA, 1985, p. 55) o que fazem, na verdade, é apontar alguns elementos que consideram necessários àqueles que têm como uma de suas funções aperfeiçoar os meios e o modo de produção capitalista e, de forma especial, alterar as condições gerais de trabalho mediante o uso da tecnologia.

As inovações produzidas pela tecnologia não afetam apenas o processo capitalista de produção – consumo – distribuição – troca, mas modificam as relações sociais. Novamente aos chamados superdotados são outorgadas funções especiais.

Por exemplo, verifica-se isso quando os que sustentam que alguns são superdotados, afirmam que eles serão “as elites que assumirão o poder e se salientarão em todos os campos da atividade humana” (ANTIPOFF, 1984, p. 149; ANTIPOFF, 1976, p. 381). Também Guenther, Carvalho e Silva (1985, p. 53 – 55), expressando o pensamento de José Carvalho propõem funções especiais aos chamados superdotados quando afirmam que eles serão “agentes de mudança”, homens cultos, jovens profissionais que, através de suas atitudes, mais do que através de palavras, promoverão aquelas mudanças positivas que a nação necessita. Estão outorgando-lhes não apenas liderança, mas acima de tudo, estão afirmando que eles serão os agentes capazes de provocar as mudanças necessárias a essa sociedade capitalista, pois, como é dito, devem receber uma

formação tal que lhes permita não serem enrolados por qualquer “agentezinho da esquerda” (GUENTHER, CARVALHO E SILVA, 1985, p. 53).

São essas as qualidades exigidas para aqueles que se tornarão capazes de pensar formas de interferir nas condições de trabalho, fortalecendo cada vez mais o capital; “indivíduos capazes de influenciar positivamente os destinos de sua comunidade e, quiçá, da sociedade de modo geral” (GUENTHER, CARVALHO E SILVA, 1985, p. 45). É por isso que recebem “formação especial” adequada aos seus considerados “dotes, dons e talentos”.

Os chamados superdotados são reproduzidos para gerar, também, mais-valia relativa, de uma forma especial e de grande importância no mundo capitalista. Eles interferem na produção da mais-valia relativa mediante as invenções e inovações que realizam. É por isso que se estabelece uma diferença de tratamento entre trabalhadores considerados superdotados e os demais, diferença essa que encobre e acentua as desigualdades sociais que marcam a classe trabalhadora.

Todos os trabalhadores produzem mais-valia absoluta, entretanto, o modo de produção capitalista ao mesmo tempo que concretiza uma produtividade material, concretiza determinadas relações sociais, conforme já examinado. Assim, a produção da mais-valia pelos trabalhadores e sua conseqüente apropriação pelos capitalistas, não se dão ao nível apenas da esfera da produção material, mas se dá, de forma muito mais profunda e dinâmica, na esfera da própria cultura, enquanto formas de ser e estar em sociedade, quer nas relações manifestadas entre capitalistas e trabalhadores, quer nas relações desses entre si.

Como são produzidas as relações entre os chamados superdotados e a produção da mais-valia?

Todos os trabalhadores produzem mais-valia, mas a forma como é apregoada a necessidade de dar atendimento especial aos chamados superdotados coloca a questão como se esses, “naturalmente”, fossem capazes de produzir uma “super – mais – valia”. Na verdade, é a diferença de tratamento que se estabelece entre trabalhadores considerados superdotados e os demais, assim como as desigualdades sociais a que estão submetidos, isto é, as condições materiais, que determinam as consideradas “diferenças” entre eles.

Essa discriminação é legitimada pelo próprio MEC, através do CENESP, por exemplo, ao atribuir ao aproveitamento e à maximização das potencialidades humanas o agulhão do “próprio processo da nação” (BRASIL, 1981, p. 2). E ao sustentar que os chamados superdotados poderão “tornar-se fatores de desenvolvimento e dinamização da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p. 7), merecendo por isso uma educação especial. Dessa forma, os que aceitam essa categoria social estão explicitando uma postura não só em relação aos chamados superdotados, como também diante do ser humano: aquela que o vê como CAPITAL HUMANO⁹. Além disso, essas idéias marcaram a apropriação que os países desenvolvidos fazem do saber e das “melhores cabeças” em proveito próprio (KYDRON e SEGAL, 1981).

A análise feita permite afirmar que intencionalmente é aberto um espaço para a produção dos chamados superdotados. Recebendo um atendimento especial, desde de sua preparação até sua utilização, o que se verifica é que eles participam desse processo de economia do trabalho e gestão do capital, concretizando-os de diferentes formas. Entretanto, mais do que materializar um processo econômico, o

⁹ Veja-se Frigotto (1986) em especial o primeiro capítulo.

que efetivamente concretizam são relações sociais produzidas ideologicamente, dentre outras, nas esferas do social, do econômico, do político.

4.2 FUNÇÃO POLÍTICO – IDEOLÓGICA DOS CHAMADOS SUPERDOTADOS: PODER POLÍTICO PARA QUEM?

Examino, nesse momento, como os chamados superdotados podem produzir e sustentar determinadas relações para produzir e/ou reproduzir poder político.

O poder político é o espaço criado pelo enfrentamento (explícito ou mascarado) entre indivíduos, grupos ou classes, para defender interesses que se estruturam e se sustentam no embate entre forças. Essas forças tanto podem ser aquelas já consolidadas que permeiam o viver em sociedade, como podem ser resultantes da conquista de determinados interesses. Também pode acontecer que o embate entre tais forças gerem uma luta política por outros interesses.

O poder político está cada vez menos centralizado no Estado tradicionalmente considerado (legislativo, executivo e judiciário), e cada vez mais decorre da força política oriunda das empresas, indústrias e setores financeiros. Isso acontece porque ganha mais força, a cada dia que passa o poder político que decorre, predominantemente, das relações estabelecidas entre capital e trabalho, produzindo a divisão do trabalho e as relações sociais oriundas dessa dinâmica e que fortalecem o capital.

Segundo Marx e Engels (1981 b, p. 53) “o poder político [...] é a violência organizada de uma classe para a opressão de outra”. Obviamente essa opressão de uma classe sobre outra, nem sempre acontece às claras, à luz do dia. Na maioria

das vezes o jogo de forças para obtenção e exercício desse poder político desenvolve-se por entre meandros, obinubiladamente.

Ele se concretiza legítima ou ilegítimamente, de direito ou de fato, de diferentes formas. Ideologicamente, pode dar-se através de processos de cooptação e mediação, assim como é possível que se concretize em enfrentamentos que sustentam as lutas de classe.

A produção da categoria social dos chamados superdotados insere-se dentro dessa dinâmica, dentre desse jogo de forças. Sendo assim, é preciso refazer uma releitura de afirmações como aquelas feitas por Santos (1988 a, p. 15 – 17), apresentadas como justificativa para o atendimento diferenciado aos chamados superdotados e que a seguir transcrevo e comento.

A complexidade do organismo social foi abrindo espaço para pessoas excepcionais capazes não só de ajudarem a si mesmas, mas às sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento. (...) Dentro dessa nova perspectiva, a ciência e a tecnologia, com conseqüentes aplicações na indústria, na atividade agrária, no comércio e nos serviços passaram a ser vistas como largo campo de aplicações. Grandes valores tornaram-se necessários para estudo e solução de problemas, seja para assegurar a sobrevivência em um mundo altamente competitivo, seja para conquistar um status de poder ou de dominância, muito próprio do ser humano. Até na política internacional a busca de grandes gênios passou a preocupar os governantes (SANTOS, 1988 a, p. 16).

Discutirei as idéias de Santos sob dois enfoques:

- Do ponto de vista da divisão social do trabalho, aos chamados superdotados seriam atribuídas funções privilegiadas nas áreas das “ciências e da tecnologia, conseqüentes aplicações na indústria, atividade agrária, no comércio e nos serviços” (SANTOS, 1988 a, p. 16). Eles seriam os “valores’ capazes de estudar os problemas e buscar soluções, pois “a função dos indivíduos super-qualificados é

notada, principalmente, nas grandes organizações nas quais problemas crônicos se acumulam, como, também em alguns grupos, nas comunidades ou nas nações quando problemas sérios não encontram soluções” (SANTOS, 1988 a, p. 16). A questão da qualificação / desqualificação do trabalhador precisa ser discutida, portanto.

O princípio da divisão social do trabalho já fora identificado por Platão, e apregoado como necessário para organizar a sociedade. Dentro de sua concepção idealista de homem e de mundo, cada um ocuparia um lugar específico na sociedade, executando uma determinada tarefa (PLATÃO, 1983, II). De acordo com a concepção platônica, a divisão social do trabalho é supra – histórica, transcendendo a organização concreta dadas pelos próprios indivíduos; seria como se algo pairasse sobre eles. Entretanto, num pólo oposto, a divisão social do trabalho é produto e é produzida não só pelo mundo de produção capitalista e pelas relações sociais desenvolvidas por eles, como decorre de relações sociais que impõem determinadas formas de ser e estar em sociedade, oriundas, fundamentalmente, da maneira como o trabalho se organiza, em suas infinitas formas de relacionar-se com o capital. Para isso, são necessários mediadores. Através de processos de cooptação é realizada a aliança entre a classe capitalista e os eleitos. Como isso se dá?

- Do ponto de vista político aos chamados superdotados seria atribuída uma superioridade que geraria um sentimento de poder. Conforme

Santos:

algumas das alternativas existentes, principalmente as do tipo industrial, comercial, militar e outras, buscam atingir um certo patamar de superioridade. Tudo o que é superior confere poder ou sentimento de poder, e essa percepção é altamente gratificante para

a alta direção política ou empresarial, porque confere segurança e auto-afirmação aos detentores das superioridade. Idéias novas, criatividade, produção e poder não brotam na mediocridade. (...) para estar à essa cadeia de realizações é preciso talento especial... (SANTOS, 1988 a, p. 17).

As empresas e/ou áreas do conhecimento humano que tivessem a seus serviços os chamados superdotados teriam, conforme idéia de Santos o poder à sua disposição. Os chamados superdotados foram produzidos para sustentar esse poder para a classe dominante, enquanto gestores, isto é, profissionais que tem por função precípua fortalecer o capital.

4.2.1 Qualificação / desqualificação do trabalhador: uma questão à parte da produção dos chamados superdotados?

No documento “Programa de Enriquecimento de Currículo para Alunos Bem-Dotados da 4ª a 8ª série do I Grau – Fundamentação Teórica”, dentro do projeto prioritário: “reformulação de currículos para educação especial” foi feito um histórico e realizadas considerações sobre quem seria considerado bem-dotado. Nesse documento o Ministério de Educação e Cultura manifesta seu interesse pelo o aluno superdotado por sua dimensão psico – sócio – educativa afirmando que: “o estudo da dotação humana está estreitamente relacionado com o estudo das diferentes diferenças individuais” e o “desempenho superior em qualquer linha de trabalho” caracterizaria a criança bem-dotada ou talentosa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p. 7, 9).

Para facilitar a identificação desses alunos foram apresentadas características de diferentes tipos de bem-dotados (intelectual, criativo, psicomotor, psicossocial, musical, para artes plásticas e artes cênicas), indicadas a seguir.

Nesse documento elaborado para o MEC/CENESP pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980), foram indicadas como características do bem-dotado intelectual que o tornam diferente dos demais: precocidade, boa saúde, desempenho superior na escola, habilidades ditas acadêmicas (pensamento, desenvolvimento com leitura, originalidade, interesse, facilidade de comunicação e expressão e outras similares) além de um “caráter acima da média, o julgamento moral acompanhando mais o nível mental que a idade cronológica” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p. 10); o bem-dotado criativo foi caracterizado como extremamente flexível, com bastante autonomia, independência de pensamento e de ação, auto-imagem precisa, senso de humor, capaz de aceitar desafios, respostas imaginativas emocionais, além de outras que configurariam o indivíduo capaz de encontrar respostas e soluções diferentes. Nesse documento, os bem-dotados psicomotores são apresentados com um “desempenho fora do comum” em atividades psicomotoras como velocidade, agilidade, força e resistência física: os bem-dotados psicossociais apresentariam “características acentuadas de liderança e habilidade no trato e manejo com pessoas e grupos” e os bem-dotados em música, artes plásticas e cênicas, caracterizar-se-iam pela manifestação de talentos específico nestas áreas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1980, p. 11,13).

Vistos sob esse ângulo, os chamados superdotados (bem dotados ou talentosos, na nomenclatura dominante do MEC/CENESP, conforme explicitado) seriam indivíduos que se destacariam numa determinada área, por suas intrínsecas

qualidades pessoais, que necessitariam apenas de um burilamento, o que alcançariam através de uma educação especial.

Essa divisão do que é considerado “área de superdotação” legítima, na verdade, a própria parcialização do trabalhador, já imposta na divisão manufatureira do trabalho e que se exacerba com a divisão do trabalho no capitalismo monopolista. É o que já constataria Marx quando afirmava que o trabalhador coletivo nada mais era que a “maquinaria específica do período manufatureiro” (MARX, 1983, p.275). Tal trabalhador coletivo era produto de muitos trabalhadores parciais que tinham algumas de suas capacidades exacerbadas pelas exigências impostas pelas diferentes operações decorrentes da parcialização do processo de trabalho. Dessa forma, os “trabalhadores [eram] separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes” (MARX, 1983, p.275), desenvolvendo-se determinadas forças de trabalho para “funções específicas unilaterais” (MARX, 1983, p.275).

Compreende-se, assim, como a identificação de talentos, dotes, dons ou aptidões, nada mais significa do que a busca de trabalhadores com determinadas condições e que deverão, em última instância, fortalecer o capital, mas que eufemisticamente é apresentado como uma preocupação em resolver os problemas da nação através, por exemplo, da profissionalização e inserção dos chamados superdotados no mundo do trabalho (SENAI, 1987).

Para conseguir esse intento, entretanto, é necessário o assentimento da sociedade e, por isso, até como uma forma de sensibilização, são feitas propostas de uma educação especial para alguns, mesmo que não consigam concretizá-la plenamente. É isso que faz o MEC/CENESP, por exemplo, quando propõe mantê-los, sempre que possível, em escolas comuns (BRASIL, 1981, p.7), ou quando são

sugeridas modalidades especiais de atendimento (BRASIL, 1981,p.13-26; ALENCAR, 1988).

A própria questão da produtividade ou improdutividade da escola, conforme apresentado por Frigotto (1986), permanece, ideologicamente, também não resolvida em relação á formação dos chamados superdotados, pois a acolhida educação especial que lhes é propugnada, mascara a articulação que acontece (concreta ou ideologicamente) entre a prática escolar que lhes é privilegiada e os interesses da classe dominante.

Toda essa problemática insere-se, diretamente, na questão da qualificação/desqualificação do trabalhador, como apresentada por Marx:

a manufatura cria portanto em todo o ofício, de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, á custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo o desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido á função simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho (MARX, 1983, P.276).

Além da perda econômica de seu valor, o trabalhador perde, de forma contundente e irrecuperavelmente, as próprias condições de existir como uma pessoa inteira, em sua plenitude, pois, ao ser engolido pela divisão do trabalho e da maquinaria, perde também o controle do processo global de trabalho, convertendo-se “nem simples apêndice da máquina”. Apenas lhes são exigidas “as operações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem” (MARX e ENGELS, 1981 b, p. 37). Ora, Marx descreve, na verdade, uma desqualificação do trabalhador, do ponto de vista da pessoa, isto é, daquele ser humano capaz de transformar, por

sua capacidade, concretizada numa ação de trabalho, a natureza (enquanto tal, ou já mediatizada pelo próprio trabalho) criando bens econômicos, culturais, sociais e outros, - em elementos subservientes às necessidades, que individuais, quer sociais. Concomitantemente, apresenta a divisão do trabalhador submetido ao parcelamento do próprio processo de trabalho, decorrente dos avanços tecnológicos e em especial, da multiplicação e ampliação da maquinaria em lugar da força de trabalho humana.

Em relação a essas idéias, os que propõem em atendimento especial aos chamados superdotados sustentam que lhes dar uma educação especial decorre das próprias necessidades da sociedade (leia-se capitalismo) que necessita de pessoas melhor qualificadas. Só não explicitam que esse processo é uma exigência da sociedade capitalista e, mais serio do que isso, apresentam-no como se fosse uma exigência de toda e qualquer sociedade.

Santos (1988 a), por exemplo, em nome de uma superqualificação, confere aos chamados superdotados a competência de resolverem problemas fundamentais, crônicos ou sérios não só nas grandes organizações como também nas comunidades ou nações, sustentando, inclusive, que há uma preocupação na nível de governos de diferentes países em identifica-los. Os chamados superdotados serão eleitos para trabalhar, prioritariamente, em ramos que possuem, segundo ele, uma superioridade e que são o industrial, o comercial e o militar. Ora, só a determinação dessas três áreas já indicaria a idéia de domínio, subserviência, controle e exploração que perpassa toda essa política de atendimento diferenciado aos chamados superdotados e que se revela no discurso desse autor.

A questão da qualificação também se apresenta quando endossa afirmações como: “quanto maior o grau de capacidade de um cientista, menos os recursos de

que necessita para [resolver problemas]” ou “indivíduos criativos podem não raro efetuar muito mais, com muito menor despesa do que outras pessoas” (TAYLOR apud SANTOS, 1988 a, p. 17). Essas afirmações são a expressão, sob uma outra forma, de idéias como as de Taylor apud Braverman (1987, p. 96) que apregoava a necessidade de encontrar-se o homem certo para a tarefa certa, visando proporcionar ao capitalista maior produtividade em menos tempo e com menor custo.

Quando Santos (1988 a) atribuiu uma superqualificação aos chamados superdotados, nada mais faz do que propor que apenas alguns (poucos) têm possibilidades de ter determinadas capacidades. Concomitantemente, apresenta a questão da qualificação do trabalhador como uma questão de condições da e na pessoa, de tal forma que alguns (poucos) têm uma superqualificação porque são considerados superdotados.

Da mesma forma, ao aceitar a afirmação de que “dez homens de segunda classe não substituem um de primeira” (CONANT apud SANTOS, 1988 a, p. 17) mascara, mas uma vez, o que sustenta a produção da categoria social dos chamados superdotados. A idéia apresentada não é uma questão simplesmente de economia, mas o que está encoberto é que esse “homem de primeira” vale mais do que dez porque recebe as condições materiais para valer tanto (leia-se, produzir tanto, quer materialmente, quer ideologicamente), sendo, além disso, uma das decorrências da divisão do trabalho na sociedade capitalista.

Enquanto Marx vê a questão da “formação” do trabalhador para o capital como dispêndio, isto é, custos que o capitalista precisa repor e denuncia a sua crescente desqualificação, já os que acolhem os chamados superdotados e a

própria teoria da Gerencia Científica sustentam que qualificar o trabalho é fazer investimentos e que:

não há absolutamente trabalho mão qualificado; ou, pelo menos trabalho que permaneça não qualificado. Trabalho não qualificado é ensinado pelo melhor método possível... Nenhum trabalho é não qualificado depôs de ensinado (GILBRETH apud BRAVERMAN, 1987, p. 378).

Nessa perspectiva a questão da qualificação resume-se numa questão de instrução: mais tempo de instrução, maior qualificação, sem que seja questionado como os custos dessa instrução interferem no valor da força de trabalho, diminuindo-a, conforme Marx, nem tampouco qual o conteúdo dessa instrução e sua vinculação direta com uma concepção de trabalho que violenta o trabalhador, sistematicamente. Portanto, essa é uma forma ideológica de apresentar o problema pois, na verdade, a escola em geral, ocupada pela maioria dos filhos da classe trabalhadora, desqualifica (FRIGOTTO, 1986, p. 162s).

O que precisa ser discutido é o conceito de trabalho, e conseqüentemente de trabalhador, pois, entrelaçado a esse ultimo conceito está uma questão central: com o desenvolvimento do capitalismo, a maioria dos trabalhadores tende a tornar-se mais ou tornar-se menos qualificados?

Parece-me que esta pergunta permite que se esclareça melhor a questão da qualificação/desqualificação não só do trabalhador, como do que é preconizado como “qualificar os chamados superdotados”.

Quando utilizo o conceito “trabalhador” há uma abstração e generalização tão grande que se perde a concretude de quem é considerado trabalhador.

Dentro do sistema capitalista, trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho ao capitalista, que a utiliza com vistas a obter mais-valia. Ao apropriar-se do trabalho excedente (mais-valia) o capitalista fortalece e expande o capital, ao

mesmo tempo que subjuga o trabalho ao capital. Na medida em que o capitalismo desenvolveu-se, e na fase atual em que se encontra de capitalismo monopolista, a prática dos trabalhadores diversificou-se tanto que diferentes conceptualizações originaram-se, e já não se pode simplesmente afirmar que a classe dos trabalhadores é a classe dos proletários.

Se, por um lado, efetivamente ocorreu uma proletarização que se têm vendido ao capital, como médicos, advogados e outras, por outro lado, também, há uma criação intencional de profissões adequadas ao aperfeiçoamento do modo de produção capitalista como engenheiros, administradores, presidentes de companhias, bancário, “yuppies”, etc. a questão que se coloca, desse ponto de vista é: Quem compõe a classe trabalhadora? Embora não sendo tema central dessa tese, abordarei “*en passant*” tal questão, ao discutir as relações entre os gestores e os chamados superdotados.

Outra questão que está presente às idéias apresentadas anteriormente é a da qualificação do trabalhador. Na verdade, dentro do sistema capitalista, esta “qualificada” significa estar habilitado, ou seja, possuir determinadas e específicas capacidades ou habilidades para realizar um determinado “trabalho”. Ora, na medida em que o trabalho se parcializa, sob a Gerência Científica, o que surge é um trabalhador dicotomizado para realizar um trabalho parcial e parcelado. Logo, toda e qualquer “qualificação”, sob essas condições, esgota-se no domínio puro e simples de determinadas habilidades. Entretanto, conta-se que não é pelo fato de um trabalhador manipular um computador que o torna mais qualificado do que um artesão que manipula um cortador de couro, por exemplo, manualmente. Pelo contrário, o que a informática e a tecnologia tem feito aos trabalhadores é torna-los,

como já fora previsto por Marx e Engels, simples “apêndices da máquina”; seja essa mais ou menos sofisticada.

Entretanto, o que é sustentado pela ideologia capitalista do trabalho e endossado pelos que acolhem a noção de superdotado é que o desenvolvimento tecnológico exige e favorece trabalhadores qualificados. Os que aceitam a categoria social dos chamados superdotados não são capazes de denunciar a inversão que ocorre no processo de trabalho. Não denunciam que os meios de produção passam a comandar o trabalhador (MARX, 1985c, p.75), nem tampouco denunciam a criação intencional de condições que separam o trabalhador do controle do processo de produção, que lhe impõem rupturas e obstruções dificultando e/ou impedindo a apreensão e o domínio do próprio processo de trabalho que realiza (MARX, 1985c, p.124/131).

Caso fizessem isso poderiam constatar, como já anunciara Marx que foi o ratificado por Braverman (1987), que haveria uma crescente desqualificação do trabalhador e a produção dos chamados superdotados só teria sentido para manter esta desqualificação.

Outra é, porém, a visão que tenho da questão. Na verdade, a propalada exigência de qualificação para alguns poucos não se dá ao acaso, nem tampouco é exigida sem um sentido concreto, isto é, sem haver uma necessidade real a nível de mercado de trabalho. Exatamente porque o campo é limitado e apenas alguns poucos é outorgado tal espaço é que se faz necessário o conceito de qualificação vinculado aos chamados superdotados.

O capitalismo, para ser fortalecido e expandir-se, precisa ser:

- Administrado – o que acontece em diferentes níveis desde aquele que se realiza a nível de empresas ou unidades econômicas, até aquele que se concretiza a nível de nações;
- Reinventado – o que exige a invenção de processos capitalistas cada vez mais ousados e produtivos, em todos os sentidos;
- Concretizado – isto é, desenvolvido para e por capitalistas ou grupos de pessoas que se comportem, vivam e ajam como se fossem capitalistas.

Estas três funções que se dão interrelacionadamente, sendo muitas vezes reflexo e/ou expansão uma das outras, não seriam atribuídas pelos que acolhem os chamados superdotados para serem exercidas por eles e por isso tanta ênfase em qualificá-los?

Recoloco, neste momento, a idéia dos que apóiam os chamados superdotados e lhes atribuem as funções específicas de criar e inventar soluções, de serem agentes de mudança, capazes de colocar as bases de uma nova civilização porque os consideram “criativos e talentosos” (GUENTER, CARVALHO E SILVA, 1985,p.53); com “ imaginação criadora, inventividade insólita, espírito de liderança” (ANDRADE, 1984, p.113).

Ora, a classe dos capitalistas deseja, fundamentalmente, obter mais-valia quer aquela produzida diretamente pela exploração da força de trabalho (mais-valia absoluta), quer aquela produzida pelo aperfeiçoamento das condições gerais de trabalho (mais-valia relativa). Para que isso ocorra os próprios trabalhadores tendem a desempenhar um papel importantíssimo no processo de economizar mediante invenções. Como Marx afirma:

... só a experiência do trabalhador (...) descobre e mostra onde e como economizar como efetivar de modo mais simples nas descobertas já feitas quais os obstáculos que precisam ser superados na efetivação da teoria – sua aplicação no processo de produção – etc. (MARX, 1984^a, p. 80).

Para que os inventos se tornem economicamente viáveis devem, em primeiro lugar, oferecer como condições de produção econômica, ou seja, produção de economia que será investida na expansão do capital. Para que essa economia se concretize é preciso produção em larga escala, o que exige, paradoxalmente, num primeiro momento, maiores investimentos. Tal é o papel das invenções, no campo econômico.

Marx aponta para a grande importância do trabalhador, capaz de pensar formas de baratear os custos das invenções. Entretanto, o que se tem verificado, com o avanço do capitalismo, é que cada vez mais os trabalhadores em geral se vêem agressivamente apartados dos meios de produção, ou seja, são-lhes negadas as condições mínimas de compreensão do processo de trabalho no qual estão inserido e, dessa forma, não o podendo apreender e compreender, como poderiam ser capazes de inventar algo?

O capitalista, no entanto, encontra formas de solucionar seu único e exclusivo problema? Aumentar e fortalecer incessantemente seu capital. Uma das formas, para isso, dentro do modo de produção capitalista, é eleger alguns trabalhadores para realizar essa tarefa de inventar. É atribuído a muitos dos chamados superdotados, como principal tarefa, propulsionar a economia capitalista, pelo fortalecimento do capital, sob forma de alteração (invenção) nas formas de produção, de maneira a permitir economia de gastos e aceleração do processo de produção.

Sob essa perspectiva, alguns indivíduos rotulados como superdotados participariam daquilo que Marx designa como trabalho geral. Diz ele:

“Trabalho geral é todo trabalho científico, toda descoberta, todo invento. É condicionado em parte pela cooperação com viventes, em parte pela utilização dos trabalhos antecessores. O trabalho em comum supõe a cooperação direta dos indivíduos”. (MARX, 1984 a, p. 80).

Um dos aspectos fundamentais que interfere nas invenções (transformações materiais, inovações tecnológicas, descobertas científicas ou outras formas possíveis de invenção) é a sua subordinação aos interesses do capital e sua subordinação aos interesses do capital e sua subordinação aos valores da sociedade capitalista; paralelamente há a produção de determinadas relações sociais subordinadas às próprias invenções e às implicações decorrentes dessas invenções.

Tal subordinação tanto acontece pela pressão direta dos grupos detentores do capital, quanto pelo atendimento especial oferecido a alguns indivíduos, com a função precípua de inventar, ou de pensar e desenvolver relações sociais adequadas a tais invenções. Dessa forma os capitalistas conseguem trabalhadores com “condições especiais” que aumentam a produtividade fortalecendo o modo capitalista de produzir. Ao mesmo tempo esses trabalhadores são produto do modo de produção capitalista.

A proposta pedagógica, elaborada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980, p. 9) para o MEC/CENESP, propõe um currículo enriquecido para alguns alunos que, devido às diferenças individuais, manifestassem dotes num nível superior aos demais. As crianças bem-dotadas seriam aquelas que demonstrassem um desempenho superior em qualquer linha de trabalho. Atender esta categoria social significaria a “formação de recursos humanos”, o que, na verdade, implicaria

num projeto político-pedagógico de produzir algumas pessoas para realizar os trabalhos necessários à produção, sustentação, reprodução e expansão do capitalismo, em nome, por exemplo, de uma “educação (leia-se qualificação) especial”. E como isso se concretiza?

4.2.2 Os chamados superdotados: a mediação que o capitalismo precisa

4.2.2.1 Mediação: as várias faces de um mesmo processo

Segundo creio, a produção de processo de superdotação é uma medida utilizada pela sociedade capitalista, visando manter e expandir um determinado tipo de homem-mercadoria: aquele que é considerado como capaz de produzir mais e melhor, com menor dispêndio e/ou maior retorno econômico, além de possibilitar, de forma mais segura, a maior valorização possível do capital investido nele e através dele, fortalecendo, sob os mais diferentes ângulos a classe dominante.

Esse processo desencadeia-se à medida em que é apresentada a idéia de que dotes, dons, talentos ou aptidões estão distribuídos naturalmente, concentrando-se apenas em alguns que seria superdotados, sendo, então, preconizada uma prática discriminatória, visando dar, a esses, o que há de melhor. Além disso, dentro do quadro competitivo, interesseiro e mercantil em que se situam as relações pessoais e sociais, numa sociedade capitalista, algumas profissões e/ou habilidades são mais valorizadas, na medida em que elas decorrem para esse projeto capitalista de sociedade e impulsionam a própria ideologia que o sustenta. Tudo isso é escamoteado pela proposição de que algumas pessoas estão acima da

média em seu desempenho, porque são superdotadas, e não que elas são cooptadas para terem acesso, privilegiadamente, a profissões mais valorizadas, contribuindo isso sim, decisivamente, para seu sucesso.

A inserção dos eleitos no modo de produção capitalista será sempre, desde de o ponto de vista da classe dominante, para fortalecer o capital, o que jamais é apresentado explicitamente. Em vez disso, invoca-se a preocupação com a sua auto-realização e contribuição para o bem-comum (FROÉS, 1984, p. 169) ou as possibilidades que têm de ser fonte das grandes transformações técnicas, científicas e mais que acontecerão ao final do século conforme já expresso por Helena Antipoff, em 1971 (1976, p. 418) e reapresentado por Guenther (ANTIPOFF, 1984, p. 86).

É esse o principal (senão único) objetivo que acicata todo e qualquer processo “social” que é também, e ao mesmo tempo, processo econômico-político.

Nas palavras de Marx:

“...o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista (MARX, 1983, p. 262).

Mas o capitalista não pode, ele mesmo, diretamente, realizar essa exploração da força de trabalho. Precisa, pois, de uns tantos outros trabalhadores, em tudo e por tudo, iguais aos demais, que, no entanto, são eleitos para fazerem parte de um privilegiado grupo: o dos chamados superdotados. Eis aí a força trabalhadora especial que o capitalismo necessita.

Ele precisa manter, desenvolver e fortalecer seu capital, ou seja, ele precisa cuidar muito bem para que sua força de trabalho produza cada vez mais.

“A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é o

mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração.” (MARX, 1983, p. 263).

O capitalismo não pode parar frente a esse antagonismo, inclusive, porque uma não existe sem o outro. Busca, por isso, todas as formas e meios para alcançar seu objetivo principal: fortalecer o capital. Para obter seu intento precisa contar com melhor desempenho possível dos trabalhadores. Mas, como isso se dará, produtivamente, se houver manifestações de resistência e/ou conflito por parte dos trabalhadores, que questionarão ou até mesmo boicotarão aquilo que deveria ser o objetivo maior de toda a sociedade capitalista: a valorização permanente do capital? A questão em jogo decorre do próprio capital, mas não se esgota nele: é a necessidade de poder que por outro lado se volta para o capital, realimentando-o, fortalecendo-o. Com esse objetivo o sistema capitalista busca manter o poder nas mãos de uma minoria: a classe dominante. Para isso são criadas as condições necessárias para ascender alguns trabalhadores a uma categoria especial, de sorte que possam ser os mediadores entre o que os capitalistas desejam, e o que dizem ser o melhor para a sociedade, embora não o seja, enquanto tal, para a maioria dos trabalhadores.

A questão da ascensão social, entretanto, é colocada ideologicamente de outra forma pelos que apóiam essa categoria social. Por exemplo,

o Plano Setorial de Educação e Cultural do Governo Federal (1972 – 1974) em seus Princípios Doutrinários estabelece que é função da Educação valorizar cada novo homem como indivíduo e se social (...) e enquanto não se puder abrir largamente as portas da Educação a cada um, deve-se procurar favorecer a ascensão cultural dos talentosos, dos mais capazes de mobilizar a ciência e a técnica em favor do progresso social (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, 1981, v.1, p. 11).

Essa afirmação não revela que o desenvolvimento científico e tecnológico não é garantia de progresso social, conforme constata-se em Kydron e Segal (1981), nem tampouco revela que o aprimoramento dos recursos humanos é manipulado pelos países desenvolvidos. O objetivo maior dessa afirmação é justificar a formação de alguns, ou como Bourdieu e Passeron (1967) já disseram, “eleger os eleitos”.

Desencadeia-se um processo em que alguns são eleitos para exercer tão importante e decisiva função: trabalhar para o fortalecimento do modo de produção capitalista, individualmente ou em grupo, expressando e lutando pelos mesmos valores que norteiam a vida de todo e qualquer capitalista. Como isso acontece?

Grande ou pequeno, o capitalista é diferente do trabalhador. A questão que se coloca, para o capitalista, é como produzir as condições adequadas para o poder político-econômico manter-se em suas mãos, mesmo que ele não possa, diretamente, exercer as funções que deveriam, em princípio, ser exclusivamente suas (pois quem cuidaria melhor do capital do que um capitalista?). Parece-me que ele descobriu como realizar isso.

A questão fundamenta-se num princípio básico de toda a sociedade capitalista? As relações sociais são determinadas, criadas e mantidas pelo modo de produção capitalista, instaurando as maneiras de ser e estar em sociedade, assim como determinam as maneiras de perceber, interpretar e expressar a realidade.

Uma das formas exigidas pelo modo de produção capitalista de estruturar as atividades econômicas e conseqüentemente, as relações sociais, é através da cooperação. Marx denomina como tal “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1983, p. 259). A cooperação caracteriza-se por ser uma força produtiva que é, em si e para si, uma

força de massas (MARX, 1983, p. 260). Não é apenas um aumento da força física, individual ou de grupo, mas o que ocorre é que

o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas (MARX, 1983, p. 260).

O trabalhador, ao ser colocado num processo cooperativo, encontra-se condições físicas, sociais e psicológicas que lhe favorecem superar suas manifestadas capacidades individuais, ao mesmo tempo em que se poder desenvolver muito mais.

A cooperação não estaria, segundo o que penso, limitada pelo contato direto, em que todos os trabalhadores estivessem juntos no mesmo local de trabalho, uma vez que na atualidade as relações espaciais e temporais foram profundamente alteradas pelos meios de comunicação, transporte e avanços tecnológicos os mais variados. Um fator fundamental para que se estabeleça cooperação entre os trabalhadores, segundo os interessados do capital, é que os trabalhadores estejam sob o jugo de um capitalista (ou seu equivalente, nos dias atuais). Essa necessidade de um poder centralizador do processo cooperativo já fora identificada por Marx (1983, p. 262). Com o desenvolvimento do capitalismo que se manteve (e se exacerbou) foi a compra, por um ou mais capitalistas com os mesmos interesses, de muitas forças de trabalho, simultaneamente empregada por eles, o que exige capital e comando desses trabalhadores. Como afirma Marx:

Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção (MARX, 1983, p. 262 – 263).

Como o capitalista (ou grupo deles) não pode estar diretamente comandando todas as diversas fases da produção, são criadas funções compatíveis com as exigências de cada uma dessas fases. Diz Marx:

Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capitalismo, a função de dirigir assume características específicas (MARX, 1983, p. 263).

Concreta ou ideologicamente, dirigir, superintender e mediar, enquanto funções do capital, são atribuídas aos chamados superdotados, que as realizam enquanto gestores.

Gostaria de esclarecer que não estou dizendo que todas as pessoas que ocupam funções de direção, seja em que nível for, são consideradas superdotadas por aqueles que acolhem essa categoria social. Segundo eles, isso desvalorizaria o próprio conceito, que deve ser mantido restrito a um grupo pequeno, como pretendem ao circunscrever tal número a dados estatísticos. Essa é a questão quando, por exemplo, aceitam as informações da Universidade do Sul da Flórida, segundo a qual haveria a seguinte distribuição na população: gênios 1:1.000.000, superdotados 1:200 e bem-dotados 3:100 (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, 1981, v.1, p. 13 – 14).

O que estou afirmando é que existem determinadas funções que têm por finalidade precípua estabelecer as mediações que o capital necessita; decorrem dele, inclusive. Dentre elas, destaco a de comando (chefia, direção, presidência, etc.), muitas vezes pensadas para os eleitos. Outras tantas há, que também servem para fortalecer o capital.

Do ponto de vista de resultado a alcançar – a maior produção possível de mais-valia (leia-se “a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”

(MARX, 1983, p. 263), a direção capitalista revela um duplo aspecto: “é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, (...) [e] processo de valorização do capital” (MARX, 1983, p. 263).

Passo – a – passo, conforme fica mais complexa a divisão do trabalho, o capitalista vai desvinculando-se das diferentes funções de produção, para, cada vez mais, dedicar-se “a maior autovalorização possível do capital”. Diz Marx:

[o capitalista] transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exercito precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, “*managers*”) e suboficiais (capatazes, “*foremen, overlookers, contre-maitres*”) que durante ao processo de trabalho comandam em nome do capital (MARX, 1983, p. 264).

Eis aqui o fulcro da questão: a superintendência e/ou o comando do trabalho feito EM NOME DO CAPITAL. Por ele, para ele, concretiza-se essa função de gestão.

Inspirada em Marx que disse: “O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista” (MARX, 1983, p. 264), poderia dizer que os “trabalhadores especiais” não são “trabalhadores especiais” porque são considerados superdotados, mas eles precisam ser considerados superdotados porque são considerados “trabalhadores especiais” ou eleitos. A eles são destinados funções especiais, privilégios e outras tantas formas de atrela-los aos interesses do capital, em nome de seus atribuídos dotes, dons, aptidões e/ou talentos. Na verdade, os chamados superdotados nada mais são do que decorrência do modo de produção capitalista. Essa idéia já está clara quando Marx diz:

Como as pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital (MARX, 1983, p. 264).

Os trabalhadores, como “um modo específico de existência do capital” precisam ter determinadas características. Essas são consideradas dons, aptidões, talentos pelos que acolhem a categoria social dos chamados superdotados e estabelecidas como “naturais”. Na verdade, elas decorrem de condições materiais e da própria ideologia que sustenta o capitalismo. Os considerados não-superdotados também são como são, pelas condições materiais que lhes são oferecidas. Portanto, todos os indivíduos também se desenvolvem gratuitamente, desde que lhes sejam oferecidas as necessárias condições materiais para que tal se efetive. Como afirma Marx:

A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições (MARX, 1983, p. 263).

O que se verifica, na realidade, é que há uma inversão de tal sorte que aparece como “natural” aquilo que, na verdade, é criado pelo homem, ou seja, a força produtiva social nada mais é do que produto do próprio capital e das condições materiais de produção da existência, além de ser apropriada pelo modo de produção capitalista, tornando-a sua, muito antes de começar a efetivamente produzir:

Uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador, antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente (MARX, 1983, p. 264).

Ocorre, assim, a criação não só de uma determinada força produtiva, mas acima de tudo, de categorias sociais específicas para desempenhar funções produtivas e manter relações sociais adequadas a uma estrutura econômica capitalista. Essa idéia está apoiada na afirmação de Marx:

Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método empregado pelo capital para, mediante o aumento de sua força produtiva, explorá-lo mais lucrativamente (MARX, 1983, p. 266).

Cabe, então, examinar ainda qual o significado da produção da categoria social dos chamados superdotados, eleitos para mediar aquelas forças produtivas que inexoravelmente têm aumentado e fortalecido o capital.

A lei geral da acumulação capitalista oferece alguns subsídios que esclarecem essa questão.

O capital é o produto de um processo de transformação da matéria mediante o trabalho e de um processo de valorização. Do ponto de vista de como a matéria transforma-se num produto, mediante o trabalho, o capital compõe-se de meios de produção e de uma força viva de trabalho. Os meios de produção são formados pela massa dos meios de produção utilizados. A força viva de trabalho é o montante de trabalho exigido para utilizar a massa dos meios de produção. Do ponto de vista do valor, o capital compõe-se de capital constante e capital variável. O capital constante é o valor dos meios de produção e o capital variável é o valor da força de trabalho, soma global dos salários.

Há uma estreita correlação entre os fatores que compõem o capital, constituindo o que Marx (1984 c, p. 187) chama de “composição orgânica do capital”

ou simplesmente composição do capital. O crescimento do capital decorre do crescimento do capital variável (dinamização da força de trabalho).

Como se dá o crescimento do capital e quais suas relações com os chamados superdotados?

Para responder essa questão, primeiro destacarei a posição de Marx que chama a atenção para a relação entre pobreza e riqueza e a criação e reprodução do proletariado. Depois recolocarei a questão examinando-a do ponto de vista dos chamados superdotados.

O núcleo da questão encontra-se na incansável ampliação do capital. Dia após dia, anos após ano, o capital cresce mediante a incorporação da mais-valia ao capital original. Isso não só significa que o capitalista (ou grupo deles) fica cada vez mais rico, como também que se expande a própria força de capital. Ora, isso implica em ampliar cada vez mais os investimentos, ou seja, na base de tudo significa que mais e mais força de trabalho é exigida. Mas dizer “mais força de trabalho” não significa, literalmente dizer “mais trabalhadores”. O verdadeiro significado está em que a expansão do mercado econômico, ou seja, do capital, implica, necessariamente, na busca de trabalhadores e de alterações nas condições de trabalho que produzem uma maior mais-valia.

Sendo a mais-valia obtida mediante apropriação da força de trabalho, direta ou indiretamente, é necessário que ocorra (e efetivamente ocorre) uma acumulação de capital, mediante a acumulação de força de trabalho (produzindo ou disponível). A questão que interessa ao capital, no fundo, é exatamente essa: disponibilidade de força de trabalho, em quantidade e qualidade necessárias ao mercado de trabalho, na hora que lhe for mais conveniente. Conforme Marx:

A reprodução de força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dela e cuja subordinação ao capital sé é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1984 c, p. 188).

Marx esclarece que proletário é “todo assalariado que produz e valoriza “capital” e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de “*Monsieur Capital*” (MARX, 1984 c, p. 188).

Um princípio fundamental, parece-me, comum às relações entre capitalistas e trabalhadores, sejam esses eleitos ou não, é o de que capitalistas oferecem aos trabalhadores as condições de vida (e obviamente de trabalho) suficientes para satisfazer as necessidades do modo de produção capitalista – que podem variar, segundo as necessidades do mercado de trabalho – e jamais conforme as necessidades dos próprios trabalhadores. Chamá-lo-ei de princípio de dominação. Por meio desse princípio os trabalhadores, sejam quais forem, estão sempre atrelados ao capital.

Marx já desmascara a presença desse princípio nas relações capitalistas apresentando uma série de exemplos de diferentes autores e épocas, que fazem uma apologia de que a alguns pertence, necessariamente, a pobreza, a austeridade, a fome, o trabalho e outras dimensões que concretizam a indignidade e a desumanidade como intrínsecas ao proletariado, justificando, em contrapartida, a riqueza, o luxo, o ócio, a beleza, para os capitalistas ou burgueses. Um dos exemplos é o de Bellers (apud MARX, 1984 c, p. 188) que afirma: “o trabalho dos pobres é a mina dos ricos”. Além disso, essa pobreza deveria ser mantida exatamente num nível que permitisse a satisfação das necessidades mínimas do

trabalhador para que pudesse sobreviver e permanecer laborioso (MANDEVILLE apud MARX, 1984 c, p. 189).

O que Mandeville não disse, mas Marx perspicazmente identificou é que esses “pobres laboriosos” são, na realidade, produzidos pelo próprio modo de produção capitalista, ou seja, eles próprios, produtores da mais-valia, são também, produzidos pelo capital.

Éden (apud MARX, 1984 c, p. 190) também apresenta exemplos onde é possível identificar o princípio da dependência, como “necessário para o conforto do trabalhador”, cabendo àqueles que têm posses exercer influencia e autoridade sobre seus trabalhadores.

O princípio de dependência (dominação ou poder) estende-se não só aos laços físicos, materiais que hierarquiza as pessoas entre si, mas acima de tudo, exige determinadas atitudes, que nada mais são do que expressão da consciência inculcada de que a uns cabe mandar e comandar e a outros cabe obedecer e executar e que já em Platão estava presente na sua teoria de dotes.

Esse princípio fundamenta alguns objetivos apresentados pelos que propõem um atendimento diferenciado aos chamados superdotados, como por exemplo os que afirmam que em decorrência de seus superdotes eles seriam os “futuros líderes” a comandar os destinos da nação, as transformações da civilização necessárias ao século XXI e a promover o desenvolvimento das diferentes áreas de saber humano. Por isso é necessário “formar agentes de mudança”, principalmente entre os jovens de nível socioeconômico baixo, identificados como superdotados.

Relembro o que disse um empresário a respeito do desempenho de um profissional que trabalhava para ele e que recebera formação privilegiada porque fora identificado como superdotado:

No começo, quando ele chegou, ficamos impressionados pela sua modéstia, pela sua forma de falar e a maneira atenta com que ouvia as pessoas. Aos poucos, sentimos que estávamos com um homem diferente. É aquele tipo de pessoa que a gente sabe que vai fazer aquilo que deve ser feito. Hoje, ele mais parece um príncipe dentro da organização; é solícito e tolerante com os demais. Prefere ler catálogos e instruções ao invés de fazer perguntas. A sensação que se tem é de que nada é impossível para ele. E o que mais nos impressiona, acima de tudo, é que os demais funcionários se sentem incomodados quando na sua presença comentem algum deslize comportamental (GUENTHER, CARALHO E SILVA, 1985, p. 54 – 55).

Nessa manifestação evidenciam-se algumas atitudes valorizadas por esse empresário e, por extensão, por todos os capitalistas que desejam obter o máximo de rendimento da força de trabalho comprada: modéstia, capacidade de valorizar o outro, comprometimento com as necessidades da organização, solícitude, tolerância, autonomia, submissão, arrojo, determinação (hei de vencer!), capacidade de sobrepor-se aos demais. Pela descrição feita posso afirmar que o eleito é aquele que sempre faz as coisas certas, na hora certa, da melhor maneira. Ele transforma-se num ideal a ser alcançado, o que significa que muitos outros trabalhadores têm-se como parâmetro e envidarão seus esforços para aproximar-se dessa “soberba figura de príncipe”.

Essas características consideradas pessoais, porque fariam “naturalmente” parte dos indivíduos, são produzidas e sevem como aval de que o capitalista encontrará em determinados trabalhadores um poderoso aliado. Como já identificara

Marx:

Mesmo quando um homem sem fortuna obtém crédito como industrial ou comerciante, isso se dá por haver a confiança de que atuará como capitalista, se apropriará de trabalho não-pago com o capital emprestado. O crédito lhe é dado como capitalista potencial (MARX, 1985 b, p. 112).

Eis aí, parece-me, o fundamento básico que sustenta toda a política pedagógica e de valorização dos chamados superdotados. Por que é tão importante e necessário dar-lhes uma educação especial? Apenas porque foi determinado que alguns têm os chamados dotes superiores? Não! Porque, como muitas vezes foi proclamado, serão os futuros líderes da nação? A resposta principal ainda não se encontra aí. Eles são eleitos porque o modo de produção capitalista exige a discriminação da força de trabalho, de tal sorte que sempre haverá um excedente, formando o “exercito de reserva” e haverá os privilegiados para sustentarem e aperfeiçoarem o sistema capitalista; em ambos os casos há o fortalecimento e a expansão do poder do capital.

O âmago da questão esta em que, acima de tudo, investir nos eleitos é lucro certo e garantido; é a segurança de que o retorno virá, conforme as necessidades da sociedade capitalista: fortalecendo cada vez mais o capital. Andrade expressa essa idéia ao incentivar que se investissem nos chamados superdotados (também apresentados como bem-dotados):

Hoje venho propor-lhes um fabuloso investimento. Negócio de primeira qualidade, à margem das oscilações do mercado. Independente de leis e instruções oficiais que regulam (ou perturbam) a vida econômica do país. Qualquer que seja a orientação do General Geisel, próximo responsável pelos nossos destinos, o negócio que lhes apresento é absolutamente tranqüilo e rendoso. Lucro na certa. E que lucro! (ANDRADE, 1984, 1984, p.113).

Essa afirmação revela a importância dada aos chamados superdotados enquanto recursos humanos capazes de gerar lucros. Esse pensamento não é gratuito, ele é fruto de um contexto material, histórico que permite o fortalecimento de idéias autoritárias e elitistas como as de Alberto Torres (FELIZ, 1985), apropriadas pelo poder militar e concretizadas entre os que assumiram o poder

político a partir de 1964. As condições materiais da sociedade que embasam essa política estriba-se, também e principalmente, no capitalismo que se desenvolvia no Brasil.

Explica-se, assim, tantas discriminações feitas: a valorização de algumas atitudes, habilidades em detrimento de outras, em nome de dotes, aptidões ou talentos; o destaque dado a determinada função, profissões, mascaradas sob a afirmação de que são peculiares a determinadas raças, classes ou grupos sociais. A discriminação da força de trabalho em função dos interesses do sistema capitalista, não é nunca afirmada, nem muito menos questionada, quando se trata de, por exemplo, apoiar o atendimento diferenciado aos chamados superdotados, ou, dito de outra maneira, produzir uma categoria social, formada por alguns, considerados, “os eleitos”. É, na verdade, mascarada, como tão bem Marx denunciou:

E essa circunstância, tão admirada pelos economistas apologeticos, de que um homem sem fortuna, porém, com energia, solidez, capacidade e conhecimento dos negócios possa transformar-se em capitalista – já que em geral no modo de produção capitalista aprecia-se de modo mais ou menos concreto o valor de cada um – por mais que faça entrar constantemente em campo, em confronto com os capitalistas individuais já existentes, uma série não bem-vindas de novos cavaleiros de fortuna robustece o domínio do próprio capital, amplia-lhe a base e lhe permite recrutar sempre novas forças das camadas inferiores da sociedade (MARX, 1985b, p.112).

A idéia central é de que o domínio do capital é fortalecido, na medida em que “novas forças das camadas inferiores da sociedade” passam a participar da “roda da fortuna”, que não significa, necessariamente, “por a mão no capital”, “*ipsis verbis*”, mas significa “viver COMO SE FOSSE capitalista”. Eis aí o espaço para a produção dos gestores!

Conforme identificado por Marx, no mundo do capital o que conta, muitas vezes, não é a origem de sangue ou se fortuna, por exemplo, mas as possibilidades

que casa um tem de ascensão econômica. Isso não é uma lei natural, como nos querem fazer crer afirmações do tipo “as pessoas tem determinados dotes, aptidões e talentos e por isso alcançam sucesso profissional e pessoal”, por exemplo, mas é uma lei histórica, criada pelos homens, de acordo com seus interesses e decorrentes, basicamente, do modo9 de produção capitalista, que é algo dinâmico, e não estático, portanto, criando sempre novas e inesgotáveis necessidades. Algumas características lhes são outorgadas em função da criação de determinadas condições. É por isso que um homem de nível sócio – econômico baixo, desde que “identificado” como tendo determinadas habilidades, dotes, dons, aptidões, talentos especiais pode vir a transformar-se em gente do capitalismo. Eis, portanto, uma justificativa para afirmações como:

os meninos e jovens oriundos das camadas sociais mais baixas, criados em lares pobres, enfrentando os problemas que acompanham toda situação de carência material, trazem consigo uma probabilidade maior de desejar ser um AGENTE DE MUDANÇA e iniciador de transformações (GUENTHER, CARVALHO E SILVA, 1985, P. 49-60).

Além disso, não se pode esquecer o sentimento de “gratidão” manifestado por esses jovens de nível sócio – econômico baixo para com eles que os tiraram dessa situação.

O próprio valor comercial de cada um é determinado pelo modo de produção capitalista, de tal forma que, dependendo da possibilidade de as pessoas serem consideradas mais ou menos produtivas do que outras é que terão seu valor determinado. Logo, algumas, sendo consideradas com uma “super-força de trabalho”, recebendo um atendimento especial e tendo acesso a determinadas profissões e funções, fortaleceriam a sociedade capitalista, pela sua própria forma de ser e estar nessa sociedade e, portanto, seriam consideradas superiores às de

mais. Isso decorre de uma lei histórica, ou seja, é engendrado pelo ser humano, para fortalecer um determinado sistema social, porém, isso não é esclarecido. Ao contrário, emerge como uma lei natural, que apenas expressaria aquilo que os indivíduos trazem desde seu nascimento: conforme é sustentado, alguns são superiores a outros e, inclusive, “naturalmente” em número reduzido.

A esses cabe-lhes o privilégio de participar do “mundo capitalista” : são os bem aquinhoados pela “fortuna da sorte”. Mais do que isso, são aqueles que se destacam dentre os demais. Não importa (e é até preferível) que venham das “camadas sociais mais baixas”, afinal, é daí que surgirão os melhores e maiores aliados do capitalista. Recebem um rótulo condigno com as possibilidades que tem de robustecer o capital, ou tornar o capital “super-dotado”, (mais-valias sugadas dos trabalhadores).

Aliados dos capitalistas, ampliariam a base deles, à medida em que teriam das consideradas “camadas sociais mais baixas” outros que, sentindo-se em dívida e num penhor de gratidão, manteriam cada vez mais fortes os laços que os uniriam aos capitalistas, criando-se um ciclo que permanentemente se auto-fortaleceria. Essa é, pois, umas das grandes vantagens em ter pessoas que, não sendo capitalistas, pensam como capitalistas e buscam, incessantemente, assemelhar-se ao modo de vida dos capitalistas.

Mediante um processo de cooptação, muitas pessoas são trazidas das camadas dominadas da sociedade para participar do mundo capitalista. Já Marx havia identificado claramente esse processo de cooptação ao afirmar:

...a Igreja Católica, na Idade Média, formava sua hierarquia com as melhores cabeças do povo, sem considerar posição, nascimento e fortuna, o que foi um dos principais meios de consolidar o domínio do clero e de oprimir os leigos. Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das

classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio (MARX, 1985b, p.112).

Esse processo de cooptação se manifesta, por exemplo, quando as instituições que educam os chamados superdotados buscam formar não só excelentes profissionais, mas, acima de tudo, indivíduos capazes de serem líderes no meio que atuam, sustentando princípios que fortalecem o sistema capitalista. Isso se tem verificado, no mínimo, em dois níveis: transformando esses jovens em pessoas da confiança de uma determinada comunidade, com a qual terão oportunidade de conviver, e transformando-os em agentes de mudança dentro de seu próprio contexto de trabalho. Assim, por exemplo, o Projeto Afilhado (GUENTHER, CARVALHO e SILVA, 1985) oferece as oportunidades necessárias para que o jovem, identificado como superdotado (chamado bem-dotado), ajude alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem. Esse atendimento diferenciado é feito nas escolas de origem, para aqueles alunos cujas famílias são menos favorecidas, economicamente. Sua atuação não é meramente acadêmica. Para a Função José carvalho, o bem-dotado em relação ao seu afilhado deve tornar-se “o amigo, o confidente, alguém que com ele possa discutir certos problemas e, com ele, encontrar algumas pistas para amenizá-los” (GUENTHER, CARVALHO E SILVA, 1985, p.46).

O que interessa a classe dominante é manter os valores existentes na sociedade capitalista. Para isso conta com a mediação da categoria social dos chamados superdotados, que em verdade, não são mais do que “paladinos do capitalismo”. Pelos privilégios que obtém, pela força trabalhadora especial que representam para a expansão do capital, não podem deixar de ser considerados “os eleitos”, ao mesmo tempo em que é produzida uma outra categoria social: o “exercito industrial de reserva”.

4.2.2.2 Exército industrial de reserva e eleitos: as duas faces de uma mesma moeda

A força de trabalho está sempre à disposição do capital para ser explorada de forma intensiva e/ou extensiva. Do ponto de vista de produção de valor eu diria que o proletariado, e mais especificamente, o exército industrial de reserva é uma força de trabalho explorável extensivamente, pois deixa à disposição do capitalista um grande número de trabalhadores, com a finalidade precípua de baratear a mão-de-obra, enquanto que os chamados superdotados, isto é, os eleitos são força de trabalho intensiva, pois enquanto “escolhidos”, formam sempre um grupo reduzido à disposição de capital. Por outro lado, do ponto de vista de produtividade o proletariado é mão-de-obra de qualidade adequada para suprir o mercado de trabalho em expansão-retração, no sentido de necessidade de mão-de-obra barata, enquanto que os eleitos atendem às necessidades de expansão-inovação desse mesmo mercado de trabalho, caracterizando-se como “lucro certo”, “investimento seguro e rentável”, sempre.

Ambas as categorias sociais, subordinadas ao capital, são resultado do modo de produção capitalista e mantêm as mesmas relações de dependência frente ao capital, embora, entre si, revelem profundas dicotomias. Enquanto forças de trabalho, no seio da classe trabalhadora, expressam pólos opostos de uma mesma necessidade capitalista: produção de mão-de-obra adequada às necessidades de mercado. Além disso, em relação aos eleitos, eu diria que, muitos deles, cooptadamente, passam a servir o capital COMO SE FOSSEM capitalistas.

Se, em relação ao exército industrial de reserva, a quantidade ou grandeza absoluta é fator importante no barateamento dos custos de produção, pelo barateamento dos custos de mão-de-obra ou força de trabalho, nem sempre há essa necessidade quantitativa para estabelecer uma diferença significativa na acumulação capitalista. Essa é apenas uma das partes da composição técnica do capital. Outra, são os meios de produção. Ambas, conjuntamente, possibilitam alcançar resultados substanciais em relação ao desenvolvimento da produtividade social, tornando-se essa, segundo Marx (1984 c, p. 194) uma “poderosa alavanca de acumulação”.

A produtividade do trabalho social tende a aumentar a acumulação do capital mas, ao mesmo tempo, impele menor quantidade de trabalho a produzir cada vez mais. O capitalista investe cada vez menos em capital variável e cada vez mais em capital constante.

A grandeza absoluta do capital variável cresce em proporção menos do que o aumento da acumulação do capital global. Por que isso acontece? Porque a forma cooperativa, modo de produção capitalista e base do desenvolvimento da força produtiva social, permite que sejam:

organizadas a divisão e a combinação do trabalho; poupados meios de produção mediante concentração maciça; criados materialmente meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, por exemplo, o sistema de maquinaria etc.; postas a serviço da produção colossais foras da Natureza; e [permite que seja] completada a transformação do processo de produção em aplicação tecnológica da ciência (MARX, 1984 c. p. 195).

A produção de mercadorias em larga escala pressupõe o modo de produção capitalista. Isso significa a acumulação de capital nas mãos de alguns. Parte desse capital será novamente investido na própria acumulação, na medida em que for

investido em capital variável, produtor de mais-valia. Mas para que ocorra essa produção de mais-valia, que irá inchar e fortalecer o capital, provocando mais e maior acumulação de capital, é preciso que a força produtiva social do trabalho desenvolva-se. Essa, por sua vez, gera mais-valia ou mais-produto, elemento constitutivo da acumulação.

A mais-valia retransforma-se em capital. A grandeza do capital cresce, impulsionando o processo de produção, ou seja desenvolvendo a produção, os métodos que favorecem a elevação da força produtiva do trabalho e conjuntamente, produzindo, aceleradamente, mais-valia (MARX, 1984 c, p. 195 – 196).

A acumulação propicia a expansão do capital e a formação de novos capitalistas. O número dos capitalistas (individuais ou não) pode aumentar ou diminuir, mas o capital continuará concentrado em suas mãos, ou seja, ele não será distribuído entre os trabalhadores. O que ocorre é um movimento de concentração-expansão, decorrente da concentração de capital nas mãos de determinados capitalistas (ou grupos deles), variando, segundo as necessidades do mercado de econômico, os pólos ou ramos de produção de concentração desse capital.

Os chamados superdotados, enquanto uma categoria social produzida pelo modo de produção capitalista, atendem às necessidades diferenciadas de fortalecimento da acumulação capitalista. Dessa forma, quando o capital contrai-se, os chamados superdotados são rapidamente absorvidos para produzir inovações que atendam às necessidades do mercado econômico. Não importa, nesse caso, se esses trabalhadores eleitos estão empregados ou não; o que importa é que grupos deles passem a trabalhar inovando os meios de produção, aperfeiçoando o modo de produção e, inclusive, absorvendo a própria mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, de forma a diminuir os gastos dos capitalistas com o capital variável. Ao

mesmo tempo, eles próprios, quanto categoria social, participam de diferentes ramos de trabalho, conforme concentrem-se nuns ou noutros, as possibilidades de haver maior fortalecimento do capital. O que interessa, na verdade, não é que a mesma pessoa mude de um para outro ramo profissional, uma ou outra secção do mercado de trabalho; em realidade, o que conta é que os chamados superdotados, eleitos para serem os mediadores do capitalismo, estejam sempre a postos para servi-lo, independente de quem particularmente realiza essa mediação. Entre os eleitos há um movimento de concentração-repulsão similar aquele que ocorre entre os diferentes capitalistas: o capital absorve, naqueles ramos da produção mais rentáveis, os considerados melhores gerários, obviamente, maior rentabilidade.

Como já foi dito anteriormente, em relação a esse movimento que produz os eleitos há a produção do exército industrial de reserva, cujo movimento de criação foi tão bem descrito por Marx (1984 c, 187 – 212).

Marx afirma:

a produção súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua concentração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados (MARX, 1984 c, p. 201).

Com o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento do modo de produção capitalista, novas e diferentes forças de trabalho foram sendo criadas, produzidas e consumidas. Os eleitos são uma dessas forças de trabalho que atendem às necessidades consideradas especiais. As funções incentivadas são aqueles que

fortalecem de maneira peculiar o capitalismo, seja através do desenvolvimento de meios de produção que ampliam e/ou aperfeiçoam a capacidade produtiva, seja através de invenções que revolucionam as formas de trabalhar, tendo aplicações diretas sobre o modo de produção capitalista, seja pela mais-valia que representa sua própria força de trabalho, atuando diretamente sobre o capital variável.

Assim como, em nome da Mãe Natureza, é justificado um crescimento da população que gera uma superpopulação de trabalhadores, também é em nome dela que são eleitos alguns seres humanos considerados com dotes, aptidões e/ou talentos excepcionais, mas, nesse caso, sempre parcimoniosamente. Afinal, os interesses do modo de produção capitalistas são outros!

Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado “quantum” de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo barato de um número maior de trabalhadores (MARX, 1984 c, p. 203).

Incorporada à produtividade material o capital conta com a fidelidade dessa categoria social, produzida para realizar as mediações que são do seu interesse e que se concretizam através dos gestores, dentre outros.

O capitalista também continua obtendo mais trabalho mediante exploração intensiva das forças de trabalho individuais (o que não exclui a possibilidade, concreta, alias, de, coletivamente, reunir grupos de pessoas consideradas com super-força de trabalho, para dinamizar determinados setores da produção). Empregar muitos trabalhadores significa investir em capital variável. Como o capitalista sabe que pode exigir mais da força de trabalho comprada por ele, do que meramente o necessário para a subsistência do trabalhador, utiliza, produtivamente, número igual ou até decrescente de trabalhadores comandados

por ele, com mais e melhor resultado, investindo menos ou igual, em capital variável. É lógico que, com isso, seu capital cresce.

O capitalista pode até despende mais com capital variável, sem, no entanto, sofrer uma redução da mais-valia (ou de seu crescimento). Isso ocorre, por exemplo, quando o capitalista aumenta os salários, porque o trabalhador individual (ou coletivamente) fornece mais trabalho, mas o número de trabalhadores ocupados é o mesmo, ou até mesmo menor. Como diz Marx: “O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados” (MARX, 1984 c, p. 203).

Os eleitos desempenham um papel importante nesse processo, seja porque recebem uma formação tal que lhes permite apresentar um desempenho mais alto do que a média dos trabalhadores, seja porque inventam e/ou retransformam os meios e o modo de produção de forma a acelerar os resultados obtidos, que a nível de produção, quer a nível de consumo, distribuição ou troca.

Diz Marx:

Viu-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a por em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mas trabalho mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Viu-se, além disso, que, com o capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil. (MARX, 1984 c, p. 203).

Porém isso não pode ser feito “*ad infinitum*”. Ele necessita de alguns, considerados superdotados, para garantir todo o processo, inclusive o de desqualificação dos demais trabalhadores. Nessa análise, Marx destaca o gasto de capitalista com a compra de força de trabalho. Embora investindo igual, ou até

menos, em capital variável, pela exploração extensiva e/ou intensiva da força de trabalho, mantém seu capital em expansão.

Com a evolução do modo de produção capitalista, o que se verificou foi que o capitalista viu-se coagido a investir mais em capital variável (sem isso significar ocupar mais trabalhadores), desde que mantivesse retorno seguro e ampliação casa vez mais acelerada de seu capital, chegando, inclusive, a rotular alguns indivíduos como dotados de algo a mais.

Conforme Marx:

Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de trabalho superiores.

A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante. Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores (MARX, 19684 c, p. 203).

Verifica-se, pelo modo de produção capitalista, uma contradição que se expressa no sobretrabalho daqueles trabalhadores que já têm vínculo empregatício, enquanto que cada vez aumenta mais a superpopulação de trabalhadores ociosos, ou a liberação de trabalhadores. Isso ocorre porque os meios de produção tendem cada vez mais a liberar trabalhadores, por um lado, e por outro, aumentar a produtividade, o que acarreta um aumento da demanda de trabalho. Essa, no entanto, não é suprida com a contratação em massa de trabalhadores, mas, em primeiro lugar, é esgotada pelo acréscimo de mais-trabalho aos que já estão

empregados (o que lhes gera salários mais altos, mas não tanto, nem proporcionalmente à mais-valia obtida pelo capitalista). Só quando se torna de interesse do capitalista repor e/ou expandir sua força de trabalho é que ocorre a contratação de mais trabalhadores. Mas aqui, ocorre um fenômeno interessante. Como existe excedente de força de trabalho, o capitalista pode, mais uma vez, ludibriar o trabalhador, pois encontra à sua disposição mão-de-obra barata e/ou mão-de-obra menos cara, passível de ser formada conforme suas necessidades (modelagem de comportamento pessoal e profissional), e logo que se tornar desnecessária, passível de transformar-se em restolho. Esse excedente de força de trabalho gera, para o capitalista, produção certa de mais-valia, com investimentos mínimos em capital variável, e aumento dos investimentos em capital constante; concomitantemente, gera um maior grau de competitividade entre os próprios trabalhadores que sabem que os considerados melhores (aqueles que mais produzem: melhor qualidade e mais quantidade) serão, necessariamente selecionados, permanecendo e/ou vindo a ocupar o lugar de seus colegas de trabalho. Para o capitalista, essa competitividade é exatamente proveitosa, porque com isso só tem a lucrar: força de trabalho da melhor qualidade (que se auto-elimina “naturalmente”, deixando sempre lugar para os considerados melhores) e conseqüente fortalecimento do capital, seja a nível de poder político-econômico, seja a nível social e ideológico através da expansão de uma estrutura adequada à sociedade capitalista.

Como diz Marx:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa

torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1984 c, p. 203).

Conforme já afirmei, concomitantemente à instituição do exército industrial de reserva, há a formação de um grupo reduzido a serviço do capital. É constituído, dentre outras categorias, pelos eleitos ou chamados superdotados, que ocupam os lugares de mediação entre o capitalista e os trabalhadores, numa infinidade de cargos e funções, que se caracterizam por uma aproximação maior ou menor com o capitalista, mas sendo todos portadores da “voz do capitalista”, comprometidos com o fortalecimento do capital.

Essa categoria social interfere diretamente na formação do exército industrial de reserva. Isso ocorre à medida em que podem ocupar, direta ou indiretamente, o lugar de mais de um trabalhador ou, o que se dá mais fortemente, nos dias atuais, quando interferem nas condições gerais de trabalho gerando, para grande parte da classe trabalhadora, desemprego ou emprego de menor salário.

Sua produtividade, tão acalentada pelos capitalistas, manifesta-se por uma alta competência e capacidade de trabalho, decorrente, muitas vezes, de um maior número de horas dedicadas ao trabalho (pois se sentem comprometidos com a empresa onde trabalham) ao mesmo tempo em que, imbuídos pelo espírito competitivo, peculiar à sociedade capitalista, tudo fazem para galgarem ou manterem-se nos melhores postos. Aliados a essas condições, são, muitas vezes, designados para ocupar o comando dos trabalhadores, sendo, portanto, porta-vozes do capitalista, que não pode, diretamente, supervisionar todas as suas atividades, mas necessita de gente de confiança, que pense igual a ele e por ele próprio, para manter o capital em permanente valorização; finalmente, eles atuam diretamente

sobre os meios de produção e sobre o próprio modo de produção, revolucionando, inovando e conseqüentemente, tendo saído atuação implicações diretas sobre a sociedade capitalista como um todo.

O exército ativo de trabalhadores sofre pressões tanto dessa força especial de trabalho, quanto do exército industrial de reserva. Em relação a esses, diz Marx:

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a afeição de explorar e a paixão por dominar do capital (MARX, 1984 c, p. 205).

A força especial de trabalho, formada pelos chamados superdotados, exerce pressão sobre o exército ativo de trabalhadores, seja pelas possibilidades que tem de tornar excedente a mão-de-obra disponível, interferindo diretamente no aproveitamento da força de trabalho; seja pelas possibilidades que tem que fazer gerar novos cargos e funções, pela interferência nos meios de produção; seja pela intervenção no “aprimoramento” do próprio modo de produção capitalista.

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem. (...) O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital (MARX, 1984 c, p. 206).

Como agravante desse despotismo, o capital cuida para que haja sempre, e qualquer momento, para comandar, ajustar, controlar, dirigir, expandir qualquer setor, a melhor mão-de-obra disponível.

A proposta político-pedagógica para os chamados superdotados insere-se nesse processo de produção de mão-de-obra adequada a determinadas funções e participação na lei de oferta e procura de trabalho, conforme as exigências do capital. As justificativas e os objetivos de uma educação especial para essa categoria social, assim como os resultados alcançados por aqueles que têm concretizado um atendimento diferenciado aos chamados superdotados visam, na realidade, a formação de mão-de-obra especializada, acréscimo cultural e expansão de determinados setores do saber humano, além de uma preocupação específica em formar “agentes de mudança”, indivíduos capazes de produzir as mudanças que a sociedade capitalista espera, instaurando, até mesmo, uma “nova civilização”.

Os gestores, realizando as mediações que o capitalismo necessita, ocupam um lugar privilegiado para consolidar a produção dessa categoria social. Como diz Marx:

A própria produção capitalista chegou ao ponto em que o trabalho de direção superior, totalmente separado da propriedade do capital, anda pela rua. Tornou-se, portanto inútil que esse trabalho de direção superior seja exercido pelo capitalista (MARX, 1984 b, p. 289).

Embora os que acolhem os chamados superdotados não estendam a todos os gestores tal rotulação, atribuem a essa categoria social, predominantemente, funções gestoriais.

O gestor é aquele profissional capaz de pensar e/ou organizar as condições de trabalho para promover a unidade do trabalho que se dá parceladamente, assim

como também é capaz de realizar a mediação entre o trabalhador e o capitalista. A natureza, portanto, da função gestorial tem uma duplicidade que se dá a nível concreto e a nível ideológico. Enquanto o gestor supervisiona, dirige e comanda o processo de trabalho e os próprios trabalhadores, concretiza a submissão do trabalho ao capital, do trabalhador ao capitalista, enfim ele realiza a exploração que o capitalista faz do trabalhador, obrigando-o à produção da maior mais-valia possível. Por outro lado, ao realizar a mediação entre trabalhador e capitalista, ele tem como meta fazer o trabalhador produzir mais mais-valia e ao mesmo tempo apropriar-se de uma parte dessa mais-valia.

A apropriação da mais-valia realiza-se pelos capitalistas, proprietários que são dos meios de produção; sua distribuição determina-se fundamentalmente ao nível das condições gerais de produção, sendo os gestores seus agentes sociais e a produção da mais-valia é realizada pela classe trabalhadora ou proletariado. Ocorre, então, que:

O proletariado produz mais-valia para os gestores e os capitalistas. Os gestores dominam o processo global nessa produção e os capitalistas a sua conclusão particular. Por isso, os capitalistas dominam a repartição da mais-valia adquirida (entre os capitalistas e os gestores) e os gestores dominam a distribuição da mais-valia de que os capitalistas se apropriam (BERNARDO, 1977, p. 127).

Eu diria que o eixo em torno do qual os gestores unificam-se e expandem-se encontra-se na sua principal função (e que é a mesma da classe capitalista): explorar a classe trabalhadora.

O movimento de luta pela ascensão ao poder não se dá “naturalmente”, mas decorre do embate entre forças políticas antagônicas. Se por um lado há lutas dentro da própria classe dos capitalistas, também há conflitos e crises dentro da própria classe trabalhadora. Como os gestores tem desempenhado seu papel

precípua de fortalecimento do capitalismo? De que forma tem-se concretizado sua participação na classe trabalhadora? Não sendo proprietários dos meios de produção, como pode ser afirmado que participam da classe capitalista? As funções gestoriais exercidas dentro do próprio Estado, não encontrariam fundamentação no filósofo de Platão? Essas são algumas das tantas questões que estão presentes na discussão iniciada nessa tese sobre a produção da categoria social dos chamados superdotados pelo modo de produção capitalista.

Buscar respostas às indagações levantadas significa discutir e participar da luta mais ampla entre a classe dominante e a classe dominada, não como duas classes distintas e perfeitamente delineadas, mas na verdade, como duas classes permeadas por pressões de diferentes níveis que decorrem do próprio jogo entre forças políticas. Sendo assim, e pelo o que aqui foi analisado, é possível aceitar-se a proposição de que os chamados superdotados serão “a elite que construirá uma nova civilização”, conforme preconizado pelos os que acolhem a noção de superdotados? Que civilização?

5 CONCLUSÃO

5.1 OS CHAMADOS SUPERDOTADOS: UM FETICHE A MAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA?

Ao longo desta tese, tive oportunidade de discutir de que forma os chamados superdotados são produzidos pelo modo de produção capitalista. A proposta de uma política pedagógica especial para esta categoria social encobre, na verdade, a formação de um grupo menor, que é pensado para interferir nas condições gerais de trabalho, inventar e aperfeiçoar os meios de produção e realizar as mediações necessárias ao fortalecimento da sociedade capitalista.

Considerando que não há escolas para todos, além de muitas das existentes estarem em péssimas condições de funcionamento e que tanto a formação e a valorização de professores quanto as condições de ensino exigem medidas sérias para solucionar os problemas existentes, coloco, de imediato, as questões: qual o sentido das idéias dominantes que preconizam uma educação especial para os chamado superdotados? Para que é preciso sustentar que existe um grupo considerado com superdotes, que merece um atendimento diferenciado e, mais do que isso, dele sairão os líderes de uma nova civilização? As respostas a essas questões podem ser encontradas, se pensarmos que os chamados superdotados são um símbolo da relação que o capital impõem ao trabalho.

À medida que o capital se apropriou do trabalho, os trabalhadores passaram a fortalecer o capital, produzindo mais-valia. Entretanto, algo acontece na relação entre o capital e o trabalho que faz com que alguns – eleitos, para produzir uma força especial de trabalho – fortalecem de forma mais vigorosa e sólida o poder do

capital sobre o trabalho. A tarefa que empreende nesta tese foi a de explicitar como isto acontece. Parece-me, no entanto, que ainda há algo a dizer sobre o processo que produz uma determinada categoria social e que produz, concomitantemente, idéias que sustentam e fortalecem o sistema capitalista. Quero dizer que não só o chamado superdotado é produzido concretamente pelo modo de produção capitalista, como ele encarna, representa e se torna um símbolo do próprio sistema capitalista.

O avanço do capitalismo tem servido parte demonstrar com mais clareza o que Marx já nos anunciara: as relações entre capital e trabalho não são simplesmente relações econômicas; são, acima de tudo, relações sociais. Tais relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, concretizando uma forma de viver peculiar, com determinadas necessidades e realizações, gerando, inclusive, “uma nova pessoa”, não só “adequada” ao sistema capitalista, mas, também, capaz de fortalecê-lo.

É interessante observar como as idéias dominantes a respeito do chamado superdotado se estruturam, tendo como núcleo a pessoa do superdotado, isto é, centralizam-se numa situação ética. É o “valor pessoa” que se destaca das idéias que são apresentadas como justificativa para sustentar uma educação especial aos chamados superdotados. Por exemplo, um dos argumentos para propor o enriquecimento dos currículos para os bem-dotados da quarta a oitava série do primeiro grau, é o de que há uma estreita relação entre dotes e diferenças individuais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1989, p. 7). Segundo os que acolhem a noção de superdotado, as diferenças individuais determinariam, predominantemente, que alguns fossem aquinhoados com dotes acima dos demais. Sendo assim, argumentam apoiados na idéia de que todos deveriam ter

igualdade de oportunidades, que os chamados superdotados mereceriam uma educação especial por uma questão de justiça.

Na literatura técnica sobre este tema encontram-se, também, argumentos, enfatizando a dimensão da pessoa. Por exemplo, é destacada a importância que há em atender-los porque são grupo pequeno, formado por indivíduos dotados de inestimáveis capacidades intelectual – criativo, capazes de realizações notáveis e, por isso, podendo influir nos destinos da nação (MILHOMENS e MIRANDELA, 1985, p. 63).

Como o valor da pessoa, o valor social ou valor ético, na sociedade capitalista caminha junto, ou, até mesmo, decorre do valor econômico, estudiosos deste tema referem-se a ele explicitamente. É o que se verifica, por exemplo, quando é expresso que os investimentos na educação do superdotado representam vantagens econômicas para o país (BRASIL, 1981, p. 2; ALENCAR, 1985 a, p. 25 – 26; NOVAES MIRA, 1985, p. 19).

Concomitantemente, é pensada para a categoria social dos chamados superdotados uma outra forma de participação na sociedade capitalista: aquela vinculada ao poder.

Santos (1988) argumenta que, num mundo altamente competitivo como o nosso, há necessidade de pessoas excepcionais, grandes valores capazes de estudar e solucionar problemas. Tais pessoas, consideradas superdotadas, podem conquistar o poder para si ou para aqueles a quem servem. Desenvolvendo funções político-ideológicas, os chamados superdotados concretizam o exercício desse poder.

Subjacente a proposta de uma educação especial aos chamados superdotados, esconde-se a preocupação não apenas com o valor social, mas com o valor econômico dessa categoria social. Como ocorre tal transmutação?

Verifica-se que, na proposta de uma educação especial para os chamados superdotados, o individual sobrepuja o coletivo, seja porque é fortalecida a ascensão cultural apenas dos considerados talentosos, seja porque acredita-se não ser possível oferecer educação de boa qualidade a todos e, então, caberia a uma minoria usufruir o que há de melhor em educação. Além disso, é gerada e alimentada a idéia de que o fracasso escolar ou profissional decorre da incapacidade do indivíduo, e os argumentos em prol das diferenças individuais encobrem a força com que as desigualdades sociais marcam as ascensão social das pessoas.

O valor dado ao individual manifesta-se, também, na aceitação da idéia de que o atendimento diferenciado aos chamados superdotados beneficiaria a todos, como se esse pequeno grupo fosse capaz de mobilizar a ciência e a técnica em favor do progresso social.

A questão do individual é importante, à medida que os chamados superdotados representam determinado poder: aquele que interessa à sociedade capitalista. Portanto, o que tem de ser examinado é de que forma os chamados superdotados simbolizam o poder que o capital tem sobre o trabalho.

O modo de produção capitalista produz a categoria social dos chamados superdotados concreta e ideologicamente, articulando determinadas idéias e apropriando-se das diferenças individuais consideradas como força de trabalho especial. Dessa forma, verifica-se que:

- Alguns indivíduos, considerados com “superdotes” e apresentados como um ideal a ser atingido, remontam à própria concepção platônica de que alguns teriam uma “alma de ouro” e, por isso, seriam superiores aos outros, participando da elite;
- A proposta de que alguns serão os “líderes de uma nova civilização”, com capacidade de pensar os grandes problemas que afligem a humanidade e de prever o desenvolvimento científico e tecnológico das nações, merecendo, portanto, educação especial, encontra seu embasamento na proposição de Platão de que alguns deveriam ser escolhidos para serem “filósofos”, eleitos para terem acesso à “Dialética”;
- A produção de uma categoria social para fortalecer o sistema capitalista encontra seu apoio na Grécia Clássica dos Séculos V e IV a.C., que valorizava o “cidadão grego”, e na concepção platônica de que a melhor forma de governo era a aristocracia, cabendo a alguns governar e a outros, serem governados.

Os chamados superdotados são produzidos para realizarem as mediações necessárias ao fortalecimento do sistema capitalista, exercendo funções político-ideológicas. Eles são merecedores de uma educação especial para se tornarem força especial de trabalho, capazes de administrar, produzir, reproduzir, inventar e inovar as condições gerais de trabalho e os meios de produção. Eles são, também, os gestores que, ocupando as funções pertinentes ao capitalista, passariam a sustentar de diferentes formas o fortalecimento da classe dominante.

Os chamados superdotados, embora produto, acentuadamente, de determinadas condições materiais, são apresentados como produtos de seus dotes, talentos e aptidões. Apesar de muitos deles estarem, predominantemente, a serviço do capital, são apresentados como “homens diferentes” que sabem e fazem o que deve ser feito (conforme os ditames do capital), manifestando atitudes aprovadas pela sociedade para os que foram cooptados pela classe dominante: submissão ao jogo de poder do capital sobre o trabalho e domínio (autoridade e mando) sobre as condições que aumentam incessantemente a produção de mais-valia.

Essa visão de “homens diferentes” coloca, de imediato, o cerne da questão em torno da qual é justificada a categoria social dos chamados superdotados: a diferença como manifestação de superioridade e de hierarquização, justificando o domínio de um sobre outros. Eis aí o fulcro da questão.

As pessoas são diferentes, e isso é o óbvio. As diferenças, porém, não tornam as pessoas mais pessoas ou menos pessoas, nem tampouco determinam que umas têm de mandar e outras têm de executar. Sua condição de seres humanos não se altera. A transformação (alteração) que acontece nas pessoas, porque são diferentes, decorre da necessidade que têm de vender sua força de trabalho ao capitalista e decorre da forma como a divisão do trabalho, do sistema capitalista impõe que alguns mandem e outros obedeçam, que alguns pensem e outros executem.

Como são diferentes, as pessoas têm capacidade diferente de produzir trabalho, isto é, cada uma tem uma força de trabalho diferente. É neste exato momento que a DIFERENÇA ENTRE AS PESSOAS se torna vital para fortalecer a especialização, a discriminação, a hierarquização, a competitividade e tantos

outros valores do sistema capitalista; por isso, algumas precisam ser rotuladas como superdotadas.

Não são as diferenças individuais que determinam que uns sejam considerados com força de trabalho superior, mas é o domínio do capital sobre o trabalho que exige, cada vez mais, que as diferenças entre as pessoas se convertam em determinados valores de troca. A diferença entre as pessoas é a diferença de força de trabalho, o que determina que cada um seja capaz de produzir diferentemente, de alterar as condições gerais de trabalho ou de pensar formas para o trabalhador produzir cada vez maior mais-valia.

É a necessidade de aumentar incessantemente a produção de mais-valia que faz com que as diferenças existentes nas pessoas determinem que umas tenham maior valor de troca do que outras. Essa não é uma condição natural, mas é uma condição produzida pelo modo de produção capitalista.

Cada trabalhador fortalece o sistema capitalista produzindo mais-valia, isto é, trabalhando além do tempo socialmente necessário à satisfação de suas necessidades. Como cada um, sendo diferente, pode não só produzir diferenciadamente, como, também, pode pensar e reagir diferentemente face aos princípios que garantem o domínio do capital sobre o trabalho, então, é importante sustentar e fortalecer as diferenças de forma a aumentar as discriminações e os privilégios, em prol da sociedade capitalista. Tal processo é apresentado como decorrente de condições impostas pela natureza e não como decorrente, de modo fundamental, das condições impostas pelo capital sobre o trabalho. A transmutação do que é produto de condições materiais em algo que é afirmado como pertencente à natureza do ser humano – as diferenças individuais – surge como um momento mágico, onde, pelas diferenças pessoais impostas pela

natureza, alguns têm força de trabalho superior aos de mais: esses são chamados de superdotados.

Num passe de mágica as diferenças das pessoais, suas consideradas aptidões, dotes, dons ou talentos, determina que produzam trabalhos diferentes. Não se revela, nem se questiona que, sustentando as diferenças, estão condições especiais de educação, de vida e, até mesmo, de trabalho, oferecidas a uns poucos, considerados pelo sistema capitalista capazes de oferecer “Lucro na certa. E que lucro!” (ANDRADE,1984, p.113). estas pessoas asseguram auto retorno de capital, por isso, o sistema capitalista investe nelas, elegendo-as para pensar e executar as infinitas formas que o capital tem utilizado e continuará utilizando para apropriar-se do trabalho excedente produzido pelo trabalhador.

ANEXO

PLATÃO. A República. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkein, 1983. 501p.

LIVRO II

II, 369b “... uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no fato de cada um de nós não ser auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa.”

II, 370b “...cada um de nós não nasceu igual a outro, mas com naturezas diferentes, cada um para a execução de sua tarefa.”

II, 374e “... qualidades e natureza apropriadas para a custódia da cidade.”

II, 376e “ – Mas há duas espécies de literatura, uma verdadeira e outra falsa!”

II, 377a, b “ – Não compreendes – disse eu – que primeiro ensinamos fábulas às crianças? Ora, no conjunto, as fábulas são mentiras, embora contenham algumas verdades. E servimo-nos de fábulas para as crianças, antes de as mandarmos para os ginásios.

(...)

“Ora tu sabes que, em qualquer empreendimento, o mais trabalhoso é o começo, sobretudo para quem for novo e tenro? Pois é sobretudo nessa altura que se é moldado, e se enterra a matriz que alguém queira imprimir numa pessoa?”

II, 377b, c “Logo, devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e selecionar as que forem boas, e proscrever as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as avós e as mães e contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio das fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora contam, a maioria deve rejeitar-se.”

II, 377d “As que nos contaram Hesíodo e Homero – esses dois e os restantes poetas. Efetivamente, são esses que fizeram para os homens essas fábulas falsas que contaram e continuam a contar.”

II, 379a “...Como fundadores, cabe-nos conhecer os moldes segundo os quais os poetas devem compor suas fábulas, e dos quais não se devem desviar-se ao fazerem versos, mas não é a nós que cumpre elaborar as histórias.”

II, 380b “...precisavam de castigo, por serem desgraçados, e que, expiando o seu crime, estavam a receber um benefício de Deus.”

II, 380c “...Deus não é a causa de tudo, mas só dos bens.”

II, 380d “... um Ser simples e o menos capaz de todos de sair da sua própria forma.”

II, 381c “... cada uma das divindades, sendo a mais bela e melhor que é possível, permanece sempre e de uma só maneira com a forma que lhe é própria.”

II, 382a “... a verdadeira mentira – se é lícito falar assim – todos os deuses e homens a detestam.

(...)

“... ninguém aceita, de livre vontade, ser enganado na parte inicial de cada um e sobre os assuntos principais, mas receia, acima de tudo, que a mentira aí se instale.”

II, 382b “... ninguém quereria aceitar era ser enganado, e ficar no erro na sua alma em relação à verdade, permanecer na ignorância, tendo e conservando aí a mentira, e consiste em palavras é uma imitação do que a alma experimenta e uma imagem que surge posteriormente.”

(...)

“...chamar-se-ia verdadeira mentira à ignorância que existe na alma da pessoa enganada. Uma vez que a que consiste em palavras é uma imitação do que a alma experimenta e uma imagem que surge posteriormente.”

II, 382c, d “E quanto à mentira por palavras? Quando e a quem é útil, a ponto de não merecer desprezo? Não será em relação aos inimigos e aos chamados amigos, quando, devido a um delírio ou a qualquer loucura, intentam praticar qualquer má ação, que ela se torna útil como um remédio, a fim de os desviar? E, na composição de fábulas que ainda há pouco nos referíamos, por não sabermos onde está a verdade relativamente ao passado ao acomodar o mais possível a mentira à verdade, não estamos a tornar útil a mentira?”

II, 383c “... os nossos guardiões sejam tementes aos deuses e semelhantes a eles, na máxima medida em que isso for possível ao ser humano.”

LIVRO III

III, 389b, c “... a mentira é (...) útil aos homens sob a forma de remédio...”

(...)

“Portanto, se a alguém compete mentir, é aos chefes da cidade, por causa dos inimigos ou dos cidadãos para benefício da cidade; todas as restantes pessoas não devem provar deste recurso.”

III, 392a, b”... segundo o que julgo, diríamos que os poetas e prosadores proferem os maiores dislates acerca dos homens...”

III, 394c “... imitação, como tu dizes que é a tragédia e a comédia...”

III, 395b, c “... há uma maneira de falar e de narrar pela qual se exprime o verdadeira homem de bem, quando é oportunidade de o fazer...”

III, 412d, e “Portanto, há que escolher, dentre os outros guardiões, homens tais que, depois de os examinarmos, nos pareçam, durante toda a vida, executar com todo o empenho aquilo que, em seu entender, será útil à cidade, e , o que o não for, não aceitem de modo algum fazê-lo.”

(...)

“Parece-me, por conseguinte, que é preciso observá-los em todas as idades a ver se se mantêm firmes nesta doutrina, e se, levados pela impostura ou pela violência, não se esquecem e abandonam a opinião de que devem fazer o que há de melhor para a cidade.”

III, 413c “... devem-se procurar os guardiões mais estrênuos da doutrina que vigora entre eles, de que é seu dever fazer aquilo que em cada ocasião pensarem que é melhor fazerem, no interesse da cidade. Devem, pois, vigiar-se logo desde a infância...”

III, 413e, 414a “E quem tiver sido sempre posto à prova, na infância, na juventude e na idade viril, e saio dela inalterável, deve ser posto no lugar de chefe e guardião da cidade, devem prestar-se-lhe honrarias, que em vida, quer depois de morto, e caber-lhe-ão as mais altas distinções na sepultura e demais monumentos à sua memória. Quem assim não for, deve excluir-se.”

III, 414b “... nobre mentira, daquelas que se forjam por necessidade...”

III, 415 a, b, c “Vós sois efetivamente todos irmãos nesta cidade (...) mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo por que são mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros. Por isso o deus recomenda aos chefes em

primeiro lugar, e acima de tudo, que aquilo que devem ser melhores guardiões e exercer mais aturada vigilância é sobre as crianças, sobre a mistura que entra na composição das suas almas, e, se a sua própria descendência tiver qualquer porção de bronze ou de ferro, de modo algum se compadeçam, mas lhes atribuam a honra que compete à sua conformação, atirando com eles para os artífices ou os lavradores, e se, por sua vez, nascer destes alguma criança com uma parte de ouro ou de prata, que lhes dêem as devidas honras, elevando-os uns a guardiões, outros a auxiliares, como se houvesse um oráculo segundo o qual a cidade seria destruída quando um guardião de ferro ou de bronze a defendesse.”

LIVRO IV

IV, 420c “Ora, presentemente estamos a modelar, segundo cremos, a cidade feliz, não tomando à parte um pequeno número, para os elevar a esse estado, mas a cidade inteira. Seguidamente, examinaremos o caso contrário.”

IV, 423 c, d, e “... se nascer algum filho inferior dos guardiões, deve ser relegado para outras classe, e, se nascer um superior das outras, deve ser levado para a dos guardiões. Isto queria demonstrar que mesmo os outros cidadãos devem se encaminhados para a atividade para que nasceram, e só para ela, a fim de que cada um, cuidando do lhe diz respeito, não seja múltiplo, mas uno, e deste modo, certamente, a cidade inteira crescerá na unidade, e não na multiplicidade.”

(...)

“...se tiverem sido bem educados e se tornarem homens comedidos, facilmente perceberão tudo isto, assim como outras questões que de momento deixamos à margem...”

IV, 424 a, b “...uma educação e instrução honestas que se conservam tornam a natureza boa, e, por sua vez, naturezas honestas que tenham recebido uma educação assim tornam-se ainda melhores que seus antecessores, sob qualquer ponto de vista, bem como sob o da procriação, tal como sucede com os outros animais.”

IV, 424 e, 425 a ... Portanto, como dizíamos de início, os nossos filhos devem logo participar em jogos mais conformes com a lei, pensando que, (...) daí se formem homens cumpridores da lei e honestos.”

(...)

“Quando, portanto, as crianças principiam por brincar honestamente, adquirem, através da música, a boa ordem...”

IV, 425 b, c “... o impulso que cada um tomar com a educação, determinará o que há de seguir.”

IV, 428 e, 429 a “ – Crês que teremos na cidade mais ferreiros ou verdadeiros guardiões?

- Ferreiros, e muito mais.

- Logo, de todos aqueles que, por serem possuidores de uma ciência, dela tiram a sua dominação, os menos numerosos de todos seriam os guardiões?

- Muito menos, sem dúvida.

- Por conseguinte, é à mais diminuta classe e setor, e à ciência que encerra, ao que ocupa a sua presidência e chefia, que uma cidade fundada de acordo com a natureza pode ser toda ela sábia. E é, ao que parece, por natureza extremamente reduzida esta raça, a quem compete participar desta ciência, a única dentre todas as ciências que deve chamar-se sabedoria.”

IV, 433 a “ – Mas escuta, a ver se eu digo bem. O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo suponho, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras , que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para a qual a sua natureza é mais adequada.”

IV, 433 b, “... esse princípio pode muito bem ser, de certo modo, a justiça: o desempenhar cada um a sua tarefa.”

IV, 439 d “Não é, portanto, sem razão que consideraremos que são dois elementos, distintos um do outro, chamando àquele pelo qual ela raciocina, o elemento racional da alma, e aquele pelo qual ama, tem fome e sede e esvoaça em volta de outros desejos, o elemento irracional e da concupiscência, companheiro de certas satisfações e desejos.”

IV, 445 d “Direi que uma das formas de constituição que nós analisamos será uma, embora possa designar-se de dois modos: efetivamente, se surgir entre

os governantes um homem só que se distinga, chamar-se-á monarquia; se forem mais, aristocracia.”

LIVRO V

V, 449 a “Uma cidade e constituição desses chamo eu, portanto, boa e reta, bem como a um homem dessa qualidade; às demais, más e erradas – uma vez que aquela é a direita – quer se trate da administração das cidades, quer da organização do caráter da alma individual. E repartem-se por quatro espécies de vícios.”

V, 455 b, c “Ora vamos lá – dir-lhe-emos nós – responde: porventura afirmas que certa pessoa é naturalmente dotada para uma coisa, e outra não, pelo fato de aquele aprender facilmente, e este com dificuldade? E que um, depois de um curto aprendizado será capaz de fazer descobertas muito para além do que aprendeu, ao passo que o outro, depois de lhe ter cabido em sorte um longo aprendizado e aplicação, nem sequer conservou o que aprendera? E que, num, o físico seve suficientemente a inteligência, e, no outro, a contraria? Haverá acaso outros meios que não sejam estes, para distinguir quem tem dotes naturais para cada coisa de quem os não tem?”

V, 456 a “A aptidão natural, tanto do homem como da mulher, para guardar a cidade é, por conseguinte, a mesma exceto na medida em que a desta é mais débil, e a daquele mais robusta.”

V, 458 e “... faremos casamentos sagrados, tanto quanto estiver no nosso poder; os sagrados serão os mais úteis.”

V, 458 c, d “Pode acontecer que os nossos governantes precisem de usar mentiras freqüentes e de dolos para benefício dos governados. Nós dissemos algures que todas essas coisas era úteis sob a forma de remédio.”

V, 459 d, e “É preciso, de acordo com o que estabelecemos que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a decência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se ele às alturas, e que tudo isso se faça ma ignorância de todos, excepto dos próprios chefes, a fim de a grei dos guardiões estar, tanto quanto possível, isenta de dissensões.”

V, 460 a “...Quanto ao número de matrimônios, deixá-lo-emos a cargo dos governantes, para que mantenham o mais possível a mesma cifra de homens, tendo em linha de conta as guerras, as doenças, e outras perdas semelhantes, e a nossa cidade não se torne, na medida do possível, maior nem menor.”

(...)

“Devem fazer-se, julgo eu, tiragens à sorte engenhosas, de modo que o homem inferior acuse, em cada união, a sorte, e não os chefes.”

V, 460 b, “E àqueles dentre os jovens que forem valentes no combate ou em qualquer outro lugar deve dar-se-lhes, entre outras honrarias e prêmios, uma

liberdade mais ampla de se unirem às mulheres, a fim de que haja pretexto para gerar o maior número possível de filhos de homens dessa qualidade.”

V, 460 c “Pegarão então nos filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos dos outros que sejam disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém. - ... Se, realmente, queremos que a raça dos guardiões se mantenha pura.”

V, 474 b, c “... a uns compete por natureza dedicar-se à filosofia e governar a cidade, e aos outros não cabe tal estudo, mas sim obedecer a quem governa.”

LIVRO VI

VI, 496 a, b “Bem poucos são então – prossegui eu – ó Adimanto, os que nos restam, dignos de conviver com a filosofia, a não ser qualquer espírito nobre e com boa educação, retido pelo exílio, e que, por falta de quem o corrompa, permanece por natureza fiel à filosofia: ou quando, numa cidade pequena, uma grande alma menosprezar a administração do seu país e não se interessar por ela; um pequeno número ainda, que, afastando-se com razão de outra arte que desprezam, vêm para a filosofia, para a qual são naturalmente dotados.”

LIVRO VII

VII, 532 a, b “Ora não é mesmo essa ária, ó Gláucon, que executa a dialética? Apesar de ser o domínio do inteligível, a faculdade de ver é capaz de imitar, essa faculdade que nós dissemos que se exercitava já a olhar para os seres viços, para os astros, e, finalmente, para o próprio Sol. As mesma maneira, quando alguém tenta, por meio da dialética, sem se servir dos sentido e só pela razão, alcançar a essência de cada coisa, e não desiste antes de ter apreendido só pela inteligência e essência do bem, chega aos limites do inteligível, tal como aquele chega então aos do visível.”

VII, 534 b “Acaso também chamas de dialético aquele que apreende a essência de cada coisa?

VII, 533 d “O método da dialética é o únicos que procede, por meio da destruição das hipóteses, a caminho do autentico princípio, a fim de tornar seguros os seus resultados...”

VII, 534 d “...governar a cidade e de ser senhores das altas instâncias.”

VII, 535 a, b “ – De toda maneira, quero que penses que devem ser essas naturezas que têm de se escolher; devem preferir-se os mais firmes e corajosos e, até onde for possível, os mais formosos; além disso, devem procurar-se não só os de caráter nobre e másculo, mas também as características naturais condizentes com o nosso esquema de educação.

- Quais são as características que determinas?

- Precisam, meu caro, de ter agudeza de espírito para o estudo e não ter dificuldade em aprender.”

VII, 535 c “... A menos que tenha toda a espécie de dotes naturais.”

(...)

“Não deviam ser os bastardos a tratar dela, mas os filhos legítimos.”

VII, 536 e, 537 a “... não eduques as crianças no estudo pela violência, mas a brincar a fim de ficares mias habilitada a descobrir as tendências naturais de cada um.”

LIVRO VIII

VIII, 543 a “Ora bem! Concordamos então, ó Gláucon, que, na cidade que quiser ser administrada na perfeição, haverá comunidade das mulheres, comunidade dos filhos e de toda a educação, e do mesmo modo comunidade de ocupações na guerra e na paz, e que dentre eles serão soberanos aqueles que mais se distinguiram na filosofia e na guerra.”

VIII, 544 e “... já analisamos o que corresponde à aristocracia que, com razão proclamamos bom e justo.”

VIII, 545 b, c “... devemos analisar primeiro a constituição dominada pelo gosto das honrarias – já que não disponham de outras designação corrente, terá de se lhe chamar timocracia ou timarquia – e em face desta observaremos o homem da mesma qualidade; em seguida, a oligarquia e o homem oligárquico; depois, lançaremos o olhar para a democracia e contemplaremos o homem democrático; em quarto lugar, chegaremos junto ao Estado tirânico, e para ele olharemos, observando, por sua vez, alma do tirano; e procuraremos ser bons juizes da questão que nos propusemos.”

VII, 546 d, e; 547 a “...é todo esse número geométrico que é senhor dos nascimentos melhores ou piores. Quando, pelo fato de os ignorarem, os nossos guardiões juntarem as noivas os noivos da ocasião própria, as crianças que nascerem não serão bem constituídas nem afortunadas. Dentre essas crianças, seus antecessores porão as melhores a frente do governo; mesmo assim como são indignos disto, quando tiverem alcançado o poder que pertencia aos pais, começarão logo a não cuidar de nós, apesar de serem guardiões, tendo em menor apreço do que se deve a arte das musas, e depois a ginástica, de onde resultará que os nossos jovens ficarão menos cultos. Dentre eles serão investidos os chefes que não tem espírito para guardião, nem para discernir as raças de Hesíodo, nem a de ouro, de prata, de bronze e de ferro que haverá no meio de vós. Misturando-se o ferro com a prata e o bronze com o ouro, surgirá uma desigualdade e anomalia desarmônica que, uma vez constituídas, onde quer que apareçam, produzem sempre a guerra e o ódio. É desta geração que devemos dizer que surge a discórdia, onde quer que apareça.”

VIII, 547 b, c “Quando surge a discórdia, ambas essas raças a de ferro e a de bronze, voltam-se para o lucro, posse de terras e casas, ouro e prata; por sua vez a raça de ouro e a de prata, como não são carecidas, mas dotadas por natureza da verdadeira riqueza que é a das almas, conduzem a virtude e a antiga constituição. Depois de exercerem violências e lutarem umas com as outras chegam a um acordo, de dividirem e se aproximarem da terra e das casas, e aqueles por quem antes velam como pessoas livres, amigas e que os mantinham, a esses escravizavam-nos então, tornando-os periecos e servos, e cuidando eles mesmos de lutar e de os vigiar.”

LIVRO IX

IX, 580 d “Uma vez que, tal como a cidade está dividida em três corpos, também a alma de cada um tem três partes, poderá admitir-se, parece-me, outra demonstração.”

- Qual é ela?

- É a seguinte. Se há três partes, parece-me que haverá também três espécies de prazer, cada um específico de cada uma delas. E do mesmo modo com os desejos e os poderes.”

IX, 580 e, 581 a “... designamo-la por aquilo que nela é mais eminente e mais forte: chamamo-lhes concupiscência devido à violência dos desejos relativos à comida, à bebida, ao amor e a tudo o quanto o acompanha; e chamamos-lhes

amiga do dinheiro, porque é sobretudo com dinheiro que se satisfazem os desejos dessa espécie.”

IX, 581 a, b “... E a parte irascível, não diremos que está sempre a atender, toda ela, para dominar, vencer, ter fama?

- Sim, e muito.

- Se então lhe chamarmos a amiga da vitória e das honrarias, não seria apropriado?”

(...)

“- Mas, realmente, quanto a parte pela qual aprendemos, é evidente para toda a gente que toda ela tende sempre para o conhecimento da verdade, e que é de todas aquela a que menos importam as riquezas e a fama?

- E de longe.

- Se lhe chamarmos amiga de aprender e de saber, dar-lhe-emos a designação que convém?”

IX, 581 c “... são também três as principais espécies de homem, o filósofo, o ambicioso, o interesseiro.”

IX, 582 c, d, e “... Porém a natureza do prazer que procede da contemplação do Ser é impossível a qualquer saboreá-la, excepto ao filósofo.

- Consequentemente, quanto à experiência, é este quem julga melhor entre todos.

- De longe.

- Além disso, será o único que juntará a experiência à reflexão.

- Sem dúvida.

- Mas realmente também o instrumento necessário para julgar não pertence ao interesseiro nem ao ambicioso, mas ao filósofo.

(...)

- ... o melhor índice para julgar...

(...)

- ... é a experiência, a reflexão e o raciocínio.

- É forçoso que aquilo que elogiar quem for amigo da sabedoria e amigo do raciocínio seja a verdade absoluta.”

IX, 583 a “É evidente que será o prazer do guerreiro e do ambicioso...”

IX, 592 b “Mas talvez haja um modelo no céu, para quem quiser contemplá-la, e contemplando-a, fundar uma para si mesmo, De resto nada importa que a cidade exista em qualquer lugar, ou venha a existir, porquanto é pelas suas normas, e pelas demais nenhuma outra, que ele pautará o seu comportamento.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicolas. Platón. In: _____. Historia de la Filosofía. Barcelona: Montañana y Simón, tomo I, cap. 9, 1955, p. 63 – 98.

ALNECAR, Eunice M. L.; ALENCAR, Soriano D. Alguns aspectos a serem considerados na educação dos superdotados. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 15 – 34, set./dez., 1985a.

_____. O atendimento ao superdotado nos Estados Unidos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SUPERDOTADOS, 6., Belo Horizonte, 1985. Anais. Rio de Janeiro: Senai/Departamento Nacional, ACS, 1985b.

_____. As bases da produção criativa. In: SANTOS, Osvaldo Barros, org. Superdotados: quem são? Onde estão? São Paulo: Pioneira, c. 10, 1988, p. 71 – 81, 1988.

ALKIMIN, Hélio D. O que é a ADAV? In: GUENTHER, Zenita C. et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, p. 17 – 20.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Anúncio de investimento. In: GUENTHER, Zenita C. et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, p. 113 – 115.

ANTIPOFF, Helena. O problema do bem-dotado no meio rural. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 61, n. 139, p. 417 – 428, jul./set. 1976.

_____. O problema do bem-dotado no meio rural. In: GUENTHER, Zenita C. et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, p. 85 – 100.

ANTIPOFF, Ottília Braga. O bem-dotado e seu atendimento na fazenda do Rosário. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 381 – 390, jul./set. 1976.

_____. O bem-dotado e seu atendimento na fazenda do Rosário. In: GUENTHER, Zenita C. et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, p. 149 – 160.

_____. A educação do bem-dotado. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 58 – 62, set./dez. 1985.

AYMARD, André & AUBOYER, Jeanine. A cidade grega e o homem. A civilização da Grécia Clássica (séculos V – IV a.C). In: _____. História Geral das Civilizações. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Livro 2, tomo 1, v. 2, p. 93 – 189, 1968.

BERNARDO, João. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”. In: _____. Marx crítico de Marx. Porto: Afrontamento, Livro 1, v.3, 1977.

_____. Gestores, estado e capitalismo de estado. Revista Ensaio. São Paulo, n. 14, p. 85 – 104, 1985.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA SUPERDOTADOS. Rio de Janeiro: ABSD, 1980.

BORHEIN, Gerd A. Dialética: teoria, práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da Dialética. Porto Alegre: Globo, São Paulo: USP, 1983. 340p.

BOTTOMORE, T. B. A elite: conceito e ideologia. In: _____. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, c. 1, p. 7 – 21, 1974.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. Los estudiantes y la cultura. Barcelona: Labor, 1967.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5692/71 de 11 de agosto de 1971; Fixa diretrizes e bases para o ensino de I e II graus e dá outras providências. Documenta, Brasília, n. 129, p. 400 – 416, ago. 1971.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. Educação de superdotados; tendências atuais. Brasília, 1983. 21p.

_____. Educação Especial: superdotados; subsídios e recomendações gerais. Brasília, 1981. 53p.

_____. Educação Especial no Brasil: síntese estatística. Brasília, 194. 28p.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974. 379p.

BRÉHIER, Émile. Platón y la academia. In: _____. Historia de la Filosofía. Buenos Aires: Sudamerica, tomo 1, c. 3, p. 293 – 350, 1962.

CAMPINO, Antonio C. C. Os superdotados: justificam-se os gastos especiais com sua educação? In: SANTOS, Oswaldo de Barros, org. Superdotados: quem são? Onde estão? São Paulo: Pioneira, c. 6, p, 43 – 47, 1988.

DIERBERGER, A. & ROSENBERG, R. L. Identificação de superdotados: um problema. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 341 – 350, jul./set. 1976.

DOCUMENTO secreto da política Reagan para a América Latina; Apresentação de Fernando Peixoto. São Paulo: Hucitec, 1981. 22p.

EDUCAÇÃO E REALIDADE. Educação do superdotado: tendências e alternativas. Porto Alegre, v. 10, n. 3, set./dez. 1985.

FÉLIX, Loiva Otero. O discurso ideológico de Alberto Torres. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, n. 13, p. 163 – 179, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986. 235p.

FROÉS, César. A educação de bem-dotados. In: GUENTHER, Zenita C. et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, p. 165 – 169.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. Bem-dotados e talentosos no Distrito Federal. Brasília, 1979. 3v.

GUENTHER, Zenita Cunha. Dotação e nível social: estudo descritivo de crianças bem-dotadas e nível social pobre, Belo Horizonte: MEC/CENESP/ADAV – MG, 1979. 93p.

_____. Uma escola especial: corolário de dez anos de trabalho em educação de bem-dotados. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 74 – 84, set./dez. 1985.

GUENTHER, Zenita Cunha; CARVALHO, José C.; SILVA, Dilma E. da. Fundação José Carvalho: uma proposta educacional. Salvador: ABC, 1985. 95p.

GUENTHER, Zenita Cunha et alii. Dez anos em prol do bem-dotado. Belo Horizonte: Associação Milton Campos, 1984, 178p.

HAUSER, Arnold. Grécia y Roma. In: _____. Historia social de la literatura y el arte. Madrid: Guadarrama, v. 1, parte 3, p. 83 – 164, 1969.

IANNI, Otávio. Transformações dos setores sociais dominantes. In: VII SEMINÁRIO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS: Relações sociais na América Latina: estrutura e ação. Porto Alegre. 1988.

JACKSON, D. M. Educação diferenciada para o superdotado. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 402 – 416, jul./set. 1976.

JAEGER, Werner. A imagem de Platão na história. In: _____. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Herder, p. 548 – 549, s.d.

_____. Nobreza e Arete. In: _____. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Herder, p. 21 – 33, s.d.

KIDRON, Michael & SEGAL, Ronald. Encyclopédia du Monde. Hong Kong: Calm-Lévy, 1981.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1981. 127p.

MACHADO, João Bina. A denominação superdotado. Boletim Informativo. Associação Brasileira para Superdotados, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3 – 4, out. 1986.

MARTINSON, R.A. Análise de problemas e prioridades. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 61, n. 139, p. 429 – 446, jul./set. 1976.

MARX, K. La división del trabajo y las maquinas. In: _____. Miseria de la Filosofia. Moscou: Progresso, p. 103 – 117, 1985a.

_____. Economia mediante invenções. In: _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, livro III, tomo 1, v. 3, p. 80, 1984a.

_____. Introdução e Prefácio. In: _____. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, p. 1 – 27, 1982a.

_____. Juro e ganho da acumulação capitalista. In: _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, livro III, tomo 1, v. 3, p. 277 – 291, 1984b.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, livro I, tomo 2, v. 1, p. 197 – 259, 1984c.

_____. O período pré-capitalista. In: _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, livro III, tomo 2, v. 3, p. 107 – 120, 1984b.

_____. O processo de produção do capital. In: _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, livro I, tomo 1, v. 1, 1983. 301p.

_____. Salário, preço e lucro. In: _____. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, p. 133 – 185, 1982b.

_____. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: _____. O Capital: capítulo VI; Inédito: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, p. 108 – 120, 1985c.

MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia alemã: I capítulo. Lisboa: Avante, 1981a. 112p.

_____. Manifesto del Partido Comunista. Moscou: Progresso, 1981b, 68p.

METTRAU, Marsyl B. & GOMES, Vera Lúcia T. Programa experimental de desenvolvimento instrumental para alunos intelectualmente superdotados. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 66 – 73, set./dez. 1985.

MILHOMENS, Helena B. & MIRANDELA, Zilá de Souza. O ensino e o superdotado. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 63 – 65, set./dez. 1985.

MOSSÉ, Claude. Atenas: a história de uma democracia. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 142p.

NOVAES, Maria Helena. Atuais tendências e alternativas da educação de superdotados. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 35 – 41, set./dez. 1985

_____. Características psicológicas do processo adaptativo dos superdotados. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 359 – 366, jul./set. 1976.

_____. Desenvolvimento psicológico do superdotado. São Paulo: Atlas, 1979. 176p.

NOVAES MIRA, Maria Helena. Avaliação histórica e projetiva da educação dos superdotados. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 6., 1985. Belo Horizonte. Anais. Rio de Janeiro: Senai/Departamento Nacional, ACS, p. 19 – 22, 1985.

OS NÚMEROS sombrios. Veja. São Paulo n. 838, p. 96 – 100, 1984.

OBJETIVOS do Conselho Mundial para crianças superdotadas. Boletim Informativo. Associação Brasileira para Superdotados. Rio de Janeiro, n.1, p. 8 -10, s.d.

OSOWSKI, Cecília I. Alguns pressupostos que sustentam o atual conceito de superdotado. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 7 – 24, set./dez. 1985a.

_____. Considerações sobre o que a sociedade espera do superdotado. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 5., 1983, Salvador. Porto Alegre, 1983. 9p.

_____. O futuro da sociedade e o superdotado do futuro. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 6., 1985. Belo Horizonte. Anais. Rio de Janeiro: Senai/Departamento Nacional, ACS, p. 57, 1985b.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Introdução. In: PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. 502p.

QUEIROZ, A. M. & RAMOS, J. P. Avaliação psicológica do superdotado. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 367 – 375, jul./set. 1976.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, jul./set. 1976.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 658/77, 25 de novembro de 1977. Documentário; separata. Porto Alegre, n. 7, p. 212 – 230, 1980a.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional. Superdotado. Boletim da FAERS. Porto Alegre, n. 18: encarte: Cadernos Técnicos, n. 1, mar. 1983.

SANTOS, Oswaldo de Barros. Superdotados: identificação e aproveitamento. In: _____. Superdotados: quem são? Onde estão? São Paulo: Pioneira, p. 15 – 26, 1988a.

_____, org. Superdotados: quem são? Onde estão? São Paulo: Pioneira, 1988b. 88p.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 6., 13 a 14 de set. 1985. Belo Horizonte. Anais. Rio de Janeiro: Senai/Departamento Nacional, ACS, 1985b. 83p.

SENAI. Departamento Nacional. Superdotados: profissionalização e inserção no mercado de trabalho, por Francisco Lopes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SUPERDOTADOS, 7, Curitiba, 1987. Rio de Janeiro, 1987. 109p.

SISK, D. A dimensão humanística na educação de superdotados. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 351 – 358, jul./set. 1976.

SNYDERS, George; BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A ideologia dos dotes. In: _____. Escola, classe e luta de classes. Lisboa: Moraes, p. 177 – 197, 1981.

TERMAN, Lewis M. Los científicos y los no-científicos en un grupo de 800 hombres dotados. In: TERMAN, L. M. y otros. La inteligencia el interés y la actitud. Buenos Aires: Paidós, p. 9 – 20, 1965.

TORRANCE, E. P.; BRUCH, C. B.; GOOLSBY, T. M. Os bem-dotados e o futuro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 61, n. 139, p. 3258 – 340 jul./set. 1976.

TUCÍDIDES. Discurso de Eufemo, embajador de los atenienses. In: _____. História da Guerra do Peloponeso. Buenos Aires: Emecê, Livro 6, tomo 2, p. 196 – 205, 1944b.

_____. Discurso de Péricles en loor de los muertos. In: _____. História da Guerra do Peloponeso. Buenos Aires: Emecê, Livro 2, tomo 1, p. 178 – 188, 1944b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. Programa de enriquecimento de currículo para alunos bem-dotados da 4ª série do I grau; fundamentação teórica. Brasília: MEC/Departamento de Documentação e Divulgação, 1980. 42p.

VIÑOLO, Eni Peinado. A superdotação e a gênese dos fatores. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 54 – 57, set./dez. 1985.